

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

A IV^a Internacional e a frente popular: uma questão de grande actualidade



Concentração da secção francesa da IV^a Internacional em homenagem a Leão Sedov, 31 de Agosto de 2019

Problemas do processo revolucionário na Argélia

Catalunha: dois anos depois do 1º de Outubro de 2017

China/Hong Kong: carta aos nossos amigos chineses

Há cem anos, a fundação da Internacional Comunista



Índice

Notas editoriais	página 3
<hr/>	
Dossiê	
A IVª Internacional e a frente popular: uma questão de grande actualidade	página 5
<hr/>	
Documentos	
Problemas do processo revolucionário na Argélia	página 11
<hr/>	
Análise	
Estado espanhol: dois anos depois O alcance dos desenvolvimentos revolucionários de Outubro de 2017 na Catalunha	página 18
<hr/>	
China	
O movimento de Hong Kong e o seu lugar na luta geral da classe operária chinesa	página 24
<hr/>	
História	
Há cem anos, a fundação da Internacional Comunista (IC)	página 29
<hr/>	
Correspondências d'A Internacional	página 32

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

O G7 de finais de Agosto de 2019 reuniu em Biarritz (França) os chefes do Estado das sete principais potências imperialistas do planeta⁽¹⁾. O que lá se passou dá bem conta do beco sem saída do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. A cimeira do G7 fora colocada sob o signo da “luta contra as desigualdades”. Hipocrisia absoluta, quando cada um dos chefes de Estado presentes (independentemente de características pessoais e cor política) está comprometido numa guerra — nos sentidos literal e figurado — contra a classe operária e os povos oprimidos. E a braços, consequentemente, com a luta de classes dos trabalhadores e a resistência dos povos. Una-os embora a guerra permanente que travam contra os trabalhadores e os povos, os chefes de Estado do G7 não puderam impedir que assomassem à luz do dia as rivalidades que opõem as grandes potências imperialistas umas às outras. A raiz destas rivalidades? Todas as previsões económicas feitas pela própria classe capitalista anunciam iminente uma recessão mundial. As consequências serão ainda mais desastrosas do que as da crise de 2008. O índice da actividade industrial americana do mês de Agosto desceu abaixo de 50 pela primeira vez desde a crise das *subprimes*. Ao cair com toda a força sobre a economia americana, esta recessão anunciada leva o representante da principal potência imperialista a atirar-se a todos os seus concorrentes capitalistas e, sobretudo, à China.

Trump acaba de relançar a sua guerra comercial contra a China, chegando a ameaçar que mandará as empresas americanas suspenderem as suas actividades, provocando uma vez mais o pânico nos “mercados financeiros”. E enquanto Washington exige à burocracia que capitule em campo aberto, no outro extremo da cadeia desenvolve-se, em Hong Kong, uma mobilização operária representativa da classe operária de toda a China.

Não é só a China, porém! Na véspera do G7, Trump vociferara contra o presidente da Fed, a Reserva Federal dos Estados Unidos, qualificando o presidente da venerável instituição do capital financeiro de “inimigo” da economia americana! Ora, o único “crime” da Reserva Federal fora admitir a impotência das medidas monetárias tomadas nas duas últimas décadas, fosse a redução das taxas de juro ou o *quantitative easing*, para jugular a crise do capital. Estas medidas artificiais não chegam para disfarçar a realidade: de que, na sua agonia, o regime capitalista só consegue sobreviver à custa de destruir cada vez maior forças produtivas. Sendo assim, cada burguesia imperialista tenta “salvar a pele”, fazen-

do, bem entendido, por esmagar a sua própria classe operária, mas também por passar a perna às outras potências imperialistas. É esse o sentido da máxima de Trump: *America First!*

No G7, aproveitando as dificuldades do novo primeiro-ministro britânico Boris Johnson, atolado nas negociações do Brexit, Trump procurou conseguir um acordo comercial separado com a Grã-Bretanha. Esse acordo há-de, é claro, beneficiar em primeiro lugar o capital norte-americano. Para Trump, é “matar dois coelhos de uma só cajadada”: “A ameaça que Donald Trump e Boris Johnson representam para a Alemanha, para este final de ano, está prestes a atingir o ponto de ruptura do “modelo alemão”, o que terá repercussões em toda a zona euro”, segundo um analista de *La Financière de la Cité* (12 de Agosto). Para o imperialismo americano, é preciso dar uma machadada forte ao imperialismo alemão, exactamente como fez há vinte e cinco anos à economia japonesa. Não é preciso ir procurar a outro lado que não a estas rivalidades a causa das convulsões da crise das instituições europeias e de cada uma das burguesias, da crise governamental em Itália às derrotas eleitorais do bloco central no poder na Alemanha, passando pela preocupação em saber se Macron terá capacidade para levar até às últimas consequências as suas reformas em França.

Destruição das forças produtivas: a guerra imperialista esteve no coração do G7, encabeçando vários dos seus membros a lista de exportadores de armamento. Macron convidou alguns representantes africanos do Sahel, enquanto Trump fanfarronava com a iminência de um acordo com os talibãs no Afeganistão⁽²⁾.

Entre os “convidados” do G7 encontravam-se: o primeiro-ministro ultra-reaccionário da Índia, Modi, que acabara de suspender o estatuto de autonomia da Caxemira e relançar a escalada militar com o Paquistão. Também Cyril Ramaphosa, o presidente sul-africano, cujo papel no massacre de Marikana (em Agosto de 2012) foi revelado à luz do dia, enquanto o seu governo atea as brasas de uma vaga de ataques xenófobos contra os trabalhadores imigrantes vindos de outros países africanos. Macron tentou o golpe publicitário de organizar a “visita surpresa” do ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano para se fazer passar por campeão da paz no mundo, conseguindo impor uma solução negociada tanto ao Irão como a Trump. ... Enquanto isso, a aviação israelita bombardeava alvos iranianos e aliados do Irão na Síria, no Líbano e mesmo no Iraque.

Trump e a sua administração não podiam ignorar tais ataques, se é que não os suscitaram directamente⁽³⁾.

⁽¹⁾ Ou seja, os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão, a Grã-Bretanha, a França, a Itália e o Canadá. A União Europeia é associada permanente. Putin, representante da oligarquia mafiosa que detém o poder na Rússia, teve direito a ocupar um tamborete durante algum tempo (“G8”), mas foi excluído após a anexação da Crimeia em 2015.

⁽²⁾ Em 1996, os talibãs — formados pelos serviços secretos do regime paquistanês, aliado dos Estados Unidos — tomaram o poder em Cabul. Seriam desalojados em Outubro de 2001, por intervenção da NATO, depois de recusarem entregar Bin Laden aos Estados Unidos. Agora, depois de dezoito anos de assassina ocupação militar, a administração americana apresta-se para lhes entregar outra vez as chaves do país.

⁽³⁾ Nesse mesmo momento, sabia-se que o departamento de Estado (Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos) acabava de tirar da sua página internet todas as referências a “territórios palestinos”. Umhas poucas serpentinhas de territórios “autónomos” atribuídos pelos acordos de Oslo (1993) à direcção palestiniana, cercados por colónias e pelo exército israelitas, ainda era demais para Trump e Netanyahu, para quem o povo palestiniano tem que ser simplesmente riscado do mapa.

● NOTAS EDITORIAIS

⁽⁴⁾ Sem esquecer a perseguição dos refugiados, tanto nos Estados Unidos como nos países da União Europeia: ler-se-á nas nossas correspondências o que sobre isso têm a dizer os nossos camaradas da secção mexicana da IV^a Internacional.

⁽⁵⁾ Leiam-se, no nº 14 d' *A Internacional*, as Notas Preparatórias adoptadas pelo Secretariado Alargado do CORQI, reunido nos dias 24, 25 e 26 de Maio de 2019, que fornecem os considerandos políticos.

⁽⁶⁾ Nele participaram jovens vindos da Alemanha, Argélia, Azânia/África do Sul, Bélgica, Brasil, Burundi, Estados Unidos, França, Índia, México, Palestina e Rússia (uma parte das delegações da Argélia e da Azânia, bem como os delegados do Burkina Faso e de Marrocos foram impedidos de virem, ao ser-lhes recusada pelas autoridades a concessão de um visto).

Destruição das forças produtivas: o G7 reunia-se enquanto a Amazônia ardia. Ocasão para as ONG e alguns chefes de Estado, como Macron, fazerem declarações “ecologistas”. Não se pode, no entanto, separar o destino do ambiente do da humanidade, tão pouco quanto se pode falar do destino da humanidade sem partir da divisão fundamental da sociedade em classes sociais com interesses antagónicos. Pois — quem põe a Amazônia a arder? Como nos explicam os nossos camaradas do Brasil: “*Nos dias 10 e 11 de Agosto, nas cidades de Altamira e de Novo Progresso, os grandes proprietários de terras, os produtores ligados à agro-indústria (que trabalham para as multinacionais norte-americanas, francesas, alemãs...) organizaram um “dia do fogo”, ateardo incêndios imensos que devastaram terras que não são deles: zonas florestais protegidas, aglomerações rurais e reservas dos povos autóctones. Velho método dos latifundiários para se apropriarem das terras. Ora, além da terra, a Amazônia abriga riquezas imensas, que excitam a rapacidade capitalista: água, petróleo, gás, ferro, alumínio, manganês, silvinita e outros minerais, sem esquecer a biodiversidade vegetal que a indústria farmacêutica cobiça. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima o valor mercantil da floresta amazônica brasileira em 1 bilião (milhão de milhões) de dólares. Não é segredo para ninguém que o imperialismo americano não procura menos do que acesso directo às gigantescas riquezas da Amazônia. E, acessoriamente, uma base recuada para agredir militarmente a Venezuela. Quanto ao cinismo de Macron, de Merkel e de todos os dirigentes do G7, ele não engana ninguém: também eles procuram o seu lugar à mesa do festim imperialista, para meter a mão nas riquezas da Amazônia!*”

Sim, os principais representantes do imperialismo mundial desferem guerras, pilhagens, sobre-exploração e barbárie⁽⁴⁾... mas a luta da classe operária ainda não disse a última palavra.

É verdade que a resistência do proletariado é, em toda a parte, travada pela crise profunda do movimento operário internacional, cujas cúpulas há muito se adaptaram ao regime capitalista. Porém, nem a tendência da cúpula dos aparelhos para se integrarem nas instituições do capital, nem as combinações de frente popular, nem a ofensiva que visa destruir as organizações operárias são suficientes para impedir a luta de classes. Dos

processos revolucionários na Argélia e no Sudão às mobilizações operárias e da juventude contra os governos pró-imperialistas da Argentina e do Brasil; das manifestações de Hong Kong ao novo surto de lutas operárias nos Estados Unidos — e muitos outros exemplos se poderiam dar: a classe operária ainda não disse a última palavra. É verdade que, em todo o mundo, dirigentes e partidos saídos do movimento operário se subordinam às exigências do capital e aceitam passarem a ser instrumentos dele, ao ponto de ameaçarem a própria existência das organizações que os trabalhadores construíram pela sua luta de classe e para ela. No entanto, em todo o mundo também, trabalhadores, militantes operários e jovens buscam outro caminho, o da rejeição dos ditames do capital e da luta contra a guerra e a exploração. É para esta camada de dezenas de milhares de trabalhadores, militantes e jovens que as organizações do CORQI se voltam em cada país, ao prepararem a sua terceira conferência internacional no Outono de 2020⁽⁵⁾, inscrevendo firmemente a luta pela reconstituição da IV^a Internacional no coração da luta pela reorientação do movimento operário com um novo eixo. É a esta terceira conferência internacional em preparação que há que creditar, como primeira, modesta mas real, realização, o êxito do encontro internacional de jovens revolucionários⁽⁶⁾ decorrido em finais de Agosto. O manifesto da Aliança Internacional dos Jovens pelo Socialismo, que os participantes constituíram, afirma: “*A causa de todos os problemas que enfrentamos tem um nome: o sistema capitalista assente na exploração do homem pelo homem e na propriedade privada dos meios de produção (...). Este sistema tem de ser varrido, derrubado e substituído por um sistema novo, assente na satisfação das necessidades da humanidade. Um sistema desembaraçado da lei do lucro, da exploração e, por conseguinte, livrado da guerra, da opressão, das discriminações e das injustiças. É por isso que lutamos pelo socialismo (...). Como jovens revolucionários, revoltamo-nos, como todos os jovens, contra todas as formas de injustiça e de opressão. Não podemos tolerá-las e lutamos contra elas em todo o lado em que existem. Recusamo-nos, porém, a separar ou opor este ou aquele combate específico ao combate central contra a exploração capitalista, sua raiz.*”

A Internacional

IV^a Internacional e frente popular: uma questão de grande actualidade

Daniel Gluckstein

O que é a frente popular? Para que serve? Que posição hão-de os militantes operários observar a seu respeito? Surgidas sob esta forma há oitenta e cinco anos, estas perguntas estiveram no âmago dos debates que prepararam a fundação da IV^a Internacional. Escreve Trotsky em 1936: “*Na nossa época, a frente popular é a questão principal da estratégia de classe proletária.*”⁽¹⁾ Ainda será o caso hoje?

De onde vem a frente popular?

Em 1933, Hitler toma o poder na Alemanha. Esta tomada do poder fora propiciada pela divisão das fileiras operárias, para a qual poderosamente contribuíram os dirigentes da social-democracia e do partido comunista. Constitui-se, assim, uma situação que teria parecido improvável poucos anos antes: o país mais industrializado da Europa, onde o movimento operário organiza milhões de trabalhadores, onde os partidos operários, o PS e o PC, são amplamente maioritários eleitoralmente, abre as portas do poder à ditadura nacional-socialista. À escala internacional e, especialmente, na Europa, é considerável o choque nas fileiras operárias. Em França, nomeadamente, os trabalhadores vêem prefigurado na chegada ao poder do nacional-socialismo o que poderia acontecer em breve no seu país ante a agitação feita por potentes organizações de extrema-direita. Neste contexto, nos dias que se seguem aos tumultos de 6 de Fevereiro de 1934 — provocados pelas ligas da extrema-direita em Paris, na Praça da Concórdia —, a classe operária impõe a unidade aos dirigentes da SFIO (partido socialista) e do Partido Comunista, que até esse momento se opunham numa divisão obstinada (um ano após a trágica derrota do proletariado alemão, os dirigentes do Partido Comunista, em França como noutros países, martelavam que o principal perigo para a classe operária não era o fascismo, mas sim a social-democracia). Impondo, pela sua mobilização, a unidade das suas fileiras, os trabalhadores criam uma situação nova. Os aparelhos já não conseguem quebrar, nem sequer fazer refluir a poderosa vaga que se eleva da base das organizações operárias,

políticas e sindicais, exigindo e impondo passos em frente em comum para forjar a frente única contra a ameaça fascista.

Da frente única operária...

Logo na primavera de 1934, esta aspiração à frente única operária obriga os dirigentes do Partido Comunista e do Partido Socialista a organizarem comícios conjuntos contra o fascismo e a multiplicarem iniciativas conjuntas, que representam um estímulo ao crescimento da mobilização. As fileiras das organizações operárias — políticas como sindicais — são preenchidas por um afluxo de novos militantes, as iniciativas unitárias conseguem mobilizar em grande escala, e as greves multiplicam-se, anunciando a greve geral de 1936. Tendo a classe operária enveredado por esta via, irá ela apresentar a sua candidatura ao poder, impondo a ruptura com o capitalismo? Não nutrem tais projectos nem os dirigentes da SFIO nem os do Partido Comunista Francês — com Estaline, que assina em 1935 um pacto com o primeiro-ministro francês Laval, a velar por que aqueles se atenham ao quadro das instituições burguesas.

... à frente popular em França

A fórmula de “frente popular” aparece pela primeira vez no discurso dos dirigentes do PCF em finais de 1934. *A priori*, responde, na aparência, à aspiração à frente única. No entanto, sob o impulso dos estalinistas, a “frente popular” irá rapidamente revestir uma forma e carregar um conteúdo cada vez mais institucionais. Ampliada a aliança entre os partidos operários — socialista e comunista — ao principal partido da burguesia francesa (o partido radical socialista) e a outras organizações, ela irá, a partir de 1935, constituir-se como coligação com vocação eleitoral e governamental.

Ao elaborarem o seu programa, os dirigentes do Partido Comunista têm todo o cuidado de eliminar qualquer referência a nacionalizações e a alguma medida que pusesse em xeque a propriedade privada dos meios de produção. É que... não se podia assustar a burguesia.

Esta frente popular ostenta, por assim dizer, duas caras. Aos olhos das largas massas, aparece como resposta à sua aspiração à unidade dos partidos operários e a uma política de ruptura com o capitalismo (aqui se reflectindo o peso das ilusões). No ponto de vista dos dirigentes dos partidos operários burgueses, como no ponto de vista da burocracia estalinista, ela é, porém, um meio para canalizar o movimento de massas e atê-lo ao quadro das institui- >>>

⁽¹⁾ Sublinhado Por Trotsky, *A RSAP e a IV^a Internacional*, Julho de 1936, Obras, tomo X (ed. francesa).

⁽²⁾ Não obstante terem, desde a sua traição de Agosto de 1914, virado definitivamente costas a toda a veleidade de ruptura com o capitalismo, os dirigentes do PS (SFIO) manifestarão a sua estupefacção com a obstinação dos dirigentes do PC em afastar do programa da Frente Popular todo e qualquer conteúdo de ruptura real.

● DOSSIÊ

>>> ções, salvaguardando, deste modo, a ordem burguesa.

O governo Blum, saído da vitória eleitoral da frente popular de Junho de 1936, é desde logo confrontado com a greve geral que se iniciara antes das eleições. A greve geral impõe todo um conjunto de reivindicações. Já quanto à principal reivindicação, porém — a passagem do poder para a classe operária, expropriando a burguesia e socializando a propriedade dos meios de produção —, o governo da frente popular tudo fará para não deixar realizá-la. Respeitando as instituições da burguesia, irá garantir a manutenção do regime de propriedade privada dos meios de produção. Irá, desse modo, provocar o refluxo da classe operária, abrindo caminho à vitória da reacção: em 1940, será a câmara dos deputados eleita em Junho de 1936 com maioria da frente popular que votará os plenos poderes a Pétain.

... e à escala internacional

A partir de 1935, em resposta à nova situação aberta pelo surto das massas operárias, a Internacional Comunista estalinizada irá generalizar a fórmula da frente popular inicialmente aparecida em França. Em poucos meses, passará da linha do “terceiro período”, de divisão feroz (nomeadamente contra a social-democracia), à generalização de alianças com os partidos socialistas e sectores da burguesia no quadro da salvaguarda das instituições dos Estados burgueses. Em Espanha, o governo de frente popular que encabeça o campo republicano arcará com pesada responsabilidade na derrota deste. Recusando investir contra os grandes proprietários fundiários e dar a terra aos camponeses, lutando contra toda e qualquer tentativa de auto-organização dos operários e camponeses no quadro da revolução que estalara em Julho de 1936 em resposta ao golpe de Estado de um sector do exército dirigido por Franco, reprimindo a sublevação revolucionária de Barcelona de Maio de 1937, assassinando muitos militantes operários (anarquistas, membros do POUM e outros, dentro do próprio campo republicano), a política estalinista e de frente popular em geral criará condições — conjugadas com o estrangulamento, ao nível internacional, da revolução espanhola por Léon Blum e Estaline — para a derrota do proletariado, combatente heróico da revolução espanhola. A vitória do fascismo em Espanha precede de perto o início da Segunda Guerra Mundial e a hegemonia do III^o Reich em toda a Europa.

Trotsky e a frente popular

Antes de 1933, Trotsky e os partidários da oposição de esquerda internacional lutam denodadamente pela frente única operária, contra a política de divisão. Nos anos que antecederam a tomada do poder por Hitler, multiplicaram alertas sobre o risco de a divisão, organizada particularmente pelo aparelho estalinista (com a cumplicidade de facto da social-democracia), permitir a vitória de Hitler. Apelam à frente única operária a todos os níveis, para repelir o perigo fascista; nos limites das suas forças, tentam traduzir esta orientação em iniciativas práticas.

A derrota do proletariado alemão em 1933 assinala uma viragem histórica.

Recusando tirar daí a mínima lição, a Interna-

cional Comunista prossegue a política de divisão. Trotsky e a oposição de esquerda internacional tiram daí a conclusão de que deixou de ser possível endireitar a Internacional Comunista. A hora de actuar como “oposição de esquerda” da III^a Internacional passara. Chegava o tempo de lançar as fundações da IV^a Internacional.

Mal internados nesta viragem, os partidários da IV^a Internacional vêem-se confrontados com esta questão aparentemente nova: a frente popular. Logo de princípio, Trotsky adopta uma posição de extrema clareza: a frente popular é indiscutivelmente uma resposta à aspiração das massas à frente única, mas é uma resposta deformada, que procura desviar essa aspiração para o seu contrário, isto é, para uma solução política de subordinação à burguesia; é uma resposta que prepara, no fim de contas, a derrota da classe operária.

É bem de ver, previne Trotsky, que se tem de considerar as ilusões das massas, que vêm na frente popular, de boa fé, o correcto reflexo da sua aspiração à unidade das fileiras operárias. Fica, portanto, fora de questão proclamar *urbi et orbi*: “*Abaixo a frente popular!*” Há que saber, ao lutar contra as ilusões, levá-las em linha de conta. Esta orientação assume, pois, a forma de agitação e de propaganda pela ruptura da frente popular com a burguesia, portanto pela expulsão da burguesia e dos seus representantes da frente popular e pela formação de um governo operário e camponês. Esta fórmula “algébrica”, tenderá, para Trotsky e seus partidários, a traduzir-se “aritmeticamente” em função das situações concretas, por exemplo na palavra de ordem, utilizada em França em 1935-1936, de “governo Blum-Cachin sem ministros burgueses” (Blum era o dirigente do Partido Socialista, Cachin o do Partido Comunista).

Sob a pluma de Trotsky, as formulações “governo operário e camponês” ou “governo Blum-Cachin sem ministros burgueses” ou outras são sempre acompanhadas das medidas essenciais que um tal governo houvesse de tomar no imediato, especialmente a expropriação sem indemnização dos grandes grupos industriais e dos bancos, um programa de defesa da classe operária, a organização da luta do movimento operário contra a ameaça fascista a todos os níveis, etc.

Lutar pelo governo operário e camponês, esclarece Trotsky, implica não se poder fazer nenhuma concessão à frente popular. Nada, nenhuma consideração táctica, seja de que natureza for, pode justificar subordinar-se-lhe. Deste modo, Trotsky vê-se obrigado a romper com alguns dos que haviam dado passos em direcção à IV^a Internacional ou pareciam aproximar-se das suas posições (Sneevliet nos Países Baixos, ou Andrés Nin na Catalunha, que viria a constituir o POUM) logo que estes aceitam meter a mão na engrenagem da frente popular. Esta questão vem muito rapidamente a tornar-se, efectivamente, na “questão principal da estratégia de classe proletária”, tanto mais que Trotsky acaba por ter de ampliar o seu significado.

1934-1936 remete para 1917

Para Trotsky, o aparecimento da frente popular evoca um precedente: o desenrolar do processo revolucionário em Fevereiro de 1917, na Rússia. Não recuando ante um anacronismo de vocabulário, escreve que “os poderosos partidos russos socialista-

-revolucionário e menchevique (...) formaram uma frente popular com os cadetes (partido burguês liberal que participara no governo provisório com os mencheviques e os socialistas-revolucionários — NdR)⁽³⁾. Se anacronismo há, todavia, é só no vocabulário, não na situação descrita. Escreve Trotsky: “Na nossa época, a frente popular é a questão principal da estratégia de classe proletária. Ela proporciona, ainda, o melhor critério para a distinção entre bolchevismo e menchevismo, pois é fácil esquecer que o maior exemplo histórico de frente popular foi a revolução de Fevereiro de 1917. De Fevereiro a Outubro, os mencheviques e os socialistas-revolucionários, que representam um bom paralelo com “comunistas” e sociais-democratas, contraíram uma aliança estreita e uma coligação permanente com o partido burguês dos “cadetes”, com quem formaram uma série de governos de coligação. Sob a insígnia da frente popular encontrava-se toda a massa do povo, incluindo os soviets de operários, camponeses e soldados. É evidente que os bolcheviques participavam nos soviets. Mas participavam sem fazer a mínima concessão à frente popular. Exigiam a ruptura dessa frente popular, a destruição da aliança com os cadetes e a criação de um autêntico governo operário e camponês. Todas as frentes populares da Europa não passam de pálidas cópias e, não raro, caricaturas da frente popular russa de 1917.”⁽⁴⁾

O paralelo entre a frente popular de 1934-36 e a de 1917 não é, por conseguinte, para Trotsky um expediente literário. O modelo da frente popular, a sua matriz original, é o de 1917 (apesar de este não ostentar o nome), não passando os demais de sua “pálida cópia”, para não dizer “caricatura”. Por ocasião do vigésimo terceiro aniversário da revolução de Outubro de 1917, Trotsky volta à carga: “A revolução de Fevereiro foi desencadeada pelos operários e pelos soldados, ou camponeses em armas. O golpe mortal contra o czarismo foi desferido pelos operários de São Petersburgo. Só que eles não sabiam que o golpe era mortal. Acontece amiúde os oprimidos não poderem usufruir dos frutos da sua vitória por não perceberem a sua importância. O poder que as massas revoltadas foram incapazes de tomar acabou por cair nas mãos de uma coligação de liberais, mencheviques e “socialistas-revolucionários”, isto é, da burguesia e da pequena burguesia. Era a “frente popular” clássica da época. Estaline dizia e escrevia: “Temos que apoiar o governo provisório.” Lenine, acabado de chegar do estrangeiro, declarou: “Qualquer apoio ao governo provisório é traição”. Estaline disse à conferência bolchevique de Março: “Temos que nos unificar com o partido de Tsereteli, os mencheviques.” Lenine declarou: “Ideias de unificação com os mencheviques defensistas são traição.” A verdadeira política bolchevique começou com a chegada de Lenine, no dia 4 de Abril de 1917, com a sua oposição irreduzível à “frente popular” de Fevereiro. A ideia era unir todos os oprimidos, todos os explorados, contra a burguesia imperialista “democrática” apoiada pelos mencheviques e “socialistas-revolucionários”⁽⁵⁾.

Notar-se-á a fórmula aqui usada por Trotsky: o governo de coligação entre mencheviques, socialistas-revolucionários e a burguesia liberal em Fevereiro de 1917 na Rússia era a “frente popular clássica” (destaque nosso — NdR) da época. A frente popular não se prendia, portanto, para Trotsky, com a forma específica que revestira em 1936 em França ou em Espanha. Dá dela uma definição bem mais ampla.

China, Estados Unidos, Peru

Revisitando a revolução chinesa de 1925-27 (numa época em que a fórmula da “frente popular” não estava em circulação), Trotsky escreve que “a Internacional Comunista levou a revolução chinesa de 1925-27 à ruína graças à política de ‘frente popular’”. Assim, sem ignorar nada das características próprias da luta nos países dominados pelo imperialismo, em que a subordinação à burguesia toma a forma da subordinação ao imperialismo, Trotsky formula uma analogia entre as frentes populares de 1936, data em que escreve o texto⁽⁶⁾, e a política de aliança do Partido Comunista com o partido nacionalista, o Kuomintang, com o programa deste último, uma política ditada pela Internacional Comunista da época e que acabou num autêntico desastre para a classe operária e a revolução chinesas.

Nos Estados Unidos, regista Trotsky, “o rooseveltismo toma o lugar do frente-populismo francês”⁽⁷⁾. Por outras palavras: o apoio dado pelas direcções do Partido Comunista Americano e dos sindicatos ao político burguês Roosevelt tem significado idêntico ao da frente popular em França, desempenhando o PC o mesmo papel, não obstante ser mais modesto nos Estados Unidos. Só que, em ambos os casos, o caso era sair ao caminho do surto operário, que havia, no caso dos Estados Unidos, tomado a forma das poderosas greves operárias ocorridas, nomeadamente, em Minneapolis. Não era uma avaliação conjuntural, tanto assim que, noutro texto, Trotsky reitera: “Nos Estados Unidos, a frente popular assumiu a forma do rooseveltismo, isto é, do voto dos “radicais”, dos socialistas e dos comunistas em Roosevelt.”⁽⁸⁾

Acerca do Peru e da APRA — partido burguês de massas, parcialmente anti-imperialista — Trotsky utiliza a expressão “partido frente popular”: “É um partido frente popular. Há uma frente popular incluída no partido, como em qualquer combinação deste jaez. A direcção está nas mãos da burguesia, e a burguesia tem medo dos seus próprios operários. Por isso, o partido, sendo embora suficientemente forte para poder tomar o poder pela revolução, tem medo de enveredar por essa via. Não tem nem coragem nem interesse de classe em mobilizar camponeses e operários, recorrendo em vez disso a manobras militares ou à intervenção directa dos Estados Unidos.”⁽⁹⁾

Nem todas as formas de colaboração de classes são frentes populares

Podiam-se dar outros exemplos. Todos eles mostram que o fenómeno surgido com o nome de frente popular em 1934-36 dá a Trotsky o ensejo de generalizar o conceito. Nem por isso, no entanto, resulta que se possa caracterizar qualquer aliança entre a burguesia e os partidos operários como frente popular.

O que é característico da frente popular, explica Trotsky, é ser, através de formas variadas, uma aliança dos principais partidos políticos da classe operária com a representação política da burguesia ou de um dos seus sectores: muitas vezes de um sector dominante, como eram, por exemplo, o Partido Radical em França ou Roosevelt nos Estados Unidos, por vezes de um sector mais marginal. No entanto, mesmo quando essa representação fica reduzida ao “semicadáver político da burguesia”⁽¹⁰⁾, a presença desse sector na coligação tem o significado de selar a aliança entre a classe operária e a burgue-

(3) *A França na curva do caminho*, Março de 1936, Obras, tomo IX (ed. francesa).

(4) *A RSAP e a IVª Internacional*, Julho de 1936, Obras, tomo X (ed. francesa), p. 239.

(5) *XXIª aniversário*, Novembro de 1938, Obras, volume XIX (ed. francesa).

(6) *As declarações e revelações de Estaline*, Março de 1936, Obras, tomo IX (edição francesa)

(7) *Discussão resumindo as reivindicações de transição*, Março de 1938, Obras, tomo XVII (edição francesa).

(8) *Em preparação da conferência internacional*, Outubro de 1937, Obras, tomo XVI (edição francesa).

(9) *Discussão sobre a América Latina*, Março de 1938, Obras, tomo XIX (edição francesa). Em carta publicada três meses mais tarde, o chefe da Apra (Aliança Popular revolucionária americana), Haya de la Torre, escreve acerca de uma possível agressão do seu país pela Alemanha nazi, a Itália fascista ou o seu aliado Japão: “Todos pensamos com certeza que, em caso de agressão, teremos os Estados Unidos do Norte — tutores da nossa liberdade — para nos defender.”

(10) *Programa de Transição*, programa de fundação da IVª Internacional.

● DOSSIÊ

>>> sia, sob a condução desta. O outro traço característico da frente popular é o de surgir quando as massas entram em movimento, procurando a unidade dos seus partidos (ou das suas representações em diversas formas) e colocando, na prática, a questão do poder.

É, pois, porque — e quando — a mobilização revolucionária das massas se torna numa ameaça para a ordem burguesa, que a frente popular se impõe como maneira de sair ao caminho do movimento de massas e impedi-lo de resolver a questão do poder ao serviço da classe operária. Esta autêntica barragem contra-revolucionária tem a função de conter e depois fazer refluir o movimento da classe operária — de “desmoralizá-la”, diz Trotsky —, preparando, assim, as maiores derrotas. É nisso que, para Trotsky, reside a função constante de qualquer frente popular, seja qual for a forma específica em que encarne: salvaguardar as instituições da ordem burguesa e impor às massas que entraram em movimento o acatamento desse quadro, não extravasando dele.

Frente popular e Programa de Transição

Foi isto que fez com que Trotsky atribuísse lugar central a esta questão na preparação da conferência que irá fundar a IVª Internacional em 1938. A análise que ele faz da frente popular como “*questão central da estratégia de classe proletária*” leva-o, ao redigir o Programa de Transição, a dar muito espaço à luta pelo governo operário e camponês e, portanto, ao combate político pela mobilização das massas para impor a ruptura das suas organizações com os partidos burgueses e as instituições burguesas. O eixo da luta pelo governo operário e camponês generaliza a experiência de 1917:

“De Abril a Setembro de 1917, os bolcheviques reclamaram que os socialistas-revolucionários e os mencheviques rompessem com a burguesia liberal e tomassem o poder nas suas próprias mãos. Nessa condição, os bolcheviques prometiam aos mencheviques e socialistas-revolucionários, representantes pequeno-burgueses dos operários e camponeses, a sua ajuda revolucionária contra a burguesia: recusavam-se, contudo, categoricamente tanto a entrar no governo dos mencheviques e socialistas-revolucionários como a assumir responsabilidade política pela actividade deste. Se os mencheviques e socialistas-revolucionários tivessem realmente rompido com os cadetes (liberais) e com o imperialismo estrangeiro, o “governo operário e camponês” por eles criado só poderia ter acelerado e facilitado a instauração da ditadura do proletariado. Mas foi precisamente por essa razão que as cúpulas da democracia pequeno-burguesa se opuseram com todas as suas forças à instauração do seu próprio governo. A experiência da Rússia demonstrou, e a experiência de Espanha e da França confirmá-lo-ia de novo, que, mesmo em condições muito favoráveis, os partidos da democracia pequeno-burguesa (socialistas-revolucionários, sociais-democratas, estalinistas, anarquistas) são incapazes de criar um governo operário e camponês, um governo, portanto, independente da burguesia.

Apesar disso, a reivindicação dos bolcheviques aos mencheviques e socialistas-revolucionários: “Rompam com a burguesia, tomem o poder nas vossas mãos!” tinha, para as massas, um enorme valor educativo. A recusa obstinada de mencheviques e

socialistas-revolucionários em tomarem o poder, que tão tragicamente se revelou nas jornadas de Julho, perdeu-os definitivamente no espírito do povo, preparando a vitória dos bolcheviques.”

Se o programa que fundou a IVª Internacional dá tanto espaço à dedução do significado da orientação dos bolcheviques em 1917 e à sua generalização, é porque a posição sobre a frente popular é um dos elementos constitutivos do programa. O qual tira daí a seguinte conclusão prática:

“A tarefa central da IVª Internacional consiste em libertar o proletariado da velha direcção, cujo conservadorismo está em contradição completa com a situação catastrófica do capitalismo em declínio, constituindo o principal obstáculo ao progresso histórico. A acusação capital que a IVª Internacional lança às organizações tradicionais do proletariado é de elas não se quererem separar do semicadáver político da burguesia.

Em tais condições, a reivindicação sistemática feita à velha direcção: “Rompam com a burguesia, tomem o poder!”, é um instrumento extremamente importante para desvendar o carácter traidor dos partidos e organizações da IIª e da IIIª Internacional, tal como da Internacional de Amsterdão. (...)

A todos os partidos e organizações que se apoiam nos operários e camponeses e falam em seu nome exigimos que rompam politicamente com a burguesia e enveredem pela luta pelo governo operário e camponês. Nessa via, prometemos-lhes um apoio total contra a reacção capitalista. Ao mesmo tempo, desdobramo-nos numa agitação incansável pelas reivindicações transitórias que deveriam, a nosso ver, constituir o programa do “governo operário e camponês”.

Será possível a formação de tal governo pelas organizações operárias tradicionais? A experiência anterior mostra-nos que isso é, como já dissemos, no mínimo pouco verosímil. É, porém, impossível negar categoricamente à partida a possibilidade teórica de, sob a influência de uma combinação absolutamente excepcional de circunstâncias (guerra, derrota, colapso financeiro, ofensiva revolucionária das massas, etc.), partidos pequeno-burgueses, incluindo os estalinistas, poderem ir mais longe do que eles próprios desejam na via da ruptura com a burguesia. De uma coisa, em todo o caso, não resta dúvida: mesmo que essa variante se materializasse um dia nalgum sítio e, de facto, se formasse um “governo operário e camponês” na acepção acima utilizada, isso não passaria de um episódio breve na via da verdadeira ditadura do proletariado.

É inútil, contudo, perder-se em conjecturas. A agitação pela palavra de ordem do “governo operário e camponês” mantém em quaisquer condições enorme valor educativo. E não é por acaso: esta palavra de ordem generalizadora segue perfeitamente a linha de desenvolvimento político da nossa época (falência e desagregação dos velhos partidos burgueses, falência da democracia, ascenso do fascismo, aspiração crescente dos trabalhadores a uma política mais activa e mais ofensiva). Por isso, cada uma das nossas reivindicações transitórias tem de conduzir a uma só e à mesma conclusão política: os operários têm de romper com todos os partidos tradicionais da burguesia, para instaurar, em conjunto com os camponeses, o seu próprio poder.

É impossível prever as etapas concretas da mobilização revolucionária das massas. As secções da IVª Internacional têm que se orientar criticamente a cada nova etapa, lançando palavras de ordem que amparem a tendência dos operários para uma política independente, aprofundem o carácter de classe dessa política, destruam as ilusões reformistas e pacíficas, reforcem a ligação da vanguarda com as massas e preparem a tomada revolucionária do poder.

Aqui se vê: a condição, à partida, para lutar pela frente única é a total independência da IVª Internacional da frente popular. O Programa de Transição articula os termos exactos do problema: *“A passagem definitiva da Internacional Comunista para o lado da ordem burguesa, o seu papel cinicamente contra-revolucionário no mundo inteiro, especialmente em Espanha, França, Estados Unidos e outros países “democráticos”, tem criado ao proletariado mundial extraordinárias dificuldades suplementares. Pondo-se debaixo do signo da revolução de Outubro, a política conciliadora das “frentes populares” condena a classe operária à impotência e abre as portas ao fascismo.*

As “frentes populares”, por um lado, o fascismo, por outro lado, são os últimos recursos políticos do imperialismo na sua luta contra a revolução proletária. No ponto de vista histórico, estes dois recursos não passam, contudo, de ficções. A putrefacção do capitalismo continua quer sob o signo do barrete frígio em França quer sob o da suástica na Alemanha. Só o derrube do capitalismo pode abrir uma saída.”⁽¹⁰⁾

Daí a necessidade, para resolver “a crise de direcção do proletariado”, que se tornou na “crise da civilização humana”, de construir o partido mundial da revolução socialista: a IVª Internacional.

“Não há lugar para a IVª Internacional em nenhuma frente popular”

Para isso, há, porém, uma condição: assimilar plenamente e até ao fim que *“não há nem pode haver lugar para a IVª Internacional em nenhuma frente popular”*.

Manterá esta questão toda a sua importância “estratégica” hoje, quando lavram processos revolucionários em muitos países, numa situação complexa? Sabe-se que a manteve nas últimas décadas: a Frente Popular no Chile nos anos setenta e a União da Esquerda em França na década seguinte desempenharam um papel bastante comparável ao que se conheceu nos anos trinta em França e em Espanha.

Poder-se-á, todavia, objectar que as condições mudaram, que alguns velhos partidos operários burgueses tradicionais desapareceram ou quase e que, por conseguinte, a configuração de uma frente popular dificilmente possa hoje revestir as mesmas formas daquela época.

“O capital deixou de poder contar com a frente popular”. De certeza?

Há quem utilize até esta diferença de situações com uma intenção muito particular: Lucien Gauthier, dirigente do centro liquidacionista que organizou a crise e a cisão da IVª Internacional em 2015, escreve em Maio de 2017 que *“o capital deixou de poder contar com a frente popular”*. Será assim

devido à *“decomposição dos partidos de esquerda (...), rejeitados pelas massas”*⁽¹¹⁾. Resumamos esta demonstração, se se lhe pode dar esse nome. 1º - os partidos de esquerda decompõem-se, 2º - porque as massas os rejeitam, 3º - portanto, não se pode fazer um dispositivo clássico de frente popular. QED.

Para Trotsky, conforme se viu, o conceito de frente popular não se prende com a forma específica dos partidos operários burgueses tal como existiam nos anos trinta em países como a França ou Espanha. Prova disso é o que ele escreve sobre o Peru ou os Estados Unidos. Para Trotsky, o carácter estratégico da questão da frente popular tem que ver com a compreensão de que os processos revolucionários que lavram na classe operária fazem com que as massas se mobilizem, mas sofrendo de ilusões que as fazem confiar nas organizações que consideram suas. Ora, as direcções traidoras dessas organizações urdem acordos com a burguesia, opondo uma barreira contra-revolucionária ao movimento das massas. Daí toda a importância que Trotsky dá ao estabelecimento do diálogo com as massas numa linha de ruptura, pedagógica e firme, cujo ponto de partida é a independência da IVª Internacional das frentes populares.

“Sim, mas os velhos partidos desapareceram, varridos, todos eles, pelas massas”, objecta Gauthier, “por isso não é possível fazer uma frente popular”. Para Trotsky, porém, a frente popular constitui-se com os materiais de que precisa, velhos partidos ou partidos mais recentes (a APRA tinha poucos anos quando Trotsky escreveu que ela era um *“partido frente popular”*). *“Todos os velhos partidos desapareceram”*, escreve Gauthier. No entanto, na Grã-Bretanha, o Labour Party, em Espanha, o Partido Socialista, em Portugal, o Partido Socialista e o Partido Comunista, para só dar alguns exemplos, continuam a ser partidos operários burgueses de massas, tal como o SPD na Alemanha, e outros partidos noutros países. Observar-se-á que, noutros países em que os velhos partidos ou desapareceram ou ficaram significativamente enfraquecidos, partidos mais recentes (geralmente saídos da crise dos primeiros) tendem a ocupar o lugar daqueles, com linhas que, de uma maneira ou de outra, remetem para a frente popular. Não é um problema de velhice ou juventude dos partidos. É a necessidade que o imperialismo tem de encontrar instrumentos que lhe permitam conter o movimento das massas graças às direcções desses partidos — velhos partidos ou partidos mais recentes, mas saídos dos velhos aparelhos — bastando que essas direcções se recusem a enveredar pela ruptura com a ordem burguesa.

E Espanha, e Portugal, e a Grécia?

A frente popular já não está na ordem do dia? Olhemos para os factos. Por exemplo, observemos o que se tem passado nestes últimos anos em três países em que os trabalhadores se têm mobilizado aos milhões e milhões contra os planos do FMI e da União Europeia: a Grécia, Espanha e Portugal. Nestes três casos, face à incessante mobilização, com sucessivas greves gerais de milhões de trabalhadores com as suas organizações aos gritos de *“Abaixo a troika, fora o FMI, fora o Banco Central Europeu, fora a União Europeia”*, o capital resolveu-se a fazer apelo aos partidos operários burgueses (que não haviam desaparecido, ao contrário do que afirma Gauthier) — partidos operários burgueses >>>

⁽¹¹⁾ Introdução à edição francesa do livro de Javier Arrizabaldo, Maio de 2017.

● DOSSIÊ

>>> muito antigos, como o PS em Espanha e o PS e o PC em Portugal, ou partidos novíssimos, como o Syriza, saído de uma recomposição entre resíduos do Partido Comunista e de outros grupos —, todos eles tendo em comum envolverem-se em coligações com a burguesia, não tanto, desta feita, na forma de partidos desta (se bem que, na Grécia, um partido burguês tenha feito parte da coligação), mas na forma de uma aliança com as instituições da União Europeia para preservá-las. Espanha, Portugal, Grécia, são três governos constituídos no essencial por “partidos operários” ou o que deles saiu, que põem escrupulosamente em prática os planos da União Europeia rejeitados pelas massas, contra as massas.

Ousar-se-á dizer que não são os partidos tradicionais, ou que estes desapareceram, como pretende Gauthier?

Em Espanha, é o velho Partido Socialista Operário Espanhol, partido histórico da classe operária, que está no governo. Está lá com o apoio do que resta do PC — através da “esquerda unida” (*Izquierda Unida*) — e do *Podemos*, a formação altermundialista aliada de Jean-Luc Mélenchon, que negocia lugares no governo.

Na Grécia, o Syriza, o partido de Tsipras, é uma coligação de sectores saídos, no essencial, da crise do Partido Comunista. Em Portugal, há uma aliança parlamentar entre o Partido Socialista, o Partido Comunista (e o Partido dos Verdes controlado pelo PC) e o Bloco de Esquerda, aliado de Jean-Luc Mélenchon. Ousar-se-á dizer que a política destes três governos não tem sido, não é, uma política resolutamente subordinada às exigências da classe capitalista, aos seus planos de austeridade, à sua ofensiva contra os direitos do povo catalão em Espanha, aos seus planos de privatização? Ousar-se-á dizer que não são coligações de frente popular?

E o Brasil?

E no Brasil, que dizer da política impulsionada pelo Partido dos Trabalhadores durante os treze anos em que esteve no poder? Os governos de coligação formados por uma aliança do PT com diferentes partidos, incluindo partidos burgueses, meteram-se durante treze anos a fazer privatizações, recusaram-se a pôr em xeque as instituições herdadas da ditadura, criaram as condições para que, através de golpes de Estado sucessivos fomentados pelo imperialismo americano, se tornasse possível, no âmbito das instituições mantidas, derrubar aqueles governos de coligação em que o PT desempenhava um papel central. Ousar-se-á dizer que não era um governo de frente popular — com um partido que, todavia, é um “jovem” partido operário sem, por isso, ser menos partido operário burguês?

E a “nova frente popular ecológica” de 2019?

Qual é o interesse desta discussão?

Compreende-se o embaraço de Lucien Gauthier, na medida em que, nas referidas coligações, pelo menos em duas delas, participam aliados muito próximos da *France insoumise*, com os quais esta fez uma campanha conjunta para as eleições europeias. Ora, os dirigentes da CCI em França respeitam um imperativo: não se pode dirigir nem

uma palavra de crítica à *France insoumise*. Mesmo assim, fique Gauthier embaraçado ou não, factos são factos.

Na própria França, aliás, o que faz a *France insoumise*, no momento em que se escrevem estas linhas? Reivindicando a filiação na frente popular de 1934-36, no seu governo e na sua política, um dos deputados e porta-vozes da *France insoumise*, François Ruffin, lançou um apelo vibrante, no dia 23 de Agosto, por ocasião das universidades de verão da organização, à constituição de “*uma nova frente popular ecológica*” com o partido pequeno-burguês reaccionário Europe-Écologie-Les Verts, ardente defensor das instituições da União Europeia.

E na Argélia?

Chegamos enfim à questão argelina. Representará ou não o apelo das forças democráticas um quadro de frente popular? É forçoso observar que ele corresponde a todas as definições mais clássicas do alcance da expressão “frente popular”. Dele participam os principais partidos operários ou que, pelo menos, disso fazem figura (PT, PST, partidos saídos do PC); todos eles se colocam resolutamente num quadro de transição respeitador das instituições. E esta frente popular erige-se face ao movimento de milhões e milhões que dizem: “*Fora o sistema!*”, colocando a necessidade da Assembleia Constituinte. Compreende-se a inegável vantagem que representa, para um Gauthier, decretar que a frente popular deixou de ter actualidade: se a frente popular deixou de ter actualidade, lutar contra a frente popular também deixa de a ter; por conseguinte..., se deixou de ter actualidade lutar contra a frente popular, até se pode participar na constituição de uma frente popular... pois a frente popular já não é frente popular!

O que suscita outras perguntas. Se a frente popular está desactualizada, se o imperialismo já não precisa de recorrer a essa coligação de partidos operários e partidos burgueses para barrar o caminho à revolução, sem que Lucien Gauthier indique que outras ferramentas forje ele para tal fim, uma conclusão haverá que tirar: que, se o imperialismo deixou de precisar de instrumentos para barrar o caminho à revolução, é porque a própria revolução proletária deixou de estar na ordem do dia. Voluntariamente ou não, é uma confissão da desistência de qualquer perspectiva revolucionária. Para os extrotskistas da direcção da CCI e seus amigos internacionais, pode-se, e deve-se, aguardar a linha de demarcação entre partidários da frente popular e partidários da revolução proletária e tapar o fosso que separa a revolução da contra-revolução.

Pela nossa parte, ficamo-nos pelo terreno da IVª Internacional: lutar pelo governo operário e camponês está na ordem do dia e mais do que nunca, implicando lutar pela frente única, pela ruptura com o capitalismo, e requerendo não fazer nenhuma concessão, seja em que forma for, a frentes populares existentes ou em constituição.

Em 2019, tanto ou mais ainda do que em 1938, não há lugar para a IVª Internacional em nenhuma frente popular. ●

Documentos

Problemas do processo revolucionário na Argélia

O que teve início na Argélia no dia 22 de Fevereiro de 2019 é um verdadeiro processo revolucionário⁽¹⁾. Ao fecharmos este número d’*A Internacional*, a mobilização entra no seu sétimo mês e, apesar de todas as manobras, nem o regime argelino nem as grandes potências imperialistas que cobiçam as riquezas da nação argelina foram capazes de “mandá-lo para casa”.

As manifestações populares de massas continuam, aos gritos de “*Fora o sistema!*” e da exigência de soberania popular. Nesta mobilização de massas, a classe operária encontra a sua própria expressão numa vaga de greves que misturam reivindicações económicas e políticas e no processo de “recuperação” dos sindicatos filiados na central histórica, a UGTA⁽²⁾, assim como na constituição, ainda esparsa, de “comités populares”.

Como escrevia o número 31 de *Minbar El Oummel* (Tribuna Operária), a publicação do Comité de Organização dos Socialistas Internacionais da Argélia (COSI), no dia 28 de Agosto:

“Nunca, desde que se abriu a crise revolucionária há pouco mais de seis meses, a situação política se mostrou tão clara. Resume-se a duas vias possíveis. A preparação, organização e realização da eleição presidencial com a máxima brevidade, como exige o chefe de Estado-Maior (o general Gaid Salah — NdR), ‘já que’, como ele diz, ‘é a única que respeita a Constituição, além de que o tempo é limitado’ E a convocação da Assembleia Constituinte soberana, que é a única que pode fazer suas aspirações profundas das massas, repetidas marcha a marcha, manifestação a manifestação desde 22 de Fevereiro: ‘Fora o sistema!’, ‘A palavra ao povo!’ e ‘Não ao diálogo com a mafia!’”

Abriu a perspectiva de convocação imediata da Assembleia Constituinte soberana, dar-lhe substância, inscrevendo no coração da luta comités populares que se vão formando, inscrever nesta perspectiva a luta por um governo dos trabalhadores e das massas oprimidas que concretize as suas aspirações democráticas e sociais e rompa com o imperialismo, abrir a mais ampla discussão sobre a necessidade de um partido dos trabalhadores, indissociável da luta pela independência das organizações sindicais, tais são as questões postas à discussão da vanguarda na actual situação.

Para tal é, bem entendido, necessário identificar tanto os obstáculos como os apoios. É no fito de contribuir para esta discussão que *A Internacional* publica neste número uma série de documentos que apresentamos à reflexão dos nossos leitores.

Documento n° 1 — Carta Aberta aos dirigentes da FFS, do MDS, do PT e do PST (iniciativa do COSI)

No mês de Junho, o regime desata a repressão. À guisa de manobra de diversão, proíbe o emblema amazigh (berbere) — encontrando a rejeição dos manifestantes, arabófonos como berberófonos. No seguimento de uma conferência da “sociedade civil” que reúne muitas associações, instituições, mas também dirigentes da Central Sindical Autónoma (CSA), sete partidos políticos e uma das Ligas de Defesa dos Direitos do Homem assinam um “Apelo às Forças da Alternativa Democrática”: a Frente das Forças Socialistas (FFS), a União Cultura e Democracia (RCD), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), a União Mudança e Progresso (UCP), o Movimento Democrático e Social (MDS) e o Partido Laicidade e Democracia (PLD).

Esclareça-se desde já que a Frente das Forças Socialistas (FFS), ainda que em crise, desempenha um papel motor no lançamento deste apelo. Lembre-se que este partido é a organização filiada na Internacional Socialista na Argélia. O MDS e o PLD são ambas organizações saídas da crise do ex-Partido da Vanguarda Socialista (PAGS, partido ligado à burocracia soviética antes da queda da URSS). O PST representa a corrente “pablista” na Argélia, enquanto os dirigentes do Partido dos Trabalhadores tomaram posição a favor do grupo que tomou a responsabilidade de cindir a IVª Internacional (reproclamada em 1993) em 2015. A UCP e, sobretudo, o RCD são partidos burgueses que militam abertamente pelas “reformas estruturais” e pelas privatizações e reivindicam o quadro do regime existente.

Logo no dia 9 de Junho, o Comité de Organização dos Socialistas Internacionais (COSI) fez circular uma carta aberta aos responsáveis e militantes dos partidos que, entre os sete, têm a sua origem no movimento operário.

“Camaradas,

Nesta Quarta-feira, a imprensa dá ampla cobertura ao apelo por vós lançado, com três outras formações políticas (RCD, UCP, PLD) e uma das Ligas dos Direitos do Homem, presidida por Noureddine Benissad. A carta dirige-se “às forças da alternativa democrática”, convidando-as para uma “conferência nacional” no próximo dia 26 de Junho (...).

Por um lado, o apelo faz um diagnóstico perfeito >>>

⁽¹⁾ Leiam-se nomeadamente os artigos consagrados à situação na Argélia nos n°s 12 e 13 d’*A Internacional*.

⁽²⁾ União Geral dos Trabalhadores Argelinos.

● DOSSIÉ

>>> *do sistema actual, incapaz de responder positiva e plenamente às aspirações de todo o povo a decidir o seu futuro, como há dezoito semanas este vem reclamando sem descanso; por outro lado, porém, depois de se erigir em única força política “capaz de traduzir fielmente” as aspirações do povo, o vosso apelo propõe-se “elaborar uma solução política ambiciosa, razoável e realizável” (o destaque é nosso). E, para maior clareza, o vosso apelo indica mais à frente que está na hora da “concertação e diálogo para construir um pacto político consensual que venha a definir os contornos do processo de transição democrática” (destaque ainda nosso).*

Saiam então de cena os milhões de mulheres e homens, trabalhadores, jovens, estudantes e camadas empobrecidas do campo. Não se têm eles manifestado? Não têm eles clamado claramente, desde o dia 1 de Março, por “Fora o sistema!”, “Dar a palavra ao povo”? Não escutaram, nas mais recentes marchas e manifestações, a reivindicação que surge de baixo: “Soberania popular”? (...) Ao fazer manifestações nas últimas dezoito semanas, o povo inteiro está a pôr a questão do poder. A rejeitar tudo o que vem do sistema. A reivindicar que “todos, sem excepção” — personalidades e instituições ilegítimos aos olhos da democracia — desapareçam, deixando-o a ele eleger as formas que haja de tomar o “convívio social”.

Todas as forças políticas apegadas à soberania popular hão-de reconhecer que a única perspectiva que responde à situação e a todas as aspirações afirmadas e reiteradas semana após semana pelas massas cabe em três palavras: Assembleia Constituinte soberana. O COSI concorda inteiramente com a moção do “Comité Nacional Provisório pela Erradicação do Trabalho Precário”, que não teve a possibilidade de submeter à pretensa “conferência da sociedade civil”, que declarava: “(...) Em nome das nossas organizações e associações, temos por necessário convocar e eleger uma Assembleia Constituinte soberana. Depositária única da soberania popular por mandato de todo o povo, caber-lhe-á inscrever na pedra as tarefas democráticas e sociais que ainda estão por cumprir, ou seja, o exercício pleno das liberdades democráticas; medidas urgentes para resolver a crise económica; a instauração do monopólio do comércio externo; a denúncia de todos os acordos com a União Europeia e a OMC; o regresso à comunidade nacional de todas as empresas ou terras espoliadas pelos oligarcas nacionais, pelos seus cúmplices empoleirados nos aparelhos de Estado e grandes empresas estrangeiras; o aumento geral dos salários; a instauração da escala móvel dos salários e dos preços e a repartição justa do trabalho... (...).”

Esta via é a única que poderá satisfazer as aspirações democráticas e sociais das mais largas massas, uma vez que é a que respeita a sua livre escolha, nomeadamente a de eleger e controlar os seus representantes. Esta via é a que deve ser a vossa. Uns e outros vos construístes e afirmastes, no passado, na luta pela Assembleia Constituinte soberana, pela satisfação das reivindicações das massas, na luta pela independência dos sindicatos e dos trabalhadores e na construção de um sindicato independente dos estudantes. Hoje, porém, quando é o movimento de milhões de argelinas e argelinos, mobilizados desde 22 de Fevereiro, a pôr na imediata ordem do dia a necessidade de convocar e organizar eleições

para a Assembleia Constituinte soberana, vemo-nos obrigados a observar que lhes virais costas. Camaradas, a alternativa é simples: ou reatar com esta orientação ou persistir numa via que fará de vocês bóia de salvação do regime ou coisa que o valha, regime que não pede melhor do que encontrar interlocutores “responsáveis e razoáveis”. Uma via que vos fará aceitar amanhã o que ontem recusavam (...).”

Argel, 19 de Junho de 2019

O Comité de Organização dos Socialistas Internacionais (COSI) apela aos trabalhadores, jovens estudantes e militantes organizados ou não a partilhá-la nas redes sociais.

Documento n° 2 — O “Pacto político por uma verdadeira transição democrática”

Enquanto se preparam manifestações imensas para Sexta-feira, 5 de Julho — aniversário da independência, ocorrida em 5 de Julho de 1962 — e o movimento próprio da classe operária se afirma sem descanso, como demonstra a greve de surpresa dos ferroviários de Argel, os sete partidos das “forças da alternativa democrática” tornam público, no dia 26 de Junho, um “pacto político para uma verdadeira transição democrática”.

“Pacto político por uma verdadeira transição democrática”

“Nós, partidos políticos, personalidades e representantes da sociedade civil que militamos pela soberania popular e pela alternativa democrática, reunidos em 26 de Junho em Argel, saudamos a mobilização e a determinação do povo argelino, mais do que nunca decidido a impor pacificamente uma mudança radical do sistema autoritário.

Temos salientado a necessidade de preservar o carácter pacífico, unitário e nacional do movimento popular, de modo a instaurar um processo constituinte soberano que leve em consideração as aspirações democráticas e sociais da imensa maioria do povo.

Assim, consideramos que a organização de uma eleição presidencial é a expressão da maturidade política das populações, assim como a cristalização das lutas contra um sistema liberticida e anti-social que persiste em sonegar o direito e a democracia e tem, desde a independência do país, desvirtuado as aspirações do povo argelino.

Face a esta formidável demonstração das forças populares, o poder tem multiplicado as manobras com a única esperança de pôr em xeque a vaga de fundo cidadã e impedir qualquer alternativa política credível para uma mudança democrática radical.

Hoje o poder real é assumido e exercido inteiramente pelo estado-maior do exército.

A proibição do emblema amazigh nas manifestações públicas e a judicialização da acção política são disso provas adicionais.

Denunciamos e alertamos contra tais derivas, que visam semear a divisão, o medo e a confusão.

A maioria do povo argelino saiu do seu silêncio, exprimindo-se a favor de uma mudança de sistema e da instauração de um Estado de direito democrático e social.

Nenhuma negociação e nenhuma transição democrática são possíveis sem:

- a libertação imediata de todos os presos políticos e de opinião;
- a libertação do campo político e da comunicação social;
- o fim imediato do assédio judicial e das ameaças contra os cidadãos, os militantes de partidos políticos e suas organizações, o movimento associativo, sindicalistas, militantes dos direitos do homem, jornalistas...;
- fim imediato do desbaratamento das riquezas nacionais e recuperação dos bens espoliados;

Isto passa pela organização de um período de transição que reúna os meios políticos para que se exprima uma verdadeira soberania do povo e se edifique um Estado de direito democrático assente:

- na independência da justiça;
- na separação e equilíbrio dos poderes;
- na não utilização da religião e do património e dos símbolos da nação para fins políticos;
- na igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- na não utilização da violência para conquistar e exercer o poder;
- no direito de associação e no direito de organização sindical em regime estritamente declarativo;
- no direito de reunião, organização e manifestação;
- na garantia pelo Estado dos direitos sociais e económicos fundamentais dos cidadãos;
- na consagração das liberdades individuais e colectivas, sindicais e do direito de greve;
- na soberania popular sobre as riquezas naturais da nação;
- na consagração do papel do Estado na condução do desenvolvimento nacional e na luta contra as desigualdades sócio-económicas e a pobreza;
- no respeito de todos os pluralismos.

Os participantes estão determinados a trabalhar num quadro unitário aberto a todas as forças que se reconheçam na alternativa democrática, de forma a permitir ao povo argelino reaver toda a sua soberania.

Manifestamos a nossa solidariedade indefectível com os povos que lutam pela sua liberdade e pela sua soberania em todo o mundo.

Viva a Argélia livre e democrática!

Glória aos nossos mártires!"

Argel, 26 de Junho de 2019

Documento n.º 3 — Carta aberta aos militantes que querem manter-se fiéis à classe operária e aos seus interesses históricos

No dia 9 de Julho, O COSI tornou pública uma "Carta aberta aos militantes que querem manter-se fiéis à classe operária e aos seus interesses históri-

cos", que o CORQI deu depois a conhecer às suas organizações em todo o mundo.

"Caros camaradas,

Pela vigésima semana consecutiva, milhões e milhões de anónimos manifestaram uma vez mais as suas aspirações profundas: "*Fora com o sistema!*"; "*Soberania popular*". Este movimento do povo inteiro pela democracia, pela soberania nacional e pela soberania popular põe na ordem do dia a convocação da Assembleia Constituinte soberana, que registará o fim definitivo do regime rejeitado pelas massas e há-de definir forma e conteúdo das instituições desta Argélia nova a que milhões aspiram (...).

Ora, camaradas, como sabeis, no dia 26 de Junho, ao selarem um "*pacto político por uma verdadeira transição democrática*" com outros partidos — alguns dos quais representam uma fracção da burguesia *compradore* subordinada ao imperialismo —, os dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT), por um lado, e do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), por outro, dois partidos que se reclamam da revolução proletária, franquearam uma linha vermelha (...).

Contam-se, na verdade, entre os signatários a União Cultura e Democracia (RCD) e a União Mudança e Progresso (UCP). A RCD, que esteve representada por três ministros no primeiro governo Bouteflika-Benflis, na altura em que este reprimiu no sangue o levantamento da juventude na Cabília, nunca escondeu, pelo seu programa, o seu apego "*a uma economia de mercado social e ética*", a uma "*privatização acelerada das empresas públicas*" e o seu apoio às medidas e recomendações do FMI e do Banco Mundial.

A UCP, presidida por Zoubida Assoul, é uma concha vazia (...). Zoubida Assoul participou na "Mouwatana" (movimento criado em 2018 por partidos favoráveis a uma "reforma" do regime Bouteflika — NdR) ao lado de Ahmed Benbitour, ex-primeiro-ministro e principal negociador com o FMI, e de Ali Benouari, ex-ministro das finanças e actual administrador executivo de vários fundos financeiros privados, um deles do banco francês Société générale. Há igualmente, entre os signatários, dois resíduos da crise do Partido da Vanguarda Socialista (PAGS), partido estalinista histórico: o Movimento Democrático e Social e o Partido Laicidade e Democracia (PLD). O MDS reconverteu-se totalmente à "economia de mercado" e, no seu mais recente Conselho Nacional, opôs-se à reivindicação de assembleia Constituinte soberana. O PLD ainda faz melhor. Moulay Chentouf, o seu principal dirigente, escreve em mensagem publicada no *El Watan* de 21 de Maio e no *Le Soir d'Algérie* de 23 do mesmo mês: "*O ANP (Exército Nacional Popular — NdR) deve ser o garante do carácter pacífico da transição e do seu desfecho democrático. O ANP é a força mais avançada e mais organizada do Estado e da sociedade. O povo conta, por isso, com o seu exército para acompanhar o processo revolucionário que tem em curso. Urge que o ANP se enquadre plenamente no sentido das reivindicações do povo, traduzindo concreta e urgentemente a sua palavra de ordem maior: "Fora com o sistema!" na dissolução de todos os partidos políticos sem excepção e de todas as organizações sindicais (...).*"

>>>

● DOSSIÊ

>>>

Caros camaradas,

Têm surgido outras alianças desta natureza em certas circunstâncias da luta de classes à escala mundial, estando as lições que delas se tiram generalizadas no *Programa de Transição* da IVª Internacional, programa que nos e vos inspira: “As *frentes populares*”, por um lado, o fascismo, por outro lado, são os últimos recursos políticos do imperialismo na sua luta contra a *revolução proletária*.” Acrescentando o programa que não há lugar para as organizações revolucionárias em nenhuma frente popular, uma vez que aquelas se opõem irremediavelmente a todos os agrupamentos políticos ligados à burguesia. Falando dos *países coloniais e semicoloniais, não apenas na China e na Índia, mas também na América Latina*”, o *Manifesto de Alarme da IVª Internacional* (de 1940) denunciava “a fraude da frente popular”, que servia para “paralisar a classe operária” por conta do imperialismo.

É o que este “pacto” de 26 de Junho é. À vontade mil vezes manifestada por milhões de argelinos de “Sistema para a rua!” e “Soberania popular!”, o “pacto” contrapõe a perspectiva de “*instaurar um processo constituinte soberano que leve em consideração as aspirações democráticas e sociais da imensa maioria do povo*”, pronunciando-se pela “*organização de um período de transição que reúna os meios políticos para a expressão de uma verdadeira soberania do povo e a edificação de um Estado de direito democrático*”.

A declaração do “pacto” de 1 de Julho vai um passo mais à frente: “*As forças políticas da alternativa democrática reafirmam mais do que nunca a sua vontade de actuarem de concerto com todas as forças vivas da nação*” (...).

Coligação com partidos burgueses subordinados ao imperialismo, reivindicação de um “*período de transição*”, de uma “*acção de concerto com as forças vivas da nação*”, sabendo nós todos, em conformidade com a linguagem corrente em voga no nosso país, que aquelas incluem, nomeadamente, a hierarquia militar, assim como os partidos corruptos, ontem ligados ao regime, hoje pretensas “*forças da mudança*” (disso testemunho, a presença física de Abdelaziz Rahabi, ex-ministro e coordenador das “forças da mudança”, na reunião de 26 de Junho). Tudo isto é não só virar as costas às aspirações das massas, é renunciar e tentar proibir que se imponha a única saída democrática: a Assembleia Constituinte soberana que tome em mãos todos os poderes para pôr em prática a soberania popular.

Da parte de dirigentes de partidos como o PT e o PST, que se reivindicam do socialismo, é a queda na frente popular, política que tem sempre servido de preparação das piores derrotas do proletariado, desde o esmagamento da revolução chinesa em 1927 ao da revolução espanhola em 1936-39 ou, ainda, à tragédia do Chile em 1973.

Caros camaradas,

Os dirigentes do PT e do PST selaram um “pacto político” com os advogados da burguesia que servem de ponte com o regime e seus aliados. É uma aliança sem margem firme, abrindo-se, nomeadamente, ao conglomerado reaccionário baptizado “*forças da mudança*”, composto por partidos, organizações e “personalidades nacionais” (nada menos de trinta ex-primos-ministros e ex-ministros) cujo objectivo ex-

clusivo é contribuir para a manutenção do regime com os “sacrifícios” que forem necessários. O seu coordenador, Abdelaziz Rahabi, também ele ex-ministro e ex-embaixador, fez, a seguir a um “foro” das suas forças, declarações que merecem ser levadas ao conhecimento dos militantes operários.

Explicou Rahabi que “*eu próprio propus às forças da alternativa democrática que se procurasse a possibilidade de estabelecer pontes entre as nossas duas alternativas e procurar convergências. Estas podem existir, tanto mais que aquele grupo não reclama uma constituinte com tanta firmeza e exigência. O que representa, em si mesmo, uma evolução muito interessante para se poderem estabelecer pontes entre as iniciativas propostas na cena política (...). É isso que encaramos fazer na próxima etapa (...), por forma a chegar a uma abordagem comum e consensual da oposição no seu conjunto e da sociedade civil para sair da crise*”.

Melhor se compreende assim o abandono da reivindicação de “*eleição da Assembleia Constituinte soberana*” e a utilização, no “pacto político”, dos termos “*processo constituinte*” e “*transição democrática*”.

Caros camaradas,

Que os dirigentes do PT e do PST rompam sem demora este pacto político e se empenhem na unidade na luta pela assembleia Constituinte soberana e, por todas as formas, pelas satisfação de todas as reivindicações democráticas e sociais das massas e pela independência política dos trabalhadores. A recusarem e persistirem naquela via, estariam a transformar-se em instrumentos contra o processo revolucionário surgido em 22 de Fevereiro último. Como sabemos, esta política desastrosa dos dirigentes do PT e do PST deu, em reacção, azo a numerosas tomadas de posição e reagrupamentos de militantes. O COSI dá-vos a conhecer, como material de discussão sobre os problemas fundamentais de orientação, a sua declaração de 30 de Junho, intitulada: “*Nenhum pacto com o regime! Nenhum pacto para negociar uma pseudo-“transição democrática” com o regime! Mais do que nunca, convocação da Assembleia Constituinte soberana, já! Para tal, comecemos desde já a constituir comités populares e comités de cidadãos pela Assembleia Constituinte soberana!*”

Outras iniciativas, ao arrepio do “pacto” frente-populista que leva à derrota, afirmam a necessidade de comités populares pela convocação imediata da Assembleia Constituinte soberana que tome todos os poderes em mãos. Outros militantes, nomeadamente actuais e antigos militantes do PT (e, a outro nível, militantes do PST), manifestaram individual ou colectivamente o seu desacordo com o “pacto”.

O COSI dirige-se a todos estes camaradas que querem permanecer fiéis à classe operária e aos seus interesses históricos. Hoje a revolução bate à porta. A necessidade de construção de uma vanguarda que ajude a classe operária argelina a assumir a direcção das massas oprimidas, generalizar a constituição de comités populares, ajudar o movimento de reapropriação das organizações sindicais e contrapor a “diálogos” com o regime e a pretensas “transições democráticas” a convocação imediata da Assembleia Constituinte soberana faz-se sentir um pouco mais a cada dia que passa. Nestas condições, a urgência é que todos nós, militantes que nos recusamos a dobrar

ante este “pacto” de frente popular, nos encontremos e debatamos sem nenhuma condição prévia.

Pela sua parte, o Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas está disponível para abrir sem tardar esta discussão sem mais condições, de modo a ajudar a reagrupar as forças da vanguarda operária, o que é indispensável para ajudar as massas a impor a sua vontade: “Fora o regime!”, “Soberania popular!”.”

Argel, 9 de Julho de 2019

Documento nº 4 — “Revolução ou transição democrática? (carta de um leitor argelino a *La Tribune des travailleurs*, publicada a 24 de Julho de 2019)

Não é secundário observar a minuciosa e científica dissimulação da participação dos dirigentes do PT da Argélia num grupo de tipo frente popular praticada pelo semanário *Informations ouvrières*, publicado em França pelo grupo liquidacionista (cujos artigos são traduzidos e difundidos à escala internacional). Citemos esta carta de um leitor argelino intitulada “*Revolução ou transição democrática?*”, publicada por *La Tribune des travailleurs* em 24 de Julho de 2019.

“Leitor atento de *La Tribune des travailleurs* e das *Informations ouvrières*, interpelou-me um artigo de Lucien Gauthier do último número das *Informations ouvrières* (562, 18 de Julho de 2019). Este artigo, justificativo da assinatura do pacto político por uma verdadeira transição democrática pelo Partido dos Trabalhadores da Argélia (PT), em 26 de Junho último, juntamente com seis outros partidos, alguns dos quais, como o RCD, estiveram representados nos governos Bouteflika, cita deste modo um documento do PT: “*O Partido dos Trabalhadores explica, a propósito do “pacto político por uma verdadeira transição democrática” assinado pelos sete partidos, pela Liga Argelina dos Direitos do Homem e por várias personalidades*: “Este texto, realizado na batalha de frente única, é uma alavanca para a mobilização das massas que querem acabar com este regime (...). Ao reafirmarem que a sua vontade é, mais do que nunca, actuar de concerto com todas as forças vivas da nação para satisfazer as aspirações legítimas do povo argelino, consagrando a sua soberania pela introdução de um processo constituinte soberano e recusando a eleição presidencial que o regime quer organizar, os partidos signatários do pacto estão a ajudar a reforçar o processo revolucionário (...). No início, o conceito de transição fora avançado por actores políticos que pretendiam fagocitar o processo revolucionário, propondo soluções não conformes com as que a esmagadora maioria deseja (propondo, nomeadamente, uma conferência de transição que juntasse toda a oposição para propor uma saída para a crise). Depois de o regime fazer, porém, ouvidos moucos a qualquer solução que não seja a sua e começar a fazer campanha contra a transição, as massas apoderaram-se desta palavra de ordem, contrapondo-a à solução que o regime pretende impor, ou seja, à eleição presidencial. Para nós, a verdadeira transição consiste na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e soberana.”

Como o autor do artigo não indicava a fonte desta citação, pus-me à procura de todos os comunicados do PT publicados desde 26 de Junho (data da assinatura do “pacto”) e não encontrei em lado nenhum o rasto de tal documento. Existirá realmente? Há razões para duvidar, tanto mais que ele alega que as massas, que todas as Sextas-feiras enchem as ruas a dizer “Sistema para a rua!”, se terão, cito, “*apoderado da palavra de ordem de transição democrática*”. Eu tenho participado em todas as “marchas da Sexta-feira”, em muitas marchas dos estudantes às Terças-feiras e em muitas concentrações contra a repressão, pela recuperação da UGTA pelos trabalhadores, etc. E posso dizer que NUNCA ouvi, nem uma vez, alguém que “marchasse” reivindicar uma “transição democrática”, fosse de que tipo fosse. O que se há-de compreender? Que se está a tentar justificar um “pacto” cujos iniciadores acabam de convocar, neste dia 21 de Julho, uma “convenção nacional por uma verdadeira transição democrática” para 31 de Agosto próximo, virando costas mais uma vez à única perspectiva democrática, que é a de convocação e eleição imediata da Assembleia Constituinte soberana?

Os dirigentes do PT têm-se, nestes últimos dias, multiplicado em declarações, na imprensa argelina, “a favor da Assembleia Constituinte”, pretendendo que esta velha palavra de ordem revolucionária, que foi a palavra de ordem do PT durante anos, é equivalente à reivindicação de “processo constituinte” incluída no “pacto”. Mas alguém se deixa iludir? O próprio poder é a favor de um “processo constituinte”... depois da eleição presidencial que quer impedir ao povo argelino, nem que para isso tenha que passar por um “diálogo” com a “sociedade civil”, os partidos e as pretensas “personalidades nacionais”. Para quê o artigo então? Para fazer quem acreditar em quê? A redacção das *Informations ouvrières* mudou visivelmente de posição desde os artigos que, em 2011, consagrou à revolução tunisina, que reencontrei na minha colecção, em dos quais premonitoriamente intitulado “*Revolução ou transição democrática?*”

Documento nº 5 — Dirigentes da RCD, da FFS e da UPC acerca da “transição democrática”

Que dizem os “parceiros” do PT e do PST no “pacto” de frente popular?

Mohcine Belabbas, o presidente da União Cultura e Democracia (RCD), declarou no dia 26 de Junho, dia da assinatura do “pacto”: “*A transição não significa apenas uma assembleia constituinte; existem muitos outros mecanismos, e temos que chegar a acordo sobre um mecanismo específico.*” Outros mecanismos... mas, sobretudo, nada de Constituinte!

A Frente das Forças Socialistas (FFS), o partido filiado na Internacional Socialista, pronuncia-se, em resolução do seu conselho nacional do mês de Junho, por “*iniciar um verdadeiro processo democrático de transição que tenha o condão de reunir condições para um verdadeiro consenso nacional (...), um diálogo mediante uma conferência soberana, um pacto político, uma convenção nacional de acompanhamento e controlo da transição, uma instância de suplência e um governo de transição.*” >>>

● DOSSIÊ

>>> Zoubida Assoul, presidente da União pela Mudança (UPC), indica, no *El Watan* (4 de Agosto), o papel que, para ela, devem desempenhar as “forças da alternativa democrática”: “*Para dialogar, era preciso que o Estado e o exército participassem, não podemos dialogar connosco próprios. Vista a complexidade da situação, o exército poderia ser o facilitador desta transição democrática (...). Actualmente, há três ou quatro iniciativas. Resta-nos reunir esta gente à volta, talvez, de uma conferência nacional e tentar encontrar um roteiro comum e consensual.*”

Documento nº 6 — A imprensa relata a conferência de 24 de Agosto em Argel

Enquanto, a 23 de Agosto, vigésima sétima Sexta-feira de manifestações, ressoavam de novo, em todas as cidades da Argélia, as palavras de ordem “Regime para a rua!” e “Poder ao povo!” e se reatavam greves em muitas empresas, decorreu em Argel, à porta fechada, uma conferência que juntou os representantes da “sociedade civil” (saídos da reunião da “sociedade civil” de 15 de Junho, acima referida), alguns partidos das “forças da alternativa democrática” que haviam assinado, a 26 de Junho, um “pacto político por uma verdadeira transição democrática” (os representantes da RCD, da FFS e do Partido dos Trabalhadores), e as “Forças da Mudança” agrupamento de partidos e antigos ministros à volta do ex-ministro Abdelaziz Rahabi.

O *Reporter DZ* (de 25 de Agosto) escreve: “*Neste Sábado, 24 de Agosto, lugar ao fausto da sala El Djazair, na Safex, aos bolinhos, e ao “peixe graúdo” partidário e às personalidades políticas. (...) O foro organizador encarrega-se do acolhimento e dos bolinhos. As forças da alternativa democrática compareceram, mas em fileiras dispersas, com três ausências marcantes⁽³⁾ (...). Após a alocução de abertura, lida pelo presidente da sessão, segue-se o anúncio que irá fazer sangrar os jornalistas da imprensa escrita e audiovisual presentes: os trabalhos da conferência decorrerão à porta fechada. Oficialmente, a pedido de vários partidos políticos, que, interrogados quanto a isso, juram a pés juntos nunca terem sido contra um debate público aberto... Muitos jornalistas e fotógrafos estão furiosos. “Vão conspirar nas costas do povo?”, ouve-se no meio do burburinho. Ou então: “Estes políticos são capazes de nos vender a quem der mais! Aposto que estão todos a negociar às escondidas com o painel!”, dirá um jornalista. (...) Apesar da quarentena, chegam do salão algumas migalhas do debate. Tazibt, do PT, gaba a opção da Constituinte e deplora que Louisa Hanoune não esteja presente a representar o seu partido. Karim Tabbou (ex-dirigente da FFS — NdR) vitupera o painel e o sistema e elogia o encontro. (...) Entre duas intervenções em plenário, há quem não se contenha e se desfaça em declarações a uma imprensa ávida de informações. Soufiane Djilali, de Jil Djadid, refere ser “a favor de um processo constituinte, na condição de passar por presidenciais primeiro”. (...) Sadek Dziri, da UNPEF (União Nacional dos Profissionais do Ensino e da Formação) falará, pela sua parte, de uma conferência histórica, mantendo-se confiante no espírito consensual da conferência.*”

O meio de comunicação TSA (25 de Agosto) informa que os participantes decidiram criar “uma

instância de coordenação e de acompanhamento, encarregada de elaborar propostas e aproximar pontos de vista com base nos documentos de 15 de Junho, de 26 de Junho e de 6 de Julho”. O objectivo é “*a organização de uma conferência nacional, cuja data será anunciada ulteriormente*”. Os participantes propugnaram “*um escrutínio livre e honesto que reúna os mecanismos e garantias necessários*”. Disseram-se favoráveis a “*um diálogo sério, responsável e soberano*”, que requer “*medidas capazes de restaurar a confiança (libertação dos presos de opinião, levantamento das pressões sobre os espaços públicos, libertação dos meios de comunicação e desbloqueamento dos acessos à capital)*”.

Documento nº 7 — O apelo da assembleia geral de Bgayet (Bejaia), 24 de Agosto (excertos)

Por oposição ao que sai da reunião de Argel, nesse mesmo dia 24 de Agosto, em Bgayet (Bejaia), uma assembleia geral que reúne cidadãos, organizações sindicais autónomas, militantes políticos e simpatizantes da Frente das Forças Socialistas, do Partido dos Trabalhadores, do Partido Socialista dos Trabalhadores e do Comité de Organização dos Socialistas Internacionais adopta um manifesto de que publicamos excertos (publicados no nº 31 de *Minbar El Oummel*, de 28 de Agosto).

“As iniciativas ditas de diálogo, todas elas ao arrepio da dinâmica revolucionária em curso, são, na realidade, ofertas de serviços, legitimações oportunistas do golpe de força do poder, que tenta salvar o sistema através de eleições. (...) Na hora actual, longe de enfraquecer a dinâmica revolucionária, a repressão e as detenções arbitrárias e até a tomada de reféns por delito de opinião e porte da bandeira amazigh, reforçam a nossa determinação em ir até ao fim.

Reiteramos que não é possível nenhuma mudança verdadeira sem o sistema e seus esbirros se irem embora incondicionalmente: Conselho Constitucional, presidência, governo, senado, APN... A ruptura com este sistema não é compatível com as instituições actuais. Este período de transição permitirá ao povo lançar as bases de uma nova República no quadro de uma Assembleia Constituinte soberana, elaborada a partir da base.

Neste processo constituinte, caberá ao povo definir em que regime político pretende viver (presidencial, parlamentar...). Consagrará igualmente as liberdades fundamentais e os direitos democráticos e sociais abaixo enumerados, que são o mínimo democrático não negociável.

- libertação imediata de todos os presos políticos e de opinião;
- libertação do campo político e da comunicação social;
- fim imediato do desbaratamento das riquezas nacionais e recuperação dos bens espoliados;
- independência da justiça;
- separação e equilíbrio dos poderes;
- não utilização da religião, do património e dos símbolos da nação para fins políticos;
- igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- não utilização da violência para conquistar e exercer o poder;

⁽³⁾ Das “Forças da alternativa democrática”, fizeram-se representar na reunião de Argel de 24 de Agosto a RCD, a FFS, a UCP e o PT. O PLD e o MDS, tal como o PST, não compareceram.

- direito de associação e direito de organização sindical em regime estritamente declarativo;
- direito de reunião, organização e manifestação;
- garantia pelo Estado dos direitos sociais e económicos fundamentais dos cidadãos;
- consagração das liberdades individuais e colectivas, sindicais e do direito de greve;
- soberania popular sobre as riquezas naturais da nação;
- consagração do papel do Estado na condução do desenvolvimento nacional e na luta contra as desigualdades sócio-económicas e a pobreza;
- preservação das riquezas nacionais para as gerações futuras;
- respeito de todos os pluralismos.

Ampliar os debates aos níveis de locais de trabalho, universidades, bairros, aldeias.

Definir os objectivos políticos: libertação dos presos políticos tomados como reféns, organização de acções de protesto e de pressão com vista a alcançar estes objectivos.

Greve geral local, campanha de sensibilização por uma greve geral nacional. Concentração para manifestar a rejeição das eleições presidenciais que o sistema quer organizar. A única eleição legítima é a que passa pela via da Assembleia Constituinte. Amparar os presidentes das assembleias municipais nas decisões tomadas, de rejeição das eleições presidenciais que se antevêm. Interpelar o corpo da justiça para que ele tome posição ao lado do povo, a exemplo da juíza de Annaba. Intensificar a luta e os debates na Universidade, impondo a sua democratização. Organizar *sit-ins* e concentrações à frente dos edifícios do Estado. Exigir a dissolução das instituições ilegítimas (presidência, Senado, APN, etc.).

Viva a Argélia livre e democrática!

Glória aos nossos mártires!"

Bgayet, 24 de Agosto de 2019

Esclarecimento

Os camaradas trotskistas de Portugal fizeram-nos chegar um texto rectificativo de algumas razões incluídas no artigo do camarada François Forgeu sob o título “Os trotskistas franceses e o chamado movimento dos ‘coletes amarelos’”, publicado no nº 13 d’A *Internacional*, relativas à revolução portuguesa. Razões, no mais, secundárias para o tema principal do artigo, a análise do fenómeno dos “coletes amarelos” em França, que os camaradas partilham. O passo em causa é o seguinte: “(...) Na revolução portuguesa de 1974, organizaram-se comités de soldados e comités de trabalhadores (na realidade, completamente manipulados pelo aparelho estalinista e pelo exército) com o objectivo de voltar a levar o exército ao poder (na forma do Movimento das Forças Armadas — MFA). Eles pretenderam proibir a expressão do jornal socialista “República”. Quando todos os esquerdistas do mundo, a começar pelos pablistas, participavam nas manifestações e ataques, inclusive físicos, para fechar a sede do jornal “República”, e uma fracção significativa da classe operária saiu à rua para defender a liberdade de expressão do “República”, gritando até “Partido Socialista, Partido Marxista” (o que, na altura, se podia compreender, ainda que veiculasse ilusões), era ou não correcto defender a liberdade de expressão do “República”, ou seja, a democracia política para a classe operária e recusar a ditadura que se desenhava entre o aparelho militar e o aparelho estalinista?”

Os camaradas manifestam o seu desacordo com vários aspectos destas caracterizações, justificando a sua decisão de se dirigirem à redacção da nossa revista por “as lições da revolução portuguesa serem, a nosso ver, decisivas para o futuro da revolução na Europa”.

Salientando “que não está em causa rever a justiça da posição de defesa da liberdade de expressão do jornal República (um jornal burguês,

mas cuja direcção era controlada pelo Partido Socialista)”, os camaradas fazem questão em alguns esclarecimentos importantes. “As Comissões de Soldados e de Trabalhadores não eram de modo nenhum completamente manipuladas pelo aparelho estalinista e pelo exército.” Pelo contrário, “as direcções do PCP e do PS basearam desde o início as suas orientações contra-revolucionárias no apoio ao MFA e em alianças com diferentes sectores deste (...), visando quebrar a vaga revolucionária e restaurar a ordem no exército e nas empresas, quebrando as Comissões de Trabalhadores e de Soldados.” Os camaradas realçam seguidamente que “a burocracia estalinista tinha um interesse essencial, que era de conter a enchente revolucionária”. No entanto, “mesmo os aparelhos, mesmo o PCP, apenas podiam reagir ao movimento da revolução.” Afigura-se-lhes, assim, problemático falar de “o estalinismo [ter] um “projecto” de qualquer espécie (no caso, de “ditadura militar/estalinista”) que fosse mais do que tático”. Os camaradas salientam que “a orientação da burguesia, incluindo a do imperialismo ia, do mesmo modo que a dos aparelhos operários burgueses, a reboque dos acontecimentos”.

A revolução portuguesa, “encaminhava-se, no seu desenvolvimento, como todas as revoluções, [...] para a guerra civil. Todos os actores estavam a preparar-se para ela, tendo as intencões de 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975 sido as suas primeiras escaramuças. Sectores do imperialismo americano haviam, de resto, concluído que ela era a única saída possível.” Após o incidente do “República”, “o movimento revolucionário das massas pôde continuar, atingindo o seu ponto culminante na manifestação de mais de 100.000 trabalhadores da construção civil, que cercou durante vários dias a Assembleia Constituinte e a sede do governo”.

A redacção d’A *Internacional* toma boa nota dos esclarecimentos dos camaradas portugueses. ●

Estado espanhol: dois anos depois

O Alcance dos Desenvolvimentos Revolucionários de Outubro de 2017 na Catalunha

François Forgeue

O dia 1 de Outubro de 2019 assinalará o segundo aniversário do dia em que, ao constituir a Catalunha como República independente, o povo catalão expressou claramente a sua vontade de romper com a monarquia continuadora do franquismo. O golpe que este acontecimento infligiu às instituições consagradas na Constituição de 1978 — instituições que preservam a continuidade do aparelho de Estado franquista — abalou até às fundações a estabilidade do edifício de que a burguesia se serve para assegurar a sua dominação em toda a Espanha.

Os dois anos entretanto transcorridos foram marcados por intensa repressão. Vários responsáveis independentistas, incluindo os eleitos para o Parlamento espanhol, continuam encerrados nas prisões da monarquia, esperando-os pesadas penas de prisão. Dois anos em que, de formas diversas, a resistência do povo catalão tem continuado; dois anos em que, à escala de todo o Estado espanhol — como na própria Catalunha — se têm sucedido as lutas dos trabalhadores contra a exploração e contra as tentativas para ainda agravar mais a austeridade e a miséria⁽¹⁾.

A finalidade deste artigo é fornecer primeiros elementos, e um quadro, para uma elaboração colectiva que permita definir eixos e meios para o combate revolucionário em Espanha.

Neste contexto, convém começar por rever o que se passou em Outubro de 2017 na Catalunha, ligando-o ao conjunto dos factores da luta política em toda a Espanha e situando-o na moldura dos acontecimentos europeus e internacionais da luta de classes. Começemos pelos factos.

No dia 1 de Outubro de 2017, os eleitores catalães foram convocados para votar num referendo de autodeterminação organizado pelo governo da *Generalitat*⁽²⁾, que o governo central de Madrid denunciou por ilegal. Desatou-se uma repressão policial feroz para impedir a realização do referendo, com mais de 1000 feridos de todas as idades entre os cidadãos convocados a votar. As secções de voto são assaltadas pela Guarda Civil e pela polícia nacional, as portas das secções são abertas a pontapé, os eleitores presentes brutalizados, as urnas saqueadas e boletins de voto destruídos. Não obstante tudo isto, a votação transcorre de maneira organizada na grande maioria do país. Com 90% dos votos escrutinados, o sim vence; o sim, portanto, à independência do governo de Madrid, o sim à República Catalã em oposição à monarquia. Cerca de 40% dos inscritos participam na votação, bem mais do que em numerosas eleições “serenas” noutros países da Europa. Vê-se confirmado o enraizamento profundo, na população, da resistência ao golpe de força contra o referendo.

O que ocorreu em Barcelona e em todo o resto da Catalunha no dia 1 de Outubro de 2017 põe de manifesto a vontade clara do povo catalão de romper com a monarquia franquista, de instaurar a República Catalã independente, de forma a decidir soberanamente das relações que haja de manter com os outros povos de Espanha. É um golpe profundo infligido às instituições monárquicas que, depois da queda da ditadura, têm preservado as instituições estatais oriundas do franquismo; e é um golpe desferido em nome de toda a classe operária de Espanha, de que a classe operária catalã é uma das componentes. É um acontecimento internacional que afecta directamente as relações entre burguesia e proletariado à escala de toda a Europa.

É um caso inequívoco de afirmação do direito dos povos a disporem de si mesmos. Os marxistas têm sempre apoiado incondicionalmente este direito, cujo respeito é indispensável à democracia. Têm realçado com insistência que essa vontade de um povo inteiro de acabar com a opressão de que é alvo se pode manifestar de várias maneiras. Foi precisamente a propósito da Catalunha que Leão Trotsky escreveu: “*Faz a vanguarda proletária sua a palavra de ordem de partição da Catalunha? Sendo ela a expressão da maioria da população, faz. Mas como há-de essa vontade manifestar-se? Através de um plebiscito livre, de uma assembleia de representantes da Catalunha, ou da voz dos principais partidos que as massas seguem, ou ainda, de um levantamento nacional...*” Na realidade, no caso da Catalunha de 2017, esses

⁽¹⁾ O essencial deste artigo foi redigido antes dos últimos desenvolvimentos em Espanha, nomeadamente da incapacidade, para já, de Pedro Sanchez, o dirigente do Partido Socialista, em formar governo. Hoje multiplicam-se, com o concurso do rei, as tentativas de encontrar uma solução para sair do impasse sem recorrer a novas eleições. É uma situação indissociável do abalo sofrido por todas as instituições desde Outubro de 2017 e da resistência da classe operária de todo o Estado espanhol.

⁽²⁾ A Constituição de 1978 instaurou as “autonomias”, delegando, portanto, poderes, no âmbito da subordinação ao Estado central, a regiões que correspondem, nalguns casos, aos territórios das nacionalidades existentes no território do Estado espanhol. *Generalitat* da Catalunha é o nome histórico da administração catalã.

vários elementos conjugaram-se. Houve um referendo convocado pela assembleia catalã, tal como existia no quadro da Constituição de 1978. A tentativa do governo de proibir a realização do referendo pelo uso da força acarretou que sectores importantes do povo catalão recorressem à mobilização directa do povo trabalhador contra a violência do Estado. Nesta mobilização para defender fisicamente as secções de voto contra a intervenção armada da polícia, para assegurar, num clima no limite da guerra civil, o bom desenrolar das operações eleitorais, era uma verdadeira insurreição nacional que germinava. A resistência mostrou logo à partida a marca do seu carácter proletário. Para assegurar o seu direito elementar a participar em eleições, o povo catalão viu-se na necessidade de começar a prover-se de organismos que mais não são senão os instrumentos da revolução proletária, comités que reuniam todos os que achavam por bem organizarem-se para defender o seu direito a votar. Assim se constituíram, à escala de bairros ou localidades, comités de defesa do referendo.

Nesta mobilização, os trabalhadores e jovens ocupam um lugar essencial. Diante das ameaças do governo Rajoy, eles haviam começado a constituir comités de defesa do referendo. No dia 1 de Outubro, estes desempenham um papel primordial. Defina-o assim um dos seus militantes: *“O comité são todas as pessoas que organizaram o referendo. Todos os que organizaram as secções de voto, defenderam as urnas e permitiram que as pessoas votassem opuseram-se, com os eleitores, às intrusões da Guarda Civil. O comité criou-se fora da Assembleia Nacional Catalã. Criaram-se espontaneamente, fora dos partidos políticos, embora os membros dos vários partidos que lutam pela República neles aparecessem sem se esconderem — afinal de contas, todos os conhecem... Depois do referendo, a todos se nos afigurou necessário continuar a defender os resultados expressos no dia 1 de Outubro: independência e República”*.

Após o referendo, os Comités de Defesa do Referendo adoptaram o nome de Comités de Defesa da República (CDR). Estiveram na primeira fila dos reagrupamentos na luta pela defesa e construção da República, ao passo que os dirigentes independentistas iam protelando a sua instauração.

Alguns comités estabeleceram laços directos com o movimento operário no período que se seguiu ao 1.º de Outubro. Lia-se, por exemplo, numa declaração de apoio aos trabalhadores da empresa Titanlux em luta contra as suas condições de trabalho, emanado do CDR do bairro de Barcelona Nou Barris: *“(…) Lutamos por uma República Catalã com garantia de direitos laborais, sem lugar para as contra-reformas desses direitos feitas pelo PSOE. Para nós, a República tem que ser uma ocasião para a mudança, para caminhar para a justiça social. Somos a classe trabalhadora! Todo o apoio aos trabalhadores da Titanlux.”*

Que acontecimentos levaram, no imediato, a esta situação?

As massas entram em cena

Em 6 e 7 de Setembro de 2017, o Parlamento catalão aprova as leis ditas de desconexão, aplicáveis se o sim ganhasse no referendo de autodeterminação previsto para 1 de Outubro. Lem-

bre-se que a realização do referendo figurava no programa eleitoral com que os partidos “independentistas” haviam vencido as eleições anteriores na Catalunha.

É então que se sucedem os golpes para impedir a realização do referendo: declarações da União Europeia sobre o respeito pelos Estados, de Rajoy a dizer que o referendo não se faria, confiscação pela Guarda Civil de 100.000 cartazes de propaganda favorável ao sim, etc.

No entanto, a 11 de Setembro, por ocasião da Diada — a festa nacional da Catalunha —, centenas de milhar de pessoas manifestam-se em Barcelona com as palavras de ordem *“Queremos votar”* e *“Sim à independência”*. Manifestações imensas inundam numerosas cidades da Catalunha. No dia 16 de Setembro, 750 presidentes de câmara realizam uma assembleia na sede da *Generalitat* para organizar o escrutínio. Milhares de pessoas concentram-se no exterior a apoiá-los. Nesse mesmo momento, em Bilbao, no País Basco, decorre uma manifestação de 20.000 pessoas em solidariedade com a Catalunha, ao som das palavras de ordem *“Hoje a Catalunha, amanhã o País Basco”*, *“Independência”*.

O governo de Madrid intensifica então uma série de medidas policiais destinadas a vedar a expressão da vontade do povo catalão. Assim, a 20 de Setembro, a Guarda Civil invade vários edifícios do governo da *Generalitat*. Espontaneamente, milhares de trabalhadores largam o trabalho, jovens e estudantes afluem, gritando *“Votarem”* (*“votaremos”*); 50.000 pessoas mantêm-se mobilizadas até à noite. No mesmo dia, a Guarda Civil tenta invadir a sede da CUP (organização que se pronuncia pela independência e pela República, situada à esquerda da movimento nacionalista, e que, contrariamente à maior parte das organizações independentistas, condena a União Europeia): os militantes, apoiados por uma multidão, concentram-se frente à sede e impedem a polícia de invadi-la.

É a mobilização das massas na Catalunha que vai criar as condições em que o referendo se realizará, forçando os dirigentes “independentistas” a respeitar os resultados do referendo. A mobilização é estimulada pelas provocações do governo de Madrid.

O chefe do governo, Rajoy, homenageia a intervenção policial e aplaude a atitude dos dirigentes do PSOE, que se pronunciaram contra a realização do referendo. Apesar das ameaças explícitas do governo central, a população mobiliza-se nas principais cidades da Catalunha e-fora da Catalunha. Dão-se concentrações de apoio em outras cidades (Valência, Madrid...).

O governo central decide então enviar 8.000 polícias suplementares, 5.000 dos quais concentrados a bordo de navios ancorados no porto de Barcelona. Os estivadores recusam abastecer esses barcos.

A mobilização operária e popular, apoiada nos resultados do referendo, aprofunda-se logo no dia 2 de Outubro. Para protestar contra a repressão policial que se abatera sobre o povo catalão no dia 1 de Outubro, lança-se um apelo à greve geral para 3 de Outubro. Várias organizações sindicais da Catalunha associam-se ao apelo, que não é subscrito pelas direcções nem das *Comisiones Obreras* nem da UGT. >>>

● ANÁLISE

>>> Manifestações imensas enchem as ruas das grandes cidades da Catalunha; há mais de 700.000 manifestantes. A greve geral paralisa toda a Catalunha.

O alcance do 1º de Outubro de 2017

O referendo de 1 de Outubro representou a declaração do direito do povo catalão a decidir livremente o seu próprio destino. A vitória do sim infligiu um golpe às instituições herdadas do franquismo no seu conjunto, particularmente à Constituição de 1978. Foi uma brecha que se abriu para se poder concretizar em toda a Espanha a união fraterna de todos os povos do Estado espanhol.

Se bem que a existência de questões nacionais em Espanha anteceda em muito a existência do franquismo, essa opressão é amplamente utilizada e reforçada pelo regime instaurado sobre os escombros da derrota operária. A burguesia espanhola é — se bem que em posição secundária — uma burguesia imperialista, parte integrante da dominação imperialista mundial. No entanto, pelas condições em que historicamente se formara, ela foi incapaz de levar a cabo as tarefas democráticas burguesas, como a questão nacional, a questão agrária e a separação da Igreja e do Estado.

A ditadura franquista agravou consideravelmente a opressão nacional. Na Catalunha como no País Basco, a luta contra o regime franquista, pela restauração das liberdades democráticas e, em particular, do direito dos trabalhadores a constituírem as suas próprias organizações de classe — objectivo comum a todos os povos do Estado espanhol — integrava o direito à autodeterminação. A Constituição de 1978 preservou a estabilidade do Estado burguês depois da queda do franquismo e assegurou, recorrendo à monarquia, a continuidade das instituições franquistas.

Dito de outra maneira, o direito dos povos catalão, basco e galego a disporem de si mesmos é uma reivindicação central, uma reivindicação do movimento operário que alimenta hoje a crise do Estado espanhol. Assim, a liberdade de propaganda a favor da separação é uma reivindicação democrática em todo o Estado espanhol, contra o arbítrio antidemocrático das instituições continuistas do regime franquista.

Neste sentido, a palavra de ordem de “República Catalã, Repúblicas em toda a Espanha” trazida para a ordem do dia pelo surto de fundo das massas trabalhadoras em 2017 é uma palavra de ordem revolucionária que só a classe operária de toda a Espanha pode defender até ao fim — contanto que faça seus os movimentos concretos de um dos povos oprimidos pela monarquia franquista — e que pode implicar a separação, como meio para realizar a unidade fraterna dos povos de Espanha. A unidade da classe operária de Espanha — do Estado espanhol — só se pode afirmar plenamente no reconhecimento efectivo das reivindicações democráticas (uma das quais é o direito à autodeterminação, incluindo a separação). Avançar, na prática, através do referendo de 1 de Outubro e das suas consequências, para a criação de uma República Catalã é apelar à instauração da República em toda a Espanha e, portanto, à destruição das instituições herdadas do franquismo.

É notável que o texto de Lenine sobre o significado da insurreição irlandesa de 1916, que os partidários da CCI têm utilizado a torto e a direito⁽³⁾

nunca seja evocado para o caso da Catalunha, apesar de as observações de Lenine se enquadrarem numa apreciação do lugar da questão nacional no âmbito da revolução proletária. Escrevia Lenine, dirigindo-se particularmente aos que qualificavam a insurreição irlandesa de aventura ou putsch:

“Crer que a revolução social é concebível sem insurreições das pequenas nações nas colónias e na Europa, sem explosões revolucionárias de uma parte da pequena burguesia, com todos os seus preconceitos, sem movimento das massas proletárias e semi-proletárias politicamente inconscientes contra o jugo senhorial, clerical, monárquico, nacional, etc., é repudiar a revolução social. É imaginar que um exército irá ocupar uma posição num certo sítio e dizer: “Somos pelo socialismo” e outro, noutro sítio, dizendo: “Somos pelo imperialismo”, e que, nessa altura, haverá a revolução social! Só a partir de um ponto de vista pedante e ridículo como este é que se podia qualificar, injuriosamente, a insurreição irlandesa de “putsch”.”

Lenine troça de quem fala da insurreição de 1916 como acontecimento irracional e acidental, quando ela decorre da longa história do movimento nacional irlandês. Lembre-se que, no que à Catalunha diz respeito, o caso é o mesmo, escrevendo Trotsky, em 1934, a propósito da tensão que se intensificava entre o governo de Madrid e as autoridades da Catalunha: *“A Catalunha pode continuar a ser o eixo da revolução espanhola. Conquistar a direcção na Catalunha tem que ser a base da nossa política em Espanha.”* Trotsky escrevia-o no momento em que as organizações pequeno-burguesas catalãs se viam obrigadas a rejeitar as exigências de Madrid, que pretendia revogar uma lei, votada pelo Parlamento catalão, que reduzia os velhos direitos feudais ainda exercidos pelos proprietários fundiários.

O caso não é equiparar situações que são diferentes; mas não pode haver política independente que contemple os interesses de toda a classe operária de Espanha sem utilizar a alavanca da luta pela realização das aspirações nacionais do povo catalão como meio para acabar com a monarquia e o conjunto das instituições que têm preservado o aparelho de Estado nascido do franquismo.

Isto não impediu que aparecessem, todavia, na “esquerda” espanhola, e até na “esquerda da esquerda”, entre alguns que continuam formalmente a reivindicar-se de Lenine e de Trotsky, elementos que, alinhando, de forma adaptada às suas pretensões “revolucionárias”, pelo diapasão da direcção do PSOE e de *Podemos*, tratassem a mobilização revolucionária do povo catalão de Outubro de 2017 como aventura sem esperança e *putsch*.

Nos dias que se seguiram ao 1º de Outubro, face à resistência do povo e dos trabalhadores da Catalunha, o governo Rajoy, com o apoio mais ou menos explícito, conforme o caso, do PSOE, acentuou a repressão em todas as suas formas, preparando, nomeadamente, a aplicação do artigo 155º da Constituição de 1978, que prevê a devolução ao Estado central de todas as funções delegadas aos governos da “autonomias”, e prendendo dirigentes que se haviam pronunciado pela independência. Na carta semanal publicada pelo POSI, pode ler-se: *“É necessário abrir a luta por uma saída política: parar com a aplicação do artigo 155º (...), luta que só as principais organizações da classe operária podem*

⁽³⁾ Em França, a CCI tem brandido a citação de Lenine, servindo-se de ela salientando não poder haver explosão revolucionária sem a irrupção “de uma parte da pequena burguesia com todos os seus preconceitos”, para apresentar o movimento dos “coletes amarelos” como vanguarda da revolução social e apelar às organizações da classe operária para se lhe subordinarem.

levar a cabo (...). A partir daí poderemos verdadeiramente falar de diálogo, portanto de uma negociação política por uma saída democrática, saída que passa por um autêntico referendo livre.” Para os redactores da Carta, o referendo de 1 de Outubro não fora, por conseguinte, um autêntico referendo livre. Só mereceria tal título, assim, um referendo previamente autorizado pelo governo Rajoy. Para deixar as coisas claras, a Carta acrescenta: “Apresentar ao povo da Catalunha uma alternativa única, ou a situação actual ou a declaração unilateral de independência, só serve para isolar o povo da Catalunha.”

Desde então, apesar de a repressão ter continuado e se ter agravado, e apesar da linha reaccionária do governo Sanchez, a direcção do POSI nunca chegou a rever esta avaliação⁽⁴⁾.

Desde 1 de Outubro, aliás em contradição com a própria orientação dos dirigentes independentistas, a resistência obstinada do povo trabalhador da Catalunha continuou a basear-se nos resultados do referendo de 1 de Outubro, manifestando-se, nomeadamente, na sua luta pela libertação dos presos políticos, em múltiplas manifestações de denúncia do processo intentado contra os dirigentes dos partidos nacionalistas.

A resistência, tal como os acontecimentos que rodearam e marcaram o 1.º de Outubro, é testemunho da profundidade e da força da oposição à monarquia franquista. A persistência da resistência maciça da classe operária é inseparável das suas mobilizações pelos seus direitos e pelas reivindicações dos trabalhadores em todo o Estado espanhol. Do mesmo passo, a incapacidade da burguesia — apesar da ajuda preciosa que a direcção do PSOE e os dirigentes da UGT e das *Comisiones obreras* lhe têm dado — para encontrar uma solução para o problema catalão continua a abalar todo o edifício, ainda por cima numa situação de crise e de conflito devastador dentro da União Europeia da qual o governo espanhol é uma componente importante.

O boletim *La Internacional*, publicado pelo grupo de militantes espanhóis filiados no CORQI, define as linhas globais de uma política acorde com os princípios da IVª Internacional e com a situação concreta em Espanha.

La Internacional, semanário, n.º 22, Fevereiro de 2019

“No dia 16 de Fevereiro, decorreu em Barcelona a manifestação convocada pela Assembleia Nacional Catalã, pela *Omnium* e pelos CDR e apoiada pelos partidos nacionalistas, pela CUP e várias organizações sindicais e estudantis, contra o processo político. Centenas de milhar de trabalhadores, reformados, jovens, mulheres e cidadãos comuns de todas as idades reivindicaram a sua República, o seu direito a decidirem como hão-de organizar a sua vida, reivindicando do mesmo passo a liberdade de todos os acusados e o fim da repressão contra o seu povo. A perseverança do povo da Catalunha na defesa dos seus direitos é um apelo a todos os trabalhadores e a todos os povos do Estado a levantarem-se contra o poder franquista que se esconde atrás da monarquia e da sua Constituição, arruinando a vida de todos, a fim de, juntos, encontrarmos um verdadeiro espaço de coexistência em que se estabeleça uma colaboração fraterna entre os povos cujo único interesse é viver em liber-

dade, com trabalho e no gozo dos seus direitos sociais e democráticos (...).”

“Considerando a situação política actual e o iminente processo dos dirigentes independentistas, a UGT da Catalunha e CCOO da Catalunha declaramos: (...) — exigimos uma justiça imparcial, condizente com termos e exigências totalmente éticos. Exigimos integridade, o que pressupõe que os magistrados actuem de modo independente, fora dos interesses envolvidos. Exigimos integridade, o que pressupõe coerência e respeito pela dignidade humana. Exigimos diligência e transparência. (...) As CCOO e a UGT da Catalunha criticam o poder judicial e previnem-no de que deve ser imparcial “e assegurar um processo equitativo”. Boas intenções que implicam, na realidade, reconhecer a “legitimidade” do tribunal franquista para julgar e condenar os representantes do povo catalão as suas organizações sociais. (...) Fraco favor à “coexistência” e ao “diálogo” que reivindicam, o encontrarem-se entregues a um tribunal pérfido, para ver pronunciada uma sentença já escrita desde que o Borbon (o rei Felipe VI — NdT) se dirigiu à “nação espanhola”, apelando à guerra contra o povo da Catalunha.”

La Internacional, semanário, n.º 23, Março de 2019

“A classe operária não tem representação política independente, ninguém aspira a representá-la. Nem os dirigentes do PSOE, que se dirigem à “Espanha moderada e íntegra”, nem os da IU ou de Podemos, que se dirigem às “pessoas” ou às “classes médias”. A classe operária tem os seus próprios interesses, diferentes dos dos capitalistas nacionais e internacionais e opostos aos deles, do seu Estado e das suas instituições. É preciso um partido que a defenda, que a represente e que se bata pela ruptura com o regime franquista, na via da República e do socialismo para os trabalhadores. Os militantes da IVª Internacional estão dispostos a discutir e bater-se lado a lado com todos os que queiram prover a classe operária de instrumentos independentes que lhe permitam defender-se e passar à ofensiva.

O governo de Madrid ataca

Na situação criada com o 1.º de Outubro, após bastas hesitações e tergiversações, a maioria nacionalista do Parlamento catalão acabou por proclamar a República Catalã no dia 27 de Outubro. A sua instauração efectiva ficou, contudo, suspensa de hipotéticas “negociações” com o governo de Madrid.

De negociações ficaram conversados quando o governo Rajoy, com o apoio do PSOE, conferiu dimensão legal — legal no âmbito da Constituição de 1978 — ao exercício directo de plenos poderes pelo governo central na Catalunha, pondo em vigor o artigo 155.º.

Segue-se uma vaga de repressão, que se abate tanto sobre membros do governo como sobre personalidades políticas, responsáveis do Comité de Defesa da República, presidentes de câmara e representantes eleitos. Para escapar à prisão, Puigdemont exila-se.

Porém, no dia 11 de Novembro, 750.000 manifestantes determinados ocupam as ruas de Barcelona, reclamando a libertação dos presos políticos, mas proclamando também que “Somos a República”. Isto, quando as direcções burguesas e >>>

(4) Uma coisa é certa: na discussão que este artigo se propõe abrir, irá ser preciso revisitar — com base em documentos — a política do POSI como expressão concentrada da linha liquidacionista adoptada pelo centro revisionista formado em 2105 face à mobilização revolucionária dos trabalhadores.

● ANÁLISE

>>> pequeno-burguesas catalãs não oferecem nenhuma perspectiva e, sobretudo, as direcções do movimento operário à escala do Estado espanhol, a do PSOE e as das centrais sindicais, se associam sem reservas à condenação da República Catalã em nome da salvaguarda da Constituição de 1978.

É então que o governo de Madrid convoca eleições para o Parlamento catalão para 21 de Dezembro, na esperança de desautorizar os resultados do referendo. A manobra engasga. Ora, os principais dirigentes nacionalistas estão presos ou exilados. Amparada na repressão, a propaganda governamental atinge o auge. Não obstante, as eleições de Dezembro voltam a dar a maioria no Parlamento catalão aos representantes dos partidos que se reivindicam da República.

Em 2018, o governo Rajoy acaba por cair. O beco sem saída da decomposição do sistema político baseado nos acordos de 1977, ditos de La Moncloa — acordos celebrados entre os continuadores directos do regime franquista, as direcções social-democrata e estalinista do movimento operário e os representantes das forças nacionalistas burguesas da Catalunha e do País Basco —, que culminaram na Constituição monárquica de 1978, é indissociável do golpe desferido pelo povo catalão em 2017.

A responsabilidade principal pela instauração do regime monárquico de 1978 é das direcções estalinista e social-democrata. No entanto, os dirigentes dos partidos nacionalistas burgueses e pequeno-burgueses, tanto da Catalunha como do País Basco, apoiaram os acordos. E aceitaram, depois, a instauração do sistema das “autonomias”, que serve para pôr os vários povos uns contra os outros, recusando-lhes do mesmo passo o direito a decidirem o seu próprio destino. Eles foram constantemente procurando melhorar a sua posição no quadro das “autonomias”, do mesmo passo que praticavam as políticas de austeridade decididas pelo governo central. Foram, pois, as forças originadas pela acção dos trabalhadores e pela vontade dos povos o que conduziu a Outubro de 2017.

As eleições legislativas de Abril de 2019 não resolveram nada. Se o PSOE aparece como vencedor, nem por isso dispõe de uma maioria que lhe permita governar sozinho. Feito primeiro-ministro ao cair Rajoy, em Junho de 2018, Pedro Sanchez, o dirigente do PSOE, prossegue para com a Catalunha a política de repressão do seu predecessor. Dá o seu apoio à encenação judiciária montada contra os responsáveis políticos catalães e, em estreita cooperação com o rei, orquestra provocações contra o povo catalão — tais como a realização de um conselho de ministros em Barcelona sob a alta protecção da polícia...

Em Setembro de 2018, manifestações imensas voltam a assinalar o “Dia da Nação”. A exigência de libertação dos presos políticos juntam-se palavras de ordem como “*Nem um passo atrás!*”, “*Democracia é República*” e “*Nem esquecimento nem perdão pelo 1.º de Outubro!*”.

Tudo o que se desenrolou desde o dia 1 de Outubro de 2017 veio dar razão ao que, na sua conferência de Novembro de 2017, o CORQI proclamava:

“Afirmamos que é uma vergonha ver os dirigentes das organizações que se reclamam da classe operária e do movimento operário em pé de guerra contra a proclamação da República Catalã,

chegando a votarem contra ela os que tinham representação parlamentar; chegando, em alguns casos, a organizar, em conjunto com a monarquia e Rajoy, a instauração do artigo 155.º de suspensão das liberdades; chegando ainda, noutros casos, a legitimar novas eleições, que, feitas sob a bota das forças de repressão, mais não significam do que a pretensão de apagar o resultado do 1.º de Outubro; chegando até, noutros casos ainda, a levar o cinismo ao ponto de apelarem a lutar contra esta República proclamada no 1.º de Outubro em nome de uma hipotética República vindoura. Tenham vergonha aqueles cuja responsabilidade era convocar, em toda a Espanha, comícios operários com palavras de ordem como: “Forjar a unidade de todos os trabalhadores das cidades e dos campos, de todas as regiões do Estado espanhol, para acabar com os planos anti-operários ditados pelo FMI e pela União Europeia, por um processo constituinte que permita abater a monarquia franquista e instaurar Repúblicas em todas as regiões e a união livre das Repúblicas livres de todo o Estado espanhol”; e que, além de não convocarem tais comícios, fizeram, bem pelo contrário, campanha para pôr os trabalhadores da Andaluzia, do País Basco, de Castela e das outras regiões contra os trabalhadores catalães. Tenham vergonha aqueles que, à frente das organizações operárias em todos os países da Europa, viraram as costas ao dever de solidariedade de classe com o povo catalão. Tenham vergonha aqueles que continuam a tudo fazer para isolar os trabalhadores catalães da classe operária do Estado espanhol e dos países do continente no seu conjunto.”

Como se explicava no relatório apresentado à IIª Conferência do CORQI (veja-se o n.º 8 d’A Internacional, p. 22).

“No que diz respeito à Catalunha, não temos a mínima ilusão a respeito da direcção burguesa da Generalitat. Essa gente viu-se ultrapassada pela sua própria iniciativa, que, com as centenas de milhares que desceram às ruas e os comités de defesa, adquiriu um poderio que os pôs muito rapidamente numa situação em que a sua principal preocupação passou a ser: como havemos de parar o que pusemos em andamento? E foi isso mesmo que eles fizeram logo que Rajoy disse: “É preciso parar.” Não é de admirar. Na época imperialista, a burguesia não é capaz de resolver a questão nacional até ao fim. Quem, porém, ficou de fora destes acontecimentos foi a classe operária — as suas organizações, sindicatos, partidos. Não de fora fisicamente, pois os milhões de catalães que foram votar e manifestar-se eram essencialmente trabalhadores e jovens. De fora como classe organizada, privada que se viu das suas organizações.”

Este facto pesou, evidentemente, no seguimento dos acontecimentos na própria Catalunha, assim como no Estado espanhol no seu conjunto, pesando sobre toda a classe operária, expropriada da luta pelas liberdades democráticas, eixo indispensável à luta pela sua emancipação social e pela sua unidade.

Se revisitámos o papel do POSI, recordando que nunca chegou a rever a sua condenação do 1.º de Outubro, não é apenas para salientar o fosso que nos separa das organizações filiadas no centro liquidacionista — e do papel liquidacionista, no sentido estrito do termo, que esse centro efectivamente desempenha.

É, também, porque a argumentação do POSI é indispensável como forma de justificar a política seguida pelas direcções do movimento operário. As tentativas de isolamento da classe operária na Catalunha e a repressão encontram a sua origem, indiscutivelmente, na fórmula “*declaração unilateral de independência*”.

O n° 658 da carta semanal do POSI, datado de 23 de Dezembro, reproduz a declaração do comité executivo do POSI no rescaldo das eleições para o Parlamento catalão:

“A vitória dos independentistas não abre saída (...). A experiência provou que a declaração unilateral de independência, não contando com os povos e os trabalhadores do resto do Estado espanhol — e desapoiada por boa parte dos trabalhadores catalães — leva a um beco sem saída.”

Pura e simplesmente apagados, o referendo do 1° de Outubro e as condições em que ele se desenrolou, bem como os acontecimentos do 1° de Outubro. Apagado, portanto, o seu significado revolucionário.

“República na Catalunha, Repúblicas em toda a Espanha!” — esta é a saída política aberta pelos acontecimentos revolucionários do 1° de Outubro de 2017, pondo na ordem do dia aquilo que, em discussão com os camaradas espanhóis, o camarada Pierre Lambert formulava nos termos seguintes:

“Somos o povo catalão livre e queremos essa liberdade sancionada na República soberana da Catalunha. Somos contra a monarquia que oprime

e explora todos os povos de Espanha. Somos pelo apoio ao povo basco, que sofre dos mesmos males que nós sofremos, talvez piores. Somos pelo povo basco livre, pelo povo castelhano livre, pelo povo andaluz livre, e somos pela união livre dos povos livres de Espanha, pronunciamo-nos pela República Catalã, pela República Basca, pela República Andaluza, etc. Somos pela União das Repúblicas Livres de Espanha.” (n° 60-61 de *La Vérité*, Outubro de 2007).

O desenvolvimento dos acontecimentos iniciados em Outubro de 2017 não se pode considerar, seja em que sentido for, como reflexo de uma situação específica da Catalunha. Está em causa, sim, o Estado espanhol na sua totalidade e, com ele, acontecimentos que afectam directamente toda a Europa e que são componente activa da crise da União Europeia.

Nesta ordem de ideias, a rebelião nacional política e social contra as instituições franquistas é uma componente da marcha para a revolução proletária em toda a Europa, para a liquidação das instituições reaccionárias da União Europeia.

O que hoje é necessário, em tal perspectiva, é trabalhar colectivamente em prol da definição das palavras de ordem e dos meios indispensáveis para, como dizem os camaradas de *La Internacional*, construir o partido que defenda a classe operária, “*lutando pela ruptura com o franquismo, na via da República e do socialismo.*” ●

● ANÁLISE

China

O Movimento de Hong Kong e o Seu Lugar na Luta Geral da Classe Operária Chinesa

(Carta aos nossos amigos chineses de Hong Kong e de toda a China)

Advertência

Faz já mais de dois meses que se sucedem em Hong Kong manifestações de massas. O artigo aqui publicado tem o objectivo de apurar o alcance deste movimento no ponto de vista da luta da classe operária chinesa no seu conjunto e da luta de classes à escala internacional. Posto isso, visa chegar à discussão com militantes chineses empenhados na acção pelos direitos operários. Foi redigido logo após a primeira vaga de manifestações a exigir a retirada do projecto de lei que autorizava a extradição de residentes de Hong Kong para a China⁽¹⁾.

Um milhão de manifestantes no dia 9 de Junho, quase dois milhões no dia 16 de Junho, portanto mais de um de cada quatro habitantes! As manifestações exigiam ao governo de Hong Kong — correia de transmissão do poder central de Pequim — que retirasse, pura e simplesmente, o projecto de lei sobre a extradição. Perante a mobilização, o governo recuou. A lei foi suspensa *sine die*, não se fixando data para ser de novo discutida na assembleia legislativa de Hong Kong. Não foi, contudo, formalmente retirada. A chefe do governo, Carrie Lam, cuja saída era reclamada pelos manifestantes, manteve-se, apesar de ter tido umas veleidades de demissão. O governo de Pequim mandou-a não fazer nada.

Deste modo, desde finais de Junho que o movimento, cuja reivindicação primeira continuava a ser a retirada do projecto de lei, prosseguiu, aprofundando-se em Julho e Agosto. Apesar de a repressão policial se ter intensificado (com a utilização de armas letais contra os manifestantes, mais de 500 prisões e manifestantes confrontados com pesadas penas de prisão) e de as autoridades de Pequim preferirem ameaças cada vez mais brutais de denúncia dos “terroristas”, as manifestações não só continuaram a ser massivas, como se aprofundou o seu carácter social. Trabalhadores de todas as categorias — incluindo funcionários, que, segundo os regulamentos, têm a obrigação de neutralidade em relação

a conflitos políticos — e jovens ocuparam um lugar central em todas as mobilizações. A central sindical, a HKCTU, que denunciara o projecto de lei desde o princípio, desempenhou um papel cada vez mais essencial.

As primeiras manifestações tinham sido acompanhadas de greves, mas o dia 5 de Agosto assinalou uma viragem. Os trabalhadores responderam massivamente ao apelo à greve geral lançado pelo HKCTU. Foi a primeira greve geral da classe operária de Hong Kong depois da que levava a cabo em 1967 contra a colonização britânica⁽²⁾.

Não retira importância — nem necessidade de voltar a falar deles — aos acontecimentos que se têm desenrolado nas últimas semanas dar constância de que eles não comprometem as conclusões do artigo redigido a seguir às primeiras semanas em que se assistiu ao levantamento do povo trabalhador de Hong Kong. Os acontecimentos mais recentes vêm confirmar que não estamos perante nem um episódio conjuntural nem um assunto local, mas sim um choque fundamental entre revolução e contra-revolução.

Todos os comentadores realçaram o lugar da juventude nas manifestações. Estas ficaram igualmente marcadas pela participação ampla e activa dos trabalhadores, da classe operária de Hong Kong. Releve-se, para começar, que a central sindical de Hong Kong, a HKCTU, apelou enquanto tal às manifestações e tomou a decisão de organizar greves pela retirada do projecto. Não é, por conseguinte, exagero dizer que é o movimento operário de Hong Kong que está no coração deste imenso movimento⁽³⁾.

É evidente que não havia unicamente trabalhadores, assalariados e jovens nas manifestações. É um facto que organizações patronais e organizações políticas ligadas à burguesia de Hong Kong apelaram também às manifestações. Naturalmente que o imperialismo, através dos respectivos agentes, não ficou inactivo. A medida que o movimento se foi aprofundando, porém, as cúpulas dos “meios de negócios” deram a conhecer os seus receios, pedindo que se encontrasse uma solução. O próprio imperialismo americano, pela voz de Trump, pedia à burocracia que encontrasse uma solução.

Isso não quer dizer que fosse concebível uma mobilização popular de tal amplitude se a massa dos trabalhadores nela não tivesse participado. Nesse sentido, a coluna vertebral desta imensa mobi-

⁽¹⁾ O território de Hong Kong é uma “região administrativa especial” que, embora fazendo parte integrante da República Popular da China, dispõe das suas próprias instituições legislativas, nos termos de um sistema herdado, essencialmente, do regime em vigor quando era colónia britânica. A lei em matéria de extradição, a entrar em vigor, significaria que militantes operários que se empenhassem em acções de defesa dos interesses dos trabalhadores em Hong Kong, dessem-se elas em Hong Kong ou em toda a China, poderiam ser extraditados para a China continental e julgados pelos tribunais da burocracia.

⁽²⁾ Publicamos em anexo, no final do artigo, a declaração de Ming Lam, responsável da HKCTU para as relações internacionais, publicado em *La Tribune des travailleurs* de quarta-feira, 14 de Agosto de 2019.

⁽³⁾ Desde a redacção deste artigo, como vimos, a greve geral de 5 de Agosto veio reforçar este aspecto. Um correspondente chinês escreveu-nos acerca desta greve: “A greve teve grande eco. Aderiram ao movimento assalariados de várias profissões, incluindo o pessoal das companhias aéreas, muitos funcionários, empregados dos serviços sociais, trabalhadores dos transportes públicos. Conquanto estivessem de férias naquele momento,

lização popular foi constituída pelo movimento operário organizado, reflectindo a convicção da grande maioria dos trabalhadores de que a luta contra a lei era do seu interesse directo.

Para os militantes que, na sua luta, empunham o programa da IVª Internacional, para o CORQI, ao encarar estes acontecimentos — como quaisquer outros acontecimentos significativos —, tem de se começar por definir os interesses da classe operária e, portanto, da sua unidade; no caso presente, da unidade da luta de toda a classe operária chinesa. Para o CORQI, há que defender o que, apesar da linha contra-revolucionária da burocracia dirigente, ainda subsiste das conquistas da revolução de 1949, o manterem-se, no essencial, os principais meios de produção fora da propriedade privada da burguesia e o ter sido eliminada a camada de proprietários fundiários; só a classe operária pode assegurar esta defesa.

Assim, independentemente do que represente o estatuto de Hong Kong, e adiante ele se focará, o CORQI deu o seu apoio incondicional à exigência de retirada da lei da extradição e deu o seu apoio às manifestações.

Em Hong Kong podem, com efeito, existir organizações sindicais independentes do Estado, em Hong Kong — mesmo com limitações de que o patronato se serve — existe o direito de greve. Em Hong Kong, há todos os anos grandes manifestações a assinalar a comemoração do massacre da praça Tien Anmen de Junho de 1989, traduzindo a possibilidade — não obstante os obstáculos — de afirmação de uma posição política independente, de organização, tanto política como sindical, fora da tutela do Estado.

É um acervo precioso, não apenas para os trabalhadores de Hong Kong, mas para toda a classe operária chinesa na sua luta pela existência e pelo desenvolvimento das organizações que ela decida, capazes de defender os seus interesses. É uma luta que depara com a brutal repressão da burocracia. É bem sabido como se tem mantido e intensificado a repressão contra os trabalhadores, que formam a vanguarda desta luta, e contra os estudantes, que têm manifestado a sua solidariedade com os trabalhadores.

É bom insistir que Hong Kong faz parte da China, não só desde 1997, mas mesmo no período em que o território passara, pela força, a colónia do império britânico. A sua classe operária é uma componente da classe operária chinesa no seu conjunto. O facto de o sistema capitalista se ter mantido no território de Hong Kong significa que as lutas dos trabalhadores de Hong Kong se travam directamente contra os seus capitalistas, já locais, já estrangeiros. Elas são um contributo para a luta do proletariado chinês no seu conjunto contra a burocracia que protege o sistema capitalista na própria Hong Kong, do mesmo passo que, por toda a China, espezinha os direitos dos trabalhadores a organizarem-se e defenderem-se.

O apoio incondicional que o CORQI manifesta para com a legítima luta dos trabalhadores de Hong Kong não significa de modo algum, bem pelo contrário, que se apoiem projectos de “alargamento da autonomia” ou mesmo de separação. É um apoio que reflecte, bem pelo contrário, a unidade da classe operária chinesa.

A luta dos trabalhadores de Hong Kong contra os exploradores capitalistas é intensa, pois o capitalismo mundial e os seus serventuários locais, os

capitalistas de Hong Kong, servem-se do reconhecimento concedido pela burocracia ao “sistema capitalista” no território como salvo-conduto para poderem praticar uma exploração desenfreada.

A economia específica de Hong Kong é antes de mais nada uma economia de “serviços”. Sem querer jogar por jogar com as palavras, do que se trata é, de facto, de pôr o proletariado de Hong Kong ao serviço das ambições do imperialismo internacional sobre a China, em colaboração com a burocracia dirigente. Hong Kong é um dos pontos do planeta em que a desigualdade é mais flagrante: o território conta cerca de um milhão e meio de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. Até 2013, o patronato recusou a consagração legal de um salário mínimo. A central sindical, a HKCTU, tem sido o arrimo das lutas operárias, das reivindicações salariais e contra as limitações do direito à greve; assim foi, por exemplo, quando da grande greve dos estivadores de 2013.

O exercício do direito de greve e de manifestação numa parcela do território chinês está a ficar cada vez mais intolerável para a burocracia, se bem que a existência de uma “região administrativa especial” lhe continue a ser economicamente indispensável e indispensável também para as suas relações com o imperialismo. Esse é o contexto que faz com que a lei em matéria de extradição ponha em perigo as conquistas impostas pela luta dos trabalhadores, porquanto dela decorreria que actos julgados “criminosos” pelo governo chinês, que em toda a China trata com ferocidade qualquer actividade sindical independente, passassem a sê-lo também para os militantes operários de Hong Kong.

Porque é Hong Kong “diferente” do resto da China?

Precisamos de recuar ao processo que acabou por dar origem à constituição da “região administrativa especial” de Hong Kong. Hong Kong é parte integrante da China há milénios. Os movimentos de população que afectaram o território interessaram sempre secções da população chinesa. A distinção que geralmente se faz entre Hong Kong e a denominada “China continental” pode dar lugar a confusões, pois, mesmo no ponto de vista geográfico, Hong Kong, uma península que inclui uma ilha separada do resto do território por meia-dúzia de hectómetros, está pegado ao continente. O que é mais, as lutas da população de Hong Kong, muito particularmente da sua classe operária contra a dominação colonial, têm historicamente participado da luta do povo chinês no seu conjunto contra a opressão e a ingerência imperialistas. A greve geral de Hong Kong em 1925 foi um momento charneira do desenvolvimento da revolução chinesa em toda a China.

Hong Kong foi arrancado à China pelo imperialismo britânico durante as guerras do ópio. De 1842 a 1997, ano em que foi restituído à China, o território de Hong Kong foi colónia britânica. A “retrocessão” de Hong Kong à China em 1997 fez-se em aplicação de um acordo entre o governo britânico e a burocracia chinesa em 1984, um acordo entre o governo Thatcher e Deng Xiaoping.

O acordo instaurou o estatuto “um país, dois sistemas”, o que quer dizer que, mesmo depois de 1997, o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção se manteve intacto em Hong Kong, só que agora sob o patrocínio da burocracia regente. Este estatuto especial de Hong

>
os professores declararam o seu apoio à greve. O mesmo fez o pessoal médico, que se concentrou no dia 3 de Agosto, já que, no dia 5, fizeram questão de comparecer nos hospitais para socorrer, se fosse o caso, manifestantes que ficassem feridos. Pelo seu lado, os advogados manifestaram-se no dia 6 de Agosto, exigindo ao Ministério da Justiça que anulasse todos os processos contra manifestantes.”

● ANÁLISE

>>> Kong representou desde o princípio um dos principais meios da chamada política de “abertura”, o mesmo é dizer, de cooperação entre a burocracia e o imperialismo. Em última análise, esta política abre caminho à restauração de relações de produção capitalistas em toda a China.

Nesse quadro se tornou Hong Kong na terceira praça financeira do mundo depois de Nova Iorque e de Londres. Os capitalistas de Hong Kong são, portanto, essencialmente, “compradores”, no âmbito da colaboração mundial entre imperialismo e burocracia chinesa. Para eles poderem desempenhar o seu papel, era indispensável conceder-lhes certos direitos políticos, sempre enquadrados estritamente na manutenção da dominação da burocracia. Contrariamente às intenções da burocracia, como aos interesses dos capitalistas de Hong Kong, os trabalhadores concentrados no território têm utilizado esses direitos (direito de expressão, de associação, etc.) para manter e constituir as suas organizações, especialmente a central sindical.

Recorde-se que esta, na origem ligada ao Partido Comunista Chinês, desempenhou um papel de maior nos combates contra o colonialismo britânico — nomeadamente em 1967. Estão na origem da actual HKCTU responsáveis daquela central que, em 1989, se solidarizaram com o grande levantamento da classe operária e da juventude de toda a China contra o regime burocrático.

Embora isso não garanta automaticamente que a política preconizada pela direcção da confederação esteja constantemente alinhada com os interesses da classe operária chinesa — e, por conseguinte, dos trabalhadores de Hong Kong —, põe, ainda assim, em relevo tanto o seu carácter operário como o seu carácter nacional, chinês, ligado, portanto, à luta da classe operária chinesa.

A IVª Internacional, os militantes trotskistas na China têm desempenhado um papel activo em todas as lutas da classe operária chinesa. A rejeição da política estalinista que deu origem à derrota do proletariado chinês em 1927 foi um dos elementos constitutivos da IVª Internacional, reflectindo-se, na própria China, no facto de Chen Dusi, o fundador do Partido Comunista Chinês, ter aderido às fileiras da Oposição de Esquerda Internacional em 1929. Para a IVª Internacional, o combate da classe operária chinesa contra o imperialismo e pela sua emancipação constitui desde sempre um dos elementos essenciais da luta internacional do proletariado. Continua a ser assim hoje. É isso que confere aos acontecimentos de Hong Kong todo o seu alcance internacional⁽⁴⁾.

A revolução chinesa de 1949 é uma revolução proletária, apesar de a burocracia no poder a qualificar de “guerra de libertação nacional”. Proletária, na medida em que destruiu as fundações do domínio capitalista, ao investir contra a propriedade privada dos meios de produção, fossem eles propriedade de grandes potências imperialistas ou de capitalistas chineses. Com efeito, “para cumprir as tarefas democrático-burguesas, a questão da terra e da independência nacional, a revolução chinesa só como revolução proletária pôde vencer, portanto destruindo pela raiz a dominação económica e política do capitalismo”, explicava, após a queda do regime de Chiang Kaichek, o nº 528 de *La Vérité* em 1964. O aparelho burocrático dirigente do PCC viu-se, para reatar com a fórmula usada no programa de fundação da

IVª Internacional, obrigado a “*ir mais longe do que ele próprio queria na via da ruptura com a burguesia*”. Mas isso não tira que esse mesmo aparelho burocrático sempre tenha controlado o Estado a todos os níveis e que nunca tenha havido poder operário democrático na China.

A IVª Internacional caracterizou a burocracia chinesa nos termos seguintes:

“A burocracia chinesa é a camada social que exerce controlo indiviso sobre o poder, identificando-se com todos os corpos do aparelho de Estado (“a burocracia é proprietária do Estado”, escrevia Trotsky, ainda que, hoje, o Estado não seja já possuidor da economia nos mesmos termos da burocracia estalinista quando Trotsky fez a observação citada), tirando os seus privilégios e a sua posição social dessa dominação política exercida por intermédio do partido único. Os dilaceramentos da burocracia não são resultado de divergências ideológicas — se bem que tais divergências se manifestem por formulações diferentes — mas de desacordos quanto à maneira de preservar um poder ameaçado. A burocracia pode, em muitos aspectos, parecer toda-poderosa, mas é, na realidade, uma camada intermédia apertada num torno entre a classe operária mundial — e, por conseguinte, a classe operária chinesa — e o imperialismo. O lugar que ocupa deve-se exclusivamente à vitória da revolução operária e camponesa de 1949 e às condições em que essa revolução se desenrolou” (nº 77 de *La Vérité*, Março de 2013).

Desde que a República Popular da China se constituiu como resultado da revolução de 1949, a IVª Internacional defende-a incondicionalmente contra o imperialismo. Embora a IVª Internacional tão-pouco seja neutra para com as tentativas do imperialismo para desfazer Estados nacionais — mesmo que sejam Estados assentes nas bases do sistema capitalista — e aviltar a sua independência nacional, e defenda esses Estados contra o imperialismo (o Iraque ontem, o Irão hoje), não é só isso que está em causa: o Estado chinês assenta em relações de propriedade que continuam, no essencial, e apesar dos elementos deletérios, a ser os instaurados pela revolução de 1949. A IVª Internacional pronuncia-se pela defesa incondicional destas conquistas, que são conquistas de toda a classe operária à escala internacional, ameaçadas pelo imperialismo e por toda a política da burocracia, que abre caminho ao imperialismo e, logo, à desagregação da China. Não há política efectiva de defesa da independência e da unidade da China se não se combater o poder da burocracia, que, sejam quais forem as contradições em que se enrede o desdobramento da sua política, leva à destruição da propriedade do Estado e, em última análise, à restauração do sistema capitalista, com as catastróficas consequências que tal acarretaria para a independência e unidade da China e para todos os trabalhadores chineses.

Por isso, defender a propriedade social e a independência da China passa necessariamente por lutar contra o poder da burocracia, por derrubá-la pela revolução política. A revolução política é a expressão, nas condições que existem na China, da revolução proletária internacional, da luta, portanto, da classe operária chinesa pela instauração do seu próprio poder democrático assente na recuperação do controlo sobre as suas conquistas históricas, a cargo dos representantes democraticamente

⁽⁴⁾ As posições da IVª Internacional sobre a China são objecto de extensa análise nos artigos de Alain Frandor nos nºs 10 e 11 d’*A Internacional*.

eleitos e controlados pelo proletariado.

A perspectiva da revolução política mergulha as suas raízes na acção prática do proletariado chinês em todas as manifestações da luta pela afirmação dos seus direitos, pela construção das suas próprias organizações, pelo fim do monopólio político exercido pelo partido da burocracia. A revolução é “política”, o seu conteúdo é social. O seu objectivo não é transformar fundamentalmente as relações sociais, mas, pelo contrário, reforçar e ampliar as suas bases e assegurar a sua defesa, correndo com a burocracia e instaurando o poder democrático da classe operária.

A unidade e soberania da China são inseparáveis da prática da democracia operária em toda a China. Democracia operária implica resolver positivamente discriminações em relação a esta ou aquela etnia. Competirá ao povo chinês, baseando-se nas conquistas decorrentes da revolução de 1949, resolver todas essas questões.

Desta posição fundamental da IVª Internacional decorre evidentemente que, como partidários que somos da revolução mundial e da revolução política na China enquanto componente da luta internacional da classe operária pela sua emancipação, nos opomos a todas as ilusões que avancem como solução para a situação actual uma pretensa “independência de Hong Kong”.

No ponto de vista dos trabalhadores de Hong Kong, existir um mini-Estado de Hong Kong independente equivale a instaurar um Estado capitalista sob a alçada directa do imperialismo mundial, particularmente do imperialismo americano. Os exploradores ficariam, nesse caso, à vontade para concentrar as suas forças contra os trabalhadores de Hong Kong, “separados” dos seus irmãos, os proletários de toda a China.

Para o proletariado chinês no seu conjunto, a existência de tal Estado significaria o adensamento das ameaças imperialistas contra o que resta das conquistas de 1949, o início de um processo de desmanche da China que só aproveitaria ao imperialismo. A criação de tal Estado tiraria o apoio que ainda hoje continua a representar para os trabalhadores de toda a China, face à burocracia, o exercício das liberdades sindicais e do direito de greve em Hong Kong.

Não será uma contradição?

Põe-se uma questão: não há porventura contradição entre apoiar sem reservas os trabalhadores de Hong Kong na defesa dos direitos de que dispõem e opor-se firmemente quer a qualquer forma de secessão quer à perenização do estatuto actual, no qual há quem veja um progresso?

Só há saída positiva na acção da classe operária chinesa no seu conjunto — integrando, portanto, a sua componente de Hong Kong — levando à liquidação do poder da burocracia e à instauração do poder democrático dos trabalhadores em toda a China como condição para uma resposta eficaz aos planos do imperialismo. É o que se tem definido como revolução política, o derrube, portanto, da burocracia em resultado da acção da classe operária, arrastando esta atrás de si toda a população oprimida da China, incluindo a de Hong Kong.

É esta a perspectiva que está abrindo o conjun-

to de lutas que tende para o que tem sido designado por “renascimento do movimento operário chinês”⁽⁵⁾.

Questões similares já se puseram antes na história do movimento operário internacional. Nomeadamente em vésperas e no início da Segunda Guerra Mundial, quando a URSS celebrou um tratado de não-agressão com o regime nazi que incluía a partilha da Polónia entre a URSS e o regime nazi. Na parte do território polaco ocupada pelas forças armadas da URSS, iniciou-se um processo de estatização e de liquidação da grande propriedade fundiária. Não eram tais medidas progressistas? A URSS encontrava-se, a prazo, sob a ameaça de uma agressão nazi, cujo êxito acarretaria o desaparecimento de todas as conquistas sociais resultantes da revolução de Outubro que a burocracia estalinista não fora capaz de aniquilar. Defendê-las era defender a URSS. Porém, os trabalhadores soviéticos, tal como os trabalhadores polacos, tinham o legítimo direito de se opor às medidas reaccionárias da burocracia. Ao fazê-lo, não estariam a pôr em causa a defesa da URSS?

As questões que então se punham — e que deram origem a uma discussão importante nas fileiras das organizações trotskistas da época — não são com certeza idênticas às que hoje se põem na China, mas têm com elas pontos de contacto evidentes. À questão formulada mais acima deu Trotsky uma resposta, de que é útil citar aqui amplos extractos. “A defesa da URSS confunde-se, para nós, com a preparação da revolução internacional. São admissíveis unicamente métodos que não sejam contraditórios com os interesses da revolução. A defesa da URSS tem com a revolução socialista internacional a relação que têm entre si uma tarefa táctica e uma tarefa estratégica. A táctica subordina-se ao objectivo estratégico e nunca se lhe pode opor.”

Trotsky prosseguia: “O critério político essencial, para nós, não é a transformação das relações de propriedade nesta ou naquela região, por muito importante que seja em si mesma, mas sim a mudança a operar na consciência e organização do proletariado mundial, o engrandecimento da sua capacidade para defender as conquistas anteriores e fazer novas. Vista deste ângulo, que é o decisivo, a política de Moscovo, considerada globalmente, mantém em absoluto o seu carácter reaccionário”.

Sem querer equiparar as situações, o uso do método dialéctico aqui feito para o caso da URSS deita luz sobre os desenvolvimentos actuais na China.

É o poder burocrático que faz actualmente a gestão da propriedade social — e há que defender essa propriedade contra a restauração capitalista. Isso não lhe confere um papel “progressista”, dado que a maneira dessa gestão condu-la à ruína. Do mesmo modo, não é por os exploradores imperialistas e os seus subordinados locais em Hong Kong usarem para os seus próprios fins a licença que a burocracia lhes concedeu que a acção dos trabalhadores de Hong Kong em defesa do seu direito à organização não concorre, reatando com a fórmula de Trotsky, para o engrandecimento, para o proletariado chinês no seu conjunto, da sua “capacidade para defender as conquistas anteriores e fazer novas”. Para tanto, é necessário que a classe operária salvasse a sua independência política.

>>>

(5) Veja-se o jornal de 24 páginas publicado pela Comissão de Inquérito “China” em Outubro de 2013.

● ANÁLISE

>>> As palavras de ordem que dão forma a esta política e que devem estar presentes na acção para conseguir a retirada da lei de extradição podem resumir-se assim:

— A luta dos trabalhadores de Hong Kong em defesa dos seus direitos e da existência das suas organizações forjadas na luta contra a exploração participa da luta do conjunto dos trabalhadores chineses pelo direito à organização independente e ao direito à greve.

— Os exploradores locais que cooperam estreitamente com o governo central da China não são nossos aliados. Foi contra eles que construímos as nossas organizações.

— São nossos aliados os trabalhadores de toda a China que lutam pelos seus direitos, pelos seus salários e pelos seus empregos.

— Ao exigirmos a retirada definitiva do projecto de lei em matéria de extradição, fazemo-lo por conta da classe operária chinesa no seu conjunto.

Não é necessário partilhar todas as posições da IVª Internacional para agirmos juntos, em unidade, nesta base.

Este artigo procurou apresentar de maneira concentrada a posição que é a da IVª Internacional face aos acontecimentos actuais. Não apresentamos esta posição como ultimato, a pegar ou largar. Afigura-se-nos que ela representa, bem pelo contrário, um elemento necessário à discussão para a acção dos trabalhadores da China e, portanto, dos trabalhadores de Hong Kong. ●

5 de Julho de 2019

“Apelámos a todos os nossos filiados e a todos os nossos sindicatos para organizarem a greve”

Ming Lam, o responsável pelas relações internacionais da Hong Kong Confederation of Trade Unions (HKCTU), recorda o que se passou no dia 5 de Agosto passado. Publicado no n° 201 de *La Tribune des travailleurs* (semanário do Partido Operário Independente Democrático de França), de 14 de Agosto de 2019.

“A situação actual resulta da vontade do governo de não retirar o projecto de lei em matéria de extradição. Nessa altura, houve cidadãos que apelaram à organização de uma nova greve geral. Como confederação sindical independente com mais expressão, a HKCTU apoiou totalmente este apelo. Apelámos a que todos os nossos sindicatos e filiados organizassem a greve. No dia 5 de Agosto, houve sete concentrações: estiveram em greve cerca de 350.000 trabalhadores. Participaram nas manifestações 290.000. Na aviação civil, anularam-se mais de 200 voos. Os serviços sociais, os motoristas de autocarro, os professores e os trabalhadores do metro fizeram greve. Foi a primeira greve política desde há muitos anos. Muitos trabalhadores de base fizeram greve. O governo viu-se, por isso, sob uma pressão signi-

ficativa e teve de convocar uma conferência de imprensa para a tarde. A bolsa caiu 5%. Isso fez com que toda a gente percebesse que a greve era uma maneira eficaz de impor uma mudança social.

Na China, na ausência de liberdade de imprensa, a propaganda esforça-se por fazer crer que são manifestações pró-independência*. Não é verdade, pura e simplesmente. Claro que, entre os manifestantes, há independentistas. Mas as manifestações são massivamente pela retirada do projecto de lei em matéria de extradição, pelas liberdades civis e pelos direitos humanos. Quanto ao movimento operário chinês, a maior parte dos militantes está ou debaixo de vigilância ou presa. Em Hong Kong, há toda uma nova geração a despertar, que quer fazer ouvir a sua voz.”

Declarações recolhidas em 7 de Agosto de 2019

* Embora certos meios de comunicação focassem holofotes em alguns manifestantes pró-imperialistas que empunhavam bandeiras americanas ou britânicas, entre os trabalhadores isso não passou de um fenómeno marginal (Nota da Redacção).

Há Cem Anos, a Fundação da Internacional Comunista (IC)

Artiom Heinrich

No dia 2 de Março de 1919, abria, em Moscovo, capital da jovem República dos Sovietes, o congresso de fundação da IIIª Internacional Comunista. Algumas dezenas de militantes vindos de vários países conseguiram chegar a Moscovo para participar, numa situação extremamente difícil. Militarmente: a República dos Sovietes é atacada por todos os lados, tanto pelos exércitos brancos dos generais monarquistas e outros levantamentos armados contra-revolucionários, como pela intervenção estrangeira das grandes potências imperialistas, decididas a esmagar a revolução proletária. Por outro lado, mal haviam passado seis semanas que os dois principais dirigentes do jovem Partido Comunista da Alemanha, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, eram assassinados pelos corpos francos com a benção dos dirigentes da social-democracia (vejam-se os números 13 e 14 d’*A Internacional*), no contexto das convulsões da revolução alemã.

APESAR DESTA DIFÍCIL SITUAÇÃO, para Lenine, como para Trotsky e para os dirigentes do Partido Comunista (Bolchevique) da Rússia, a fundação da Internacional Comunista é a questão central desde que a revolução russa rebentara a cadeia imperialista “*pelo seu elo mais fraco*”, pondo na ordem do dia a revolução mundial. Para Lenine, Trotsky e os dirigentes do Partido Bolchevique da época no seu conjunto (incluindo Estaline), a revolução russa não era concebível senão como abertura da revolução proletária mundial, única resposta possível da classe operária face a um sistema capitalista que atingira o seu estágio supremo, que Lenine definira, em 1916, como sendo a principal característica do imperialismo.

Para os militantes revolucionários do mundo inteiro, a primeira guerra imperialista mundial ficara a assinalar uma viragem fundamental. Em 4 de Agosto de 1914, ao votarem as dotações da guerra, ao manifestarem, portanto, a sua adesão política ao

seu imperialismo respectivo, os dirigentes dos partidos socialistas e sociais-democratas da Alemanha e da França, seguidos pelos dos principais países beligerantes, averbavam a falência irreversível da IIª Internacional, a Internacional operária fundada em 1889.

Logo em Novembro de 1914, Lenine escrevia na *Pravda*: “*A IIª Internacional está morta, vencida pelo oportunismo. Abaixo o oportunismo e viva a IIIª Internacional, livre de renegados e também de oportunismo!*” Outros militantes — entre eles Rosa Luxemburgo e Trotsky — tirarão, pelo seu lado, a mesma conclusão da traição da IIª Internacional. Lenine, contudo, dispendo de um partido educado na escola bolchevique, é o primeiro a formular com tanta nitidez que a falência da IIª Internacional põe na ordem do dia a necessidade de uma IIIª Internacional. Para Lenine, na continuidade de Marx e Engels, a Internacional não é uma adição de secções nacionais, de partidos nacionais. A Internacional é a expressão da unidade mundial da luta de classes.

Apesar da guerra imperialista e dos seus massacres de massas e apesar da desorientação da classe operária nos primeiros meses da guerra, em que se vêem ministros “socialistas” a integrar os governos burgueses, os internacionalistas procuram reagrupar-se. Uma primeira conferência decorre na Suíça, em Zimmerwald, em Setembro de 1915. Uns poucos automóveis chegarão para transportar o punhado de participantes, que representam uma dúzia de países. Os militantes reunidos representam diferentes tendências do movimento operário, dos pacifistas aos marxistas revolucionários. O *Manifesto* de Zimmerwald irá reflectir esta heterogeneidade política. Tem o mérito imenso de se situar num terreno operário internacionalista, denunciando o carácter imperialista da guerra. Mas é produto de um compromisso. Lenine, que participa na conferência de Zimmerwald, junta a “esquerda” desta separadamente. Esta assina o *Manifesto*, mas enunciando os seus próprios considerandos, apontando a traição da IIª Internacional e afirmando a necessidade de transformar a guerra imperialista numa guerra civil revolucionária. A “esquerda” de Zimmerwald reforçará as suas posições quando da conferência de Kienwald (Suíça), em Abril de 1916, continuando a agrupar o que virá a ser o cadinho da IIIª Internacional.

A revolução estala na Rússia em Fevereiro de 1917, por manifestações de mulheres que ninguém previra e em que surgem palavras de ordem contra a guerra, abrindo caminho à tomada do poder pelos soviets (conselhos) de delegados operários, camponeses e soldados em Outubro de 1917, com a ajuda do Partido Bolchevique. Para os partidários da IIIª Internacional, é uma viragem. A revolução proletária vitoriosa na Rússia — primeira manifestação da revolução mundial — provoca uma onda de cho- >>>

● HISTÓRIA

>>> que em toda a Europa e mais além. Dão-se levantamentos revolucionários. Os operários e camponeses, extenuados pela guerra imperialista e pelas suas privações, reclamam, também eles, “terra, paz, liberdade” e, portanto, “o poder aos soviets” que permitira consegui-los na Rússia. Não se pode adiar a fundação da nova Internacional revolucionária, pois é preciso ajudar a revolução a abrir caminho, muito em especial na Alemanha, onde se concentra a classe operária mais organizada do mundo, apesar da traição dos seus dirigentes sociais-democratas. Ora, a revolução “bate à porta” logo em Novembro de 1918: toda a Alemanha se cobre de conselhos operários. O esmagamento do levantamento revolucionário começado em Novembro de 1918, mau grado a coragem dos militantes revolucionários da Liga Espartaquista, entre os quais Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que tentam edificar uma República soviética, frisa, todavia, a importância da questão do partido revolucionário e, consequentemente, da necessidade de uma nova Internacional.

No dia 24 de Janeiro de 1919, a direcção do Partido Comunista (Bolchevique) da Rússia, os secretariados no estrangeiro dos partidos comunistas polaco, húngaro, alemão, austríaco e letão, assim como os comités centrais do Partido Comunista Finlandês, da Federação Socialista Balcânica e do Partido Socialista Operário americano lançaram o seguinte apelo: “*Os partidos e organizações abaixo-assinados consideram urgentemente necessário convocar o primeiro congresso da nova Internacional revolucionária. Enquanto durou a guerra e a revolução, não foram só a falência completa dos antigos partidos socialistas e sociais-democratas, tal como da IIª Internacional, e a incapacidade dos elementos intermédios da antiga social-democracia (o chamado “centro”) para a intervenção revolucionária activa a ficarem definitivamente claras; são agora também os contornos da verdadeira Internacional revolucionária que se vê desenharem-se com total nitidez.*”

Os dirigentes bolcheviques da Rússia e, antes de todos, Lenine, dedicam atenção especial a convencer os dirigentes espartaquistas alemães a participarem, apesar do golpe terrível por estes sofrido com o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht no dia 15 de Janeiro de 1919. Ganhar para a Internacional os elementos revolucionários mais avançados do proletariado alemão, o mais organizado da Europa, é uma tarefa fundamental.

A carta enviada ao Partido Comunista Alemão/Liga Espartaquista, assinada por Lenine e Trotsky pelo Partido Comunista (Bolchevique), Christian Rakovsky pela Federação Balcânica e alguns outros representantes partidários (Finlândia, Letónia, Áustria alemã, Polónia e o Socialist Labor Party americano) realça a urgência de proclamar uma IIIª Internacional. Quanto aos “fins e à tática”, escrevem, “*devem, em nossa opinião, servir de base à nova Internacional os programas da Liga Espartaquista na Alemanha e do Partido Comunista (Bolchevique) da Rússia.*”

A carta específica: “*O período actual é o período da decomposição e colapso do sistema capitalista mundial no seu conjunto, que implicará o colapso da própria cultura europeia enquanto tal, se o capitalismo, com as suas contradições insolúveis, não for liquidado. A tarefa do proletariado consiste*

agora em tomar o poder do Estado. Tomar o poder significa destruir o aparelho de Estado da burguesia e organizar um novo aparelho de poder proletário.(...) A ditadura do proletariado tem de ser a alavanca para a expropriação imediata do capital e a abolição da propriedade privada dos meios de produção, transformada em propriedade do povo. A socialização (entendendo-se por socialização a abolição da propriedade privada e a passagem à propriedade do Estado proletário e à administração socialista da classe operária) da grande indústria e dos bancos, seus centros organizadores; a confiscação das terras dos latifundiários e a socialização da produção agrária capitalista; a monopolização do comércio grossista; a socialização dos grandes prédios nas cidades e propriedades; a introdução da gestão operária e a centralização das funções económicas nas mãos dos órgãos da ditadura proletária — tais são as tarefas principais do dia. (...) A situação mundial exige o contacto mais estreito entre as diferentes parcelas do proletariado revolucionário e uma união completa entre os países em que a revolução socialista já tenha triunfado. O método fundamental de luta é a acção de massas do proletariado, incluindo a luta aberta, de armas na mão, contra o poder de Estado do capital.”

Em 2 de Março de 1919, uns sessenta militantes revolucionários que conseguiram chegar a Moscovo ouvem o discurso de abertura de Lenine, que saúda de imediato “*a memória dos melhores representantes da IIIª Internacional, de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo*”. Unidos embora na rejeição da traição da IIª Internacional e da política de união sagrada com a burguesia, exprimem-se, não obstante, pontos de vista extremamente variados quanto à necessidade de proclamar a nova Internacional. Os representantes do Partido Comunista da Alemanha (KPD), que de início se inclinavam para votar contra, acabarão por abster-se.

Se bem que os estatutos da nova Internacional, tal como as condições de adesão⁽¹⁾, só venham a ser adoptados no 2º Congresso da IC, que se realizará em Julho de 1920 em Moscovo, o congresso de fundação nem por isso deixa de ser um verdadeiro congresso. Discute e adopta, no dia 4 de Março, as teses redigidas por Lenine “*sobre a democracia burguesa e a ditadura proletária*”. Está em causa armar partidos, grupos e militantes da Internacional Comunista contra os dirigentes da IIª Internacional (e os “centristas”, equidistantes da IIª e da IIIª Internacionais), que levam a cabo uma ofensiva contra a República dos soviets, acusando-a de atentar contra a “democracia” e de se comportar como “ditadura”, fazendo abstracção do carácter de classe de tais caracterizações. As teses fecham com tarefas práticas: “*Esclarecer o mais amplamente possível as massas da classe operária sobre o significado histórico da necessidade política e prática de uma nova democracia proletária, que deve ocupar o lugar da democracia burguesa e do parlamentarismo. Alargar e organizar soviets a todos os domínios da indústria, no exército, na armada, entre os operários agrícolas e os pequenos camponeses. Conquistar, dentro dos soviets, uma maioria comunista, segura e consciente.*”

Inscrevendo-se deliberadamente na continuidade da Associação Internacional dos Trabalhadores (a Iª Internacional, fundada em 1864) desde o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels de

⁽¹⁾ As famosas “21 condições” que os partidos têm que preencher para serem reconhecidos como secções nacionais da Internacional Comunista. Muitas destas condições foram ditadas pelas circunstâncias, mormente pela necessidade imperiosa de afastar da jovem Internacional revolucionária elementos oportunistas saídos dos partidos da IIª Internacional, que, sentindo o vento a mudar, tentavam mudar-se com armas e bagagens: parlamentarismo, reformismo, etc.

1848 (“*Sentimo-nos herdeiros e continuadores da obra cujo programa foi anunciado há setenta e dois anos*”, afirma o Manifesto redigido por Trotsky), da IIª Internacional até à falência desta em 1914 e do grupo de Zimmerwald — que se dissolve oficialmente no quadro do congresso —, a IIIª Internacional é proclamada. Adopta uma plataforma, teses sobre a situação mundial e um *Manifesto aos proletários do Mundo Inteiro*, redigido por Leão Trotsky. Apesar da periclitante situação do poder dos soviets na Rússia e das inúmeras dificuldades em reunir os delegados, este congresso, como escreve Lenine num artigo da *Pravda* (de 5 de Março de 1919), inscreve a nova Internacional que funda como “*prelúdio da República Internacional dos Sovietes, da vitória mundial do comunismo*”.

Não é este o lugar para redigir uma história da Internacional Comunista. A esta introdução, acrescentemos simplesmente que três outros congressos da Internacional Comunista se reunirão sob a direcção de Lenine e de Trotsky, respectivamente em Julho de 1920 (2º Congresso), Junho de 1921 (3º Congresso) e Novembro de 1922 (4º Congresso, em que Lenine, debilitado pela doença, não poderá participar fisicamente). Estes quatro congressos elaboram a posição dos comunistas sobre numerosas questões: por exemplo sobre os sindicatos, sobre o parlamentarismo, etc. Dedicam atenção constante à revolução no Oriente, à libertação dos povos oprimidos, à “questão negra”. Num contexto de refluxo momentâneo da vaga revolucionária, os 3º e 4º congressos validam a estratégia da frente única operária, ou seja, da ajuda à mobilização das massas para realizar a unidade das organizações — incluindo as dirigidas pelos reformistas — para o choque “classe contra classe”. Para a IVª Internacional, as teses e resoluções dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista⁽²⁾ fazem parte dos documentos programáticos, ao mesmo título do *Manifesto do Partido Comunista* e do *Programa de Transição*.

O isolamento da revolução, pela traição da revolução na Europa, cabendo a máxima responsabilidade à direcção social-democrata, e a constituição progressiva de uma camada social burocrática parasitária, que fará degenerar o Partido Bolchevique e o Estado operário saído de Outubro de 1917, afectam evidentemente a Internacional. A burocracia ascendente opõe à revolução mundial a teoria falaciosa do “socialismo num só país”, que Estaline mandara fabricar em 1924 para combater o “trotskismo”, a oposição, portanto, que se man-

tinha fiel ao bolchevismo e a Lenine. Após a derrota da Oposição de Esquerda no partido russo (1927) e a derrota da revolução chinesa, o 5º Congresso que se realiza em 1928 é o congresso de uma organização profundamente estalinizada.

Na “*Internacional Comunista depois de Lenine*”, Trotsky escreve, em 1928, estas palavras premonitórias: “*A Internacional Comunista não resistirá outros cinco anos a erros destes. Ora, se a Internacional Comunista ruir, a URSS não resistirá por muito tempo. Os salmos de Estaline a proclamar que o socialismo já está nove décimos realizado no nosso país parecerão verborreia estúpida. Claro que, mesmo em tal caso, a revolução proletária acabará por abrir novas vias para a vitória. Mas quando? Ao preço de quantos sacrifícios, de quantas incontáveis vítimas? A nova geração de revolucionários internacionais terá que reatar o fio quebrado da herança e reconquistar a confiança das massas no maior acontecimento da história; acontecimento que pode ver-se comprometido por uma sequência ininterrupta de erros, guinadas e falsificações ideológicas. Estas palavras devem ser ditas, clara e distintamente, à vanguarda proletária internacional, sem medo algum da inevitável berraria, dos uivos e perseguições de quem só se mantém optimista fechando os olhos de medo diante da realidade. É por estas razões que, a meus olhos, a política da Internacional Comunista domina todas as outras questões.*”

Mal passarão cinco anos até Janeiro de 1933, quando a política criminosa de divisão das fileiras operárias ditada pela direcção estalinista da Internacional Comunista e aplicada pela direcção do Partido Comunista Alemão abre caminho à vitória de Hitler e ao esmagamento sem combate do proletariado alemão. Ao ver, nos meses subsequentes, que a tragédia não suscita qualquer reacção nas fileiras da Internacional, Trotsky ver-se-á, enquanto principal dirigente da Oposição de Esquerda internacional, na contingência de abandonar a luta para endireitar a Internacional Comunista, orientando-se para a constituição da IVª Internacional. Dez anos mais tarde, em 1943, a burocracia da URSS precisa de dar “garantias” aos seus “aliados”, Roosevelt e Churchill, representantes dos imperialismos americano e britânico. Precisa de passar a ser vista como o melhor instrumento para conter e impedir a revolução mundial. Estaline dissolverá então de uma penada uma Internacional que, vítima de purgas sucessivas, já nem a sombra de si mesma era. ●

(2) Editadas em francês em 1934 pela “Bibliothèque communiste” da Librairie du travail (reeditadas em 1971 pela Maspéro).

● Correspondências d'A Internacional

África Ocidental

Le Bulletin du Golfe, n° 8, Julho de 2019



Boletim dos militantes da IVª Internacional (CORQI) do golfo do Benim

(publicado por militantes trotskistas do Benim, Costa do Marfim e do Togo)

A ECOWAS, o eco e o franco CFA

A 55ª cimeira ordinária dos chefes de Estado e de governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), realizado em Abuja (Nigéria) no dia 29 de Junho de 2019, decidiu criar uma moeda única, o eco, cujo lançamento ficou previsto para 2020. No espaço heterogéneo dominado pelo imperialismo que é a ECOWAS, que consequências teria para os trabalhadores e povo desta sub-região a concretização do projecto de moeda única? Responderá ele à aspiração à soberania dos povos?

O eco, moeda única da ECOWAS

Ao jeito de uma serpente marinha, o projecto de moeda única da ECOWAS tem sido repetidamente rejeitado desde 1983. Parece que, agora, a decisão foi tomada. O nome da moeda única será “eco” (“ECO” de ECOWAS — Economic Community of West African States —, acrónimo inglês da Comunidade), o seu regime cambial flexível, o seu banco central, federal. Para aderir à moeda única, cada Estado membro tem de satisfazer condições de convergência: um défice orçamental inferior a 3% do PIB, inflação inferior a 10%, reservas cambiais equivalentes a três meses de importações, etc.

Fala-se, portanto, de uma cópia fiel do sistema do euro, o sistema monetário da União Europeia. Para satisfazer os “critérios de convergência”, os países da ECOWAS, semicolónias já curvadas sob o peso das políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, vão ter que aplicar medidas que foram catastróficas para os trabalhadores e povos europeus: bloqueamento ou diminuição dos salários, redução do financiamento dos serviços sociais (saúde, ensino nacional, etc.).

Para memória, o contexto em que se estabeleceu a ECOWAS

Quando das independências, uma vez morto no ovo o projecto de Estado federal pan-africano pela acção conjugada dos interesses dos países imperialistas e da pequena burguesia que viria a pôr-se à cabeça dos Estados africanos, criaram-se uma série de estruturas, como a Organização de Unidade Africana (OUA), mais tarde União Africana (UA), a ECOWAS, etc. A ECOWAS agrupa hoje os seguintes países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo.

Funcionando como um cartel de chefes de Estado, a ECOWAS nunca trouxe nada para as populações. Mesmo as medidas de integração, como a livre circulação de bens e pessoas, que as populações poderiam ver como positivas, ficaram no papel. Em contrapartida, financiada, como a UA, pela UE e pela ONU, a ECOWAS (tal como a UA) desempenha perfeitamente o seu papel de ajudante do imperialismo.

No mais, se países como a Nigéria e o Gana usufruem de uma relativa independência política, outros, como as antigas colónias francesas, são, em grande parte, administradas de Paris. Alguns dirigentes destes países sob domínio francês foram instalados já por um golpe de Estado organizado pela França, já pela intervenção de tropas francesas. Há um pouco por todo o lado, no território das antigas colónias francesas, bases militares francesas que permitem à França impor a sua vontade a esses Estados a qualquer momento, tal como sucedeu na Costa do Marfim em 2011 e é, actualmente, o caso no Mali.

Este carácter variegado das situações dos vários Estados membros da ECOWAS reflecte-se no domínio monetário. Há sete Estados que têm uma moeda nacional. Os outros oito usam o franco CFA debaixo do controlo da França, prova palpável da ausência de soberania destes países, moeda contestada desde há anos em centenas de manifestações.

Ante esta contestação, há economistas africanos que encontram vantagens tais no sistema do franco CFA, que prometem o inferno se se lhe puser termo. Para o economista togolês Michel Nadim Kalife, “no dia em que a França deixar de garantir o câmbio fixo do franco CFA em euros, teremos comoções. O eco não garantido (...) Veremos, então, esta moeda a despenhar-se como a naira actualmente. As pequenas poupanças, os empregados do sector privado, os funcionários, camponeses e aposentados só ficarão com os olhos com que chorar a perda de poder de compra.” É a atitude do “colonizado, à imagem do escravo do séc. XIX, que, liberto, se dirige até ao umbral da porta e depois volta para casa. Não sabe para onde há-de ir. Desde que perdera a liberdade, desde que adquirira reflexos de subordinação, desde que pensara como aprendera a pensar com o seu dono” (Cheikh Anta Diop), nem sequer se põe a hipótese de poder conquistar um mundo fora da servidão. Os povos reclamam a liberdade, a soberania. E com razão! Os países da ECOWAS que melhor são os que têm a sua própria moeda nacional: a Nigéria e o Gana.

O imperialismo francês e o eco

A eventualidade de o eco substituir o franco CFA na África Ocidental faz estremecer o imperialismo francês. Poderia representar o início do fim da hegemonia francesa nesta parte de África. Assim, tal como quando das independências, em que usou os seus agentes africanos para “descolonizar” sem descolonizar, a França começou a manobrar para que o eco nunca veja a luz do dia, ou, na pior das hipóteses, para que a França possa desempenhar, dentro do sistema de moeda única, o mesmo papel que actualmente desempenha no sistema do franco CFA: o de dono.

CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL ●

Mal fora anunciada a criação do eco, o presidente da Costa do Marfim, Alassane Ouattara, servidor fiel do imperialismo francês, foi, assim, a Paris para se encontrar com o presidente francês Emmanuel Macron. À saída da conversa, fez a seguinte declaração: “*Os chefes de Estado da ECOWAS decidiram juntos criar, a quinze, uma nova moeda, o eco. A prazo, o franco CFA passará a chamar-se eco.*” Por outras palavras, o sistema do franco CFA não irá desaparecer. Só muda de nome. De que forma? Aceitarão a Nigéria e o Gana a manobra da França? Ainda não se sabe. Uma coisa é certa: o imperialismo francês procura, uma vez mais, aplicar a sua velha receita: “mudar para que tudo fique na mesma”.

A questão da moeda é a questão da soberania! Por uma união livre dos povos de África!

O que faz o imperialismo francês pensar que pode, dentro do sistema monetário da ECOWAS, conservar o mecanismo que lhe permite actualmente sugar facilmente as riquezas de África? É o saber que a ECOWAS não é um espaço politicamente independente. Oito dos quinze membros estão já debaixo do domínio político francês. Os outros países são, em graus variados, dependentes de outros imperialismos. O simples facto de dispor de uma moeda nacional não assegura a soberania da sub-região. Os trabalhadores e povos da sub-região têm que travar um combate político para correr com o imperialismo e a burguesia *compradore* que manda nestes países. Só então poderão eles constituir uma federação livre de povos livres da sub-região, começando, desta forma, a sarar o traumatismo nascido da retalhação colonial da África. Só nesse quadro será um sistema monetário da sub-região um instrumento da soberana reconquistada. Sejam quais forem as dificuldades que se encontrarem, os dirigentes soberanos de uma federação livre de povos soberanos tomarão as decisões adequadas em política monetária para que a economia seja posta ao serviço do homem e não contra o homem. ●

S. K. KOZA

Alemanha

Por iniciativa de militantes operários de todas as tendências

Foro de discussão

9 de Novembro de 1989-9 de Novembro de 2019: trinta anos de unidade alemã, em Gotha (Turíngia)

Trinta anos após a queda do Muro, tiremos o balanço juntos: o balanço da unidade alemã, das experiências da classe laboriosa, dos desempregados, das mulheres, dos aposentados e dos jovens na Alemanha há trinta anos reunificada.

No final dos anos setenta, o movimento pacifista juntava centenas de milhares de militantes que, sem quererem saber da fronteira intra-alemã, se mobilizavam em manifestações e concentrações de massas contra os mísseis Pershing e a “guerra das estrelas”, bem como contra a “decisão dupla da NATO”⁽¹⁾. Renovavam assim, dos dois lados do Muro, o juramento do povo alemão: “Guerra Nunca Mais”.

A juventude reclamava, com voz cada vez mais forte: “Não queremos fronteira entre nós”. Estudantes da Alemanha de Leste e da Alemanha Ocidental tomavam a iniciativa de fundar parcerias “*Abaixo o Muro — queremos liberdade!*”. À escala local, assistiu-se ao desenvolvimento, entre as populações de terras de Leste e do Ocidente, de parcerias que procuravam trocas por cima do Muro, de modo a realizar, em especial, a unidade da classe trabalhadora, a Leste e Oeste. No Leste, o regime do SED⁽²⁾ respondeu a tais aspirações vindas da juventude e da população laboriosa com processos e repressão.

Muitos militantes foram presos e metidos na prisão por quererem estabelecer e manter contactos entre jovens e trabalhadores de Leste e do Ocidente. Unia todas estas diferentes iniciativas um mesmo objectivo: uma Alemanha unificada, sem exploração nem repressão! “*Somos o povo!*”, era a palavra de ordem lançada pela população laboriosa e pela juventude na sua luta para pôr termo ao poder da burocracia do SED, processos idênticos se desenrolando nos outros países da Europa de Leste.

A unidade alemã seria administrada pelos tratados dos anos noventa: o Tratado de Estado, o Tratado dito Dois Mais Quatro, o Tratado de Unificação, a lei da *Treuhand*⁽³⁾, tendo os tratados sido redigidos e impostos sob direcção das instituições internacionais, o Banco Mundial, o FMI, a Comunidade Europeia e, depois desta, a União Europeia.

Para a grande maioria da população, para os trabalhadores e, particularmente para a juventude, na ex-RDA e, a seguir, nos outros países, incluindo a União Soviética, o resultado destes tratados e desta ordem económica tem sido, desde 1989, no seguimento da introdução da propriedade privada dos meios de produção, terem que aguentar a destruição maciça da produção, o desemprego de milhões, baixos salários e trabalho precário. Pagaram um alto preço. Apesar das lutas, apesar dos sacrifícios. Actualmente, graças às pilhagens e destruição realizadas pela *Treuhand*, é o capital que marca o rumo. Num caso ou noutro, oportunistas conseguiram agarrar um lugar ao sol.

Como foi isto possível?

Quais foram as razões?

Como conseguiu a reacção substituir a divisão assegurada pela fronteira e pelo arame farpado pela que hoje existe: a divisão económica e política?

Trinta anos após este grande evento da história alemã e europeia que pôs o mundo de pernas para o ar, o continente e o nosso país devem deitar um olhar para o passado, mas também para o futuro:

- Que balanço fazemos enquanto trabalhadores, jovens e aposentados, a Leste como a Ocidente? Não continua a velha fronteira onde estava, agora como fronteira da fractura social? Não é, na mesma ordem de ideias, a fronteira da divisão da Europa?
- Que resultados deu o “tratado de unificação” de 31 de Agosto de 1989?
- Que é feito dos “cinco novos Estados (Länder)” após a privatização e a desindustrialização, após o desbaratamento da propriedade social pela *Treuhand*?
- Que relação há com as “mudanças estruturais” no Ruhr e noutras regiões? Em que deu a “prosperidade geral” prometida por Kohl?
- Que aconteceu às conquistas do socialismo a Leste e

⁽¹⁾ Em 14 de Dezembro de 1979, a NATO adoptou a “dupla decisão” de instalar mísseis na Europa Ocidental para “responder” aos SS-20 soviéticos e, paralelamente, entabular negociações para conseguir a retirada destes.

⁽²⁾ SED: *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*, Partido Socialista Unido da Alemanha, partido único estalinista oriundo da fusão à força do SPD e do KPD em 1946, partido dirigente da Alemanha de Leste.

⁽³⁾ Tratado de Estado (*Staatsvertrag*), o tratado de união económica, monetária e social entre a RFA e a RDA; Tratado de Unificação (*Einigungsvertrag*) entre a RFA e a RDA, de 31 de Agosto de 1990, condicionado ao Tratado “Dois Mais Quatro” (de 12 de Setembro de 1990), nos termos do qual as quatro potências ocupantes devolviam a soberania à Alemanha; *Treuhand*, sociedade fiduciária incumbida de proceder à privatização de todas as empresas da RDA.

>>>

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> a Ocidente com a política da “agenda” do chanceler Schröder do SPD, prosseguida depois pelos governos que lhe sucederam?

- Como foram os interesses e direitos dos assalariados e dos jovens defendidos durante aqueles anos?
- Que interesses e que reivindicações temos nós hoje, nós, trabalhadores, jovens, mulheres e aposentados, que exigências temos em matéria de representação política para defender os nossos interesses? E que experiência fizemos com os partidos e organizações que reclamam defender os nossos interesses?

São decerto numerosas e variadas as experiências que temos feito, a Leste e a Ocidente, depois da restauração da unidade alemã. E não há dúvida de que há muitas questões e problemas a discutir entre nós. Por este motivo, convidamo-vos, por ocasião do trigésimo aniversário da queda do Muro em 1989, para um foro de discussão a fim de trocar experiências e pontos de vista.

Lançamos o convite para este foro de discussão com o propósito de estabelecer um diálogo livre entre nós, trabalhadores, jovens e aposentados. Nele, evocaremos também a época da reunificação, com todas as suas exigências e esperanças: é afinal nelas que assenta a nossa panorâmica.

O encontro decorrerá num local de importância histórica, o local em que foi fundado, de 22 a 27 de Maio de 1875, o Partido Operário Socialista da Alemanha (*Sozialistische Arbeiterpartei Deutschlands*) e numa cidade com importância histórica, onde, de 6 a 8 de Abril de 1917, se fez a conferência de fundação do USP(D) (*cisão do SPD à esquerda*, NdT).

É com prazer que acolheremos os representantes de outros países europeus que entendam corresponder ao nosso convite. Pois foi tanto na Europa de Leste como na Ocidental que a vitória da divisão do nosso continente e do mundo teve profundas repercussões para a população laboriosa e para a juventude.

Agradecemos a vossa inscrição e o envio de contribuições escritas para a discussão.

Contribuição para a discussão

1989-2018: trinta anos de pois, devíamos tirar o balanço e abrir a discussão. Somos um só povo, temos as mesmas condições de vida a Leste como a Oeste?

Ou haverá uma fronteira que atravessa a Alemanha seguindo exactamente o percurso da que, até 1989, marcou a divisão da Alemanha e, consequentemente, a divisão da população laboriosa e da juventude, na Alemanha e na Europa? Alguns houve, no entanto, que se aproveitaram do conjunto do processo de privatização das empresas, dos serviços sociais públicos, da propriedade social: oportunistas no meio da grande pilhagem. Se se quiser tirar o balanço desta pilhagem das conquistas que existiam, a leste como a oeste, o balanço da propriedade social, com a consequência da desindustrialização e do desemprego de massas, cite-se, mormente, o êxodo da juventude para regiões afastadas, a erosão dos sindicatos, a ausência de real representação política em forma de partido dos trabalhadores e da juventude. Um balanço de trinta anos de destruição da produção, de privatização das empresas, dos serviços públicos, do ensino, da saúde, da infraestrutura. Para poder tirar um balanço exacto, é preciso voltar atrás.

No que deu a RDA e a sua população depois do que se denominou de revolução pacífica de Novembro de 1989? Eleições livres, união monetária, tratado de unificação, a reunificação, a *Treuhand*, instituição que agiu para liquidar inteiramente uma economia nacional por conta do capital, para arrancar com mão de ferro à população da RDA a sua propriedade, a propriedade do povo. Venda ao desbarato da RDA, compra por 1 marco e revenda por milhões de marcos, foi isto que, em estreita colaboração com essa instituição da *Treuhand*, cozinham especuladores sem escrúpulos, de concerto com alguns antigos dirigentes do SED e da CDU, directores de “combinados”, mas políticos, também.

A realidade, na Turíngia, é que a “prosperidade geral” pintada por Kohl veio a ser a destruição completa do tecido industrial, uma desindustrialização total. Em Dezembro de 1990, “a facturação da indústria da Turíngia montava ainda a 1.930 milhões de marcos. Em Novembro de 1993, já só eram 1.505 milhões, um recuo de 22%. O número dos empregos na indústria passara de 417.298 em Janeiro de 1991 a 120.099 em Outubro de 1993” (inquérito do antigo grupo parlamentar do PDS na Dieta do Estado da Turíngia).

Segundo a DGB da Turíngia, “a Turíngia deixou de ser uma região industrial”.

- 202.779 de desempregados (65,4% deles mulheres).
- 124.473 beneficiários de prestações de transição para a aposentação ou com aposentação antecipada.
- 49.225 pessoas em formação contínua ou em reconversão.
- 23.746 pessoas ao abrigo de dispositivo ABM (medida de criação de emprego).
- 7.174 pessoas ao abrigo de dispositivo de “subsídio ao emprego – Leste” (medida 249 h).
- 5.420 pessoas em desemprego técnico,
- assim como 100.000 trabalhadores transfronteiriços e 150.000 pessoas no desemprego mas não inscritas.

Era evidente para nós que o que o capitalismo conseguira fazer no Leste se iria repercutir no Ocidente.

Aquilo a que hoje assistimos é à evasão desenfreada aos contratos colectivos, ao desmantelamento das conquistas sociais, à introdução do trabalho precário, assim como à transformação da Alemanha em país de baixos salários e mestre na arte de destruir os serviços sociais segundo a estratégia da União Europeia em matéria de política orçamental e acatamento da “regra de ouro”... Prova-nos isto que todos os que trabalhamos temos que nos unir solidariamente na Europa para travar o combate para melhorar as condições de trabalho e de existência. ●

Brasil

Declaração da Organização Comunista Internacionalista

Pela previdência, a educação pública e a democracia:

Fora Bolsonaro, anulação das eleições, Constituinte Soberana

Na Argentina, os trabalhadores, os jovens, acabam de votar massivamente nas eleições primárias para pôr

fim ao governo Macri e sua política de submissão ao FMI e a Trump. Ao mercado financeiro e às multinacionais Macri prometeu aprofundar ainda mais seus ataques aos direitos dos trabalhadores fazendo uma severa reforma trabalhista.

No Brasil, a rejeição à política de Bolsonaro, outro subserviente a Trump e ao imperialismo dos EUA, cresce dia a dia.

As revelações do site Intercept são inquestionáveis: Bolsonaro só ganhou as eleições por conta da prisão, condenação e o impedimento fraudulento e ilegal de Lula concorrer para presidente. Entre as graves revelações há um encontro secreto entre integrantes da operação Lava Jato e a elite financeira dos grandes bancos nacionais e internacionais para impedir a candidatura de Lula.

Os fatos levam a uma só conclusão: o mandato de Bolsonaro é fruto de uma grande fraude contra a democracia para a qual colaboraram todas as instituições corrompidas e comprometidas com o golpe de 2016 (*que expulsou a presidente legítima, Dilma Rousseff, do PT — NdT*), como o STF (Supremo Tribunal Federal) e o Congresso Nacional.

Os deputados federais receberam cerca de 3 bilhões em liberação de emendas parlamentares para votarem e aprovarem a reforma da previdência que acaba com o direito dos trabalhadores à aposentadoria. Parte deste dinheiro foi desviado das verbas da educação pública. Um trem da alegria descomunal para satisfazer os banqueiros e os empresários com 1 trilhão de reais em 10 anos.

Muitos trabalhadores e jovens se perguntam: ainda dá tempo de derrotar a reforma da previdência?

Sim é possível ainda impedir a reforma, derrotando o governo Bolsonaro-Mourão. Mas para isso é preciso que as direções das Centrais Sindicais e dos partidos que representam a classe trabalhadora abandonem a orientação de tentar convencer os senadores a “diminuir os prejuízos” da reforma (como fizeram com os deputados durante as votações na Câmara Federal e que bloqueou as mobilizações nas ruas) e passem a trabalhar para organizar desde baixo uma Greve Geral pela retirada de tramitação da reforma. Uma Greve Geral que inclua o combate em defesa da educação pública e gratuita e a rejeição do Future-se, contra as privatizações, a defesa do emprego, da cultura, dos serviços públicos, do meio-ambiente e pela democracia com a anulação das eleições fraudulentas de 2018, a liberdade de Lula e o fim do governo Bolsonaro-Mourão.

A democracia e a soberania do país exigem a mais ampla unidade dos trabalhadores e da juventude por Fora Bolsonaro e sua política a serviço de Trump. Esperar que este governo, fruto de uma farsa, governe até 2022, para aí tentar derrotá-lo em eleições conduzidas pelas mesmas instituições que fraudaram a vontade popular em 2018, levará o país ao desastre.

A classe trabalhadora e os jovens têm o direito democrático de exprimir suas aspirações como maioria da nação através de uma Constituinte Soberana que assegure outras instituições capazes de restabelecer os direitos e as conquistas retiradas, impeçam novos retrocessos e avancem em conquistas sociais urgentes. Uma Constituinte capaz de gerar um governo comprometido com o povo e

não no interesse de uma minoria de banqueiros, grandes empresários e latifundiários. ●

Organização Comunista Internacionalista – OCI

13.08.2019

França



Carta aos militantes da TCI (20 de Agosto de 2019)

Camaradas,

No Sábado, 31 de Agosto, vamos reunir-nos às 10.30h da manhã no cemitério de Thiais para prestar homenagem a Leão Sedov, filho de Leão Trotsky, dirigente da IVª Internacional assassinado pelo aparelho estalinista no início do ano de 1938. Através da homenagem no túmulo de Leão Sedov, estaremos, como sempre fazemos, a prestar homenagem a todos os militantes do movimento operário, independentemente da tendência a que pertencessem, que caíram vítimas do estalinismo. Será, portanto, como todos os anos nesta data, uma concentração pela democracia operária.

Será também, particularmente este ano, uma concentração sob o signo da actualidade do combate político de Leão Sedov. Sedov caiu seis meses antes da conferência que constituiu a IVª Internacional, em Setembro de 1938. Estava, como todos os dirigentes do nosso movimento, empenhado na preparação da conferência de fundação e na discussão do programa que havia de servir de base à fundação da IVª Internacional: *A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IVª Internacional*.

Neste programa, em grande parte redigido por Trotsky em diálogo com os militantes da IVª Internacional, há uma questão que ocupa um lugar especial: a luta pelo governo operário e camponês. O *Programa de Transição* contrapõe-no à frente popular, fórmula que aparecera em 1935 por iniciativa dos estalinistas, a selar a aliança dos partidos operários e da burguesia para barrar o caminho à revolução proletária.

“*A política conciliadora das frentes populares*” — a tal política de aliança dos partidos operários com os partidos burgueses, acatando as instituições e o sistema capitalista — “*condena a classe operária à impotência e abre as portas ao fascismo.*” Desta observação tira o *Programa de Transição* a seguinte conclusão: “*As frentes populares, por um lado, o fascismo, pelo outro, são os últimos recursos da imperialismo na luta contra a revolução proletária.*”

A fundação da IVª Internacional exigia uma demarcação total desta política criminosa, que, em Espanha como em França, abrisse caminho à derrota do poderoso movimento revolucionário do proletariado que irrompera em ambos os países. Por isso vinca o *Programa de Transição* que “*não há lugar para a IVª Internacional em nenhuma frente popular.*”

Terá esta afirmação perdido alguma da sua actualidade em 2019? Basta seguir as peripécias do processo revolucionário na Argélia, que *La Tribune des travailleurs* tem relatado todas as semanas, para aferir o carácter profundamente proletário do processo; mas também para ver a realidade da tentativa de ali constituir uma frente popular que canalize o movimento de massas para o acatamento das instituições e para a preparação, através de um governo de transição, de eleições no quadro institucional actual. Uma vez que >>>

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> conseguisse esses objectivos, este processo só poderia acabar no refluxo, ou mesmo na derrota do processo revolucionário.

Em 2019, tal como nos anos trinta, o papel da frente popular é abrir as portas à derrota do proletariado e da revolução. É essa a parada na Argélia. Mas não o será também em Espanha, com a coligação entre o Partido Socialista e *Podemos* contra o movimento revolucionário na Catalunha e contra as reivindicações operárias em todo o Estado espanhol, para preservar as instituições da monarquia franquista amparadas na União Europeia? Não é essa a parada em Portugal, com a coligação apoiada pelos aliados de Mélenchon? E não é também, em forma algo diferente, o que se desenha em Itália, com a candidatura de Renzi, que reivindica continuar o trabalho iniciado por Salvini e pelo Movimento Cinco Estrelas (em aliança com este último)?

A actualidade das frentes populares está indissociavelmente ligada à actualidade da revolução proletária. Não admira que quem provocou a crise de destruição da IVª Internacional em 2015 venha, dois anos mais tarde, decretar que as frentes populares deixaram de ser actuais⁽¹⁾. Ora, se as frentes populares deixaram de ter actualidade, se deixou de ter utilidade para a burguesia valer-se desta barragem contra-revolucionária, pode-se concluir outra coisa que não... que a própria revolução proletária deixou de estar na ordem do dia?

E em França? As variadas combinações, seja em eleições municipais, seja nas perspectivas políticas, revolvem em torno de tentativas duns e doutros — de *La France insoumise*, do PC, do PS e de vários resquícios da esquerda, todos eles aliados aos Verdes —, para reconstituir uma coligação de frente popular que possa desempenhar o papel de “alternativa”.

A actualidade é da revolução proletária. Como militantes da IVª Internacional, estamos mais convencidos do que nunca da absoluta actualidade do combate pela revolução proletária. Cada nova manifestação da barbárie imperialista lembra-no-lo, seja a sorte reservada aos migrantes, seja a incrível penúria de medicamentos exclusivamente causada pela procura do lucro máximo, conforme relata a *La Tribune des travailleurs*. Sim, a actualidade da revolução proletária, quer seja na Argélia, quer no levantamento de massas no Brasil, nos processos em curso na Argentina, na China e na própria França, onde se preparam os maiores confrontos. Não se engana Macron quando lança um apelo à “reconciliação dos franceses” enquanto reitera a sua vontade de destruir os regimes de aposentação.

Teremos razão ao, há meses e meses, darmos prioridade à necessidade de independência da classe operária e das suas organizações? Teremos razão em martelar que as organizações da classe operária não podem nem devem pendurar-se na carroça da pequena burguesia?

Tivemos e continuamos a ter razão. A independência de classe é a questão central. Estão em amadurecimento os mais vastos processos de luta de classes, todos o sabem. O governo está preocupado, e os aparelhos também. No período a vir, os trabalhadores ver-se-ão confrontados com todas as formas de colaboração de classes, de concertação, de coligações de frente popular. Mas haverá igualmente a busca pela classe operária de vias e meios para o seu combate independente, para a sua unidade, para a independência dos seus sindicatos, dos seus comités de greve, dos seus comités de delegados, das suas assembleias gerais

soberanas. É assim que nos mantemos fiéis à bandeira de Leão Sedov e de Leão Trotsky. Este programa, pelo qual Sedov, Trotsky e outros sacrificaram as suas vidas, arma-nos para o período que aí vem. Em particular para nos permitir intervir na luta de classes em plena independência, construir a união internacional da juventude revolucionária, construir comités unitários que ajudem a preparar a greve geral que há-de varrer este governo e esta política e construir listas de defesa da classe operária nas próximas eleições municipais. Isso porque estamos empenhados na construção do partido revolucionário, secção da IVª Internacional, mediada pela construção do Partido Operário Independente Democrático.

Junto ao túmulo de Sedov, neste dia 31 de Agosto, diremos: “Sedov vivo, Trotsky vivo, é a IVª Internacional viva, é o seu programa ao serviço da revolução proletária, é o nosso compromisso.”⁽²⁾

Até Sábado, 31 de Agosto, então.

Fraternalmente

O executivo da TCI,
20 de Agosto de 2019

Índia

Spark — Agosto de 2019

(Publicação dos militantes indianos da IVª Internacional)



Notas sobre as eleições legislativas de 2019

I.

Os resultados das recentes eleições para o Parlamento indiano marcam uma enorme vitória do primeiro-ministro, Narendra Modi, e do BJP na maioria das regiões da Índia. Os dois partidos comunistas (o CPI e o CPM), que dizem falar em nome da classe operária, sofreram a pior derrota eleitoral da sua história. Enquanto força parlamentar, foram literalmente varridos do mapa. O partido do Congresso, na oposição, não foi capaz de capitalizar o descontentamento reinante em vários sectores da população por causa das políticas de Modi nestes últimos cinco anos. Muitos dos partidos de oposição regional falharam, também, em toda a linha, especialmente nas regiões ocidentais e setentrionais do país. A vitória de Modi foi esmagadora e repartida tanto pela maior parte dos principais centros industriais como pelos Estados mais pobres.

Foi uma enorme surpresa e desilusão, especialmente considerando que a classe operária, os camponeses pobres e a juventude têm resistido e mostrado a sua força e solidez. Os últimos dois anos revelaram bem a força e a militância da oposição ao governo e aos políticos do BJP tanto nas cidades como nas zonas rurais.

A classe operária organizada, o movimento sindical, tem sido a principal força desta oposição. Há poucos meses, em Janeiro de 2019, uma vasta greve geral de protesto contra as políticas anti-operárias do governo, o desmantelamento das leis laborais, a recusa em aceitar as reivindicações de salário mínimo, segurança social para todos e controlo dos preços dos

⁽¹⁾ Lucien Gauthier, dirigente do centro liquidacionista, escreve em Maio de 2017, que “o *capital* (...) deixou praticamente de poder contar com o dispositivo clássico de tipo *frente popular*”. Mediação que permite ao mesmo Gauthier cantar, nas colunas das *Informations ouvrières*, em Agosto de 2019, loas às “forças da alternativa democrática”, que representam, na Argélia, uma combinação praticamente perfeita do que é uma frente popular.

⁽²⁾ Outros, manifestamente esmagados pelo peso desta herança, alinharam actos com política: o centro revisionista renunciou este ano a comemorar a memória de Sedov junto ao seu túmulo. Admita-se que, uma vez feitos pilares da frente popular na Argélia, ficava difícil para estes indivíduos reivindicar a herança de Sedov.

CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL ●

bens de primeira necessidade — paralisou grande parte do país durante dois dias. Durante a greve, todas as centrais sindicais estiveram unidas. Mais de cem milhões de trabalhadores dos sectores formal e informal participaram, grosso modo, na greve.

A greve geral de Janeiro de 2019 foi parte de um longo processo marcado por greves e manifestações em anos anteriores. Todos os principais sindicatos haviam igualmente organizado uma greve geral de massas, no dia 2 de Setembro de 2015, contra aquelas políticas: fora um dos pontos altos da luta constante da classe operária contra o governo. Outra greve geral de massas se realizara antes, em Fevereiro de 2013, essencialmente pelas mesmas reivindicações (se bem que, nessa altura, fosse o Congresso quem estava no poder, aplicando leis e medidas que visavam enfraquecer a classe operária, as suas organizações e direitos).

II.

Os últimos cinco anos de governo do BJP foram lucrativos para o capitalismo. As grandes empresas indianas deram o seu apoio a Modi e ao BJP e financiaram abundantemente a sua campanha eleitoral. Tinham boas razões para serem generosas. Durante cinco anos, multiplicaram-se os ataques contra a classe operária e os seus direitos. A adaptação da economia indiana às necessidades do capitalismo global acarretou o desmantelamento de muitos sectores formais da indústria indiana e o aumento regular dos número de empregados no sector informal.

Enquanto isto, não só os salários ficaram congelados a níveis incapazes de cobrir as necessidades elementares de dezenas e dezenas de milhões de trabalhadores, como o enquadramento legal das relações laborais tem sido modificado em função das necessidades e da avidez dos exploradores. A todos os níveis, da questão do salário mínimo, do registo e dos direitos dos sindicatos, da questão do seguro de saúde, têm-se modificado leis e regulamentos no fito de excluir definitivamente mais de noventa por cento da força de trabalho do campo de aplicação da legislação laboral.

A mesma política reaccionária se fez sentir com toda a força nas zonas rurais. A terra foi concentrada nas mãos de grandes proprietários fundiários, usada para projectos industriais, e milhares de camponeses suicidaram-se ao verem-se sobrecarregados com empréstimos que não podiam reembolsar.

Modi tem-se servido constantemente das armas do sectarismo religioso e étnico para alcançar o objectivo de pôr o trabalho barato da Índia ao serviço de encher os lucros capitalistas das multinacionais imperialistas e dos capitalistas indianos. O novo governo Modi irá prosseguir os ataques contra a classe operária, o campesinato pobre e a juventude com maior intensidade do que nunca. Recorrerá às armas da discriminação, do hinduísmo, dos ataques às minorias, migrantes, etc., de modo perigosíssimo para a democracia e para a própria existência da Índia.

A política avançada pelo governo Modi acabaria, em última análise, por causar acontecimentos trágicos e fracturar a Índia na sua forma actual. No plano mais imediato, sujeitará a Índia ainda mais estreitamente às exigências do imperial-

ismo. O que se está a passar no Estado de Assam com o uso do NRC (Registo Civil Nacional) é uma ilustração trágica de onde conduziram as políticas hinduístas de Modi. Infelizmente, apesar de o NRC estar a ser revisto sob a alçada do Supremo Tribunal da Índia, a sua aplicação na prática tem rotulado centenas de milhares de indianos de 'estrangeiros', a pretexto de não possuírem prova de cidadania!

Além disto, a política externa de Modi tem igualmente sido uma maneira de reforçar as forças imperialistas na Índia e atar cada vez mais as políticas desta às necessidades do mundo — especialmente as do imperialismo americano — aderindo à campanha deste para isolar a China e fomentando uma situação de permanente ameaça de guerra com o Paquistão, como arma contra os direitos e interesses de todos os povos da Ásia Meridional.

A classe operária tem, contudo, resistido, os camponeses pobres e sem terra têm resistido, e os estudantes têm resistido periodicamente às políticas do governo Modi. Com o resultado de a classe dominante e os seus representantes, apesar de manterem o apoio ao governo Modi, manifestarem insistentemente o seu desconsolo pela lentidão com que o governo tem levado a cabo as 'reformas' económicas que se comprometera a fazer rapidamente. Foi, de certo modo, o preito do governo à resistência das massas laboriosas.

Há, entretanto, muitas razões para que a força da resistência não se tenha reflectido nas recentes eleições parlamentares. A primeira razão foi, evidentemente, a absurda tentativa de apresentar o desacreditado e corrupto Partido do Congresso como a principal força de resistência. A derrota, em 2019, dos partidos que se reivindicavam da classe operária ficou a dever-se, em primeiro lugar, à tentativa de delegar a defesa dos direitos democráticos e a luta pela laicidade no Partido do Congresso, mas também ao facto de tal orientação ter raízes profundas e antigas nas políticas seguidas por aqueles partidos, que procuram encontrar soluções no quadro do sistema capitalista, forjando pretensas "alianças progressistas" com representantes da burguesia.

Aos olhos da massa da classe operária e do campesinato da Índia, os partidos comunistas ficaram associados, anos a fio, a políticas que se recusavam a ir à raiz da situação existente na Índia. Pelo contrário, não só esses partidos alinharam com as medidas anti-operárias tomadas em nome da abertura da economia indiana, como foram, ainda, responsáveis pela brutal aplicação de tais medidas nos Estados em que estavam no poder. O CPM, o CPI e a frente de esquerda estiveram décadas no poder no Bengala Ocidental. O apoio de que gozavam entre o campesinato foi o factor fundamental das suas vitórias eleitorais. Em 2007, porém, a fim de acelerar o desenvolvimento da exploração capitalista e do investimento estrangeiro no Bengala Ocidental, esmagaram violentamente o movimento de protesto dos camponeses pobres de Nandriagan. Esta ruptura entre o governo estadual de frente de esquerda e os pequenos camponeses que protestavam contra a expropriação das suas terras para criar uma zona económica especial revestiu um significado nacional e histórico. A rápida e dramática contracção da votação nos partidos comunistas ocorrida desde essa

>>>

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> altura ilustra a sua perda do apoio junto dos sectores da classe operária e do campesinato que antigamente congregavam à sua volta.

III.

A classe operária — mormente os seus sectores mais organizados e conscientes — tem de encabeçar o protesto contra todas as tentativas de aplicar tais políticas e contra todos os ataques aos direitos democráticos e estar pronta para lutar ao lado de todos os que se opõem a tais medidas.

Só a classe operária é capaz de lutar eficazmente e até ao fim pela defesa dos direitos democráticos e da laicidade, porque ela não tem qualquer interesse em qualquer forma de discriminação baseada na religião, na língua, no sexo, na casta ou na cor. Pela sua experiência colectiva na luta contra a exploração, ela está ciente de como todas essas fontes de discriminação são usadas intensificar a exploração. O que em nada significa que as questões avançadas pela oposição nas eleições gerais, nomeadamente as questões relacionadas com a laicidade, não tenham importância. Bem pelo contrário.

É dever da classe operária estar na primeira linha da luta pela defesa de todos os direitos democráticos. Mas só a classe operária é capaz de, lutando pelos seus próprios interesses de classe, lutar eficazmente pela defesa de todos os direitos democráticos.

A força da classe operária da Índia tem sido aplicada através dos sindicatos. No entanto, a classe operária não precisa só de sindicatos para lutar contra a exploração e o Estado que defende os exploradores. Precisa, igualmente, de uma perspectiva política e de partidos políticos que representem os seus interesses e estejam dispostos a lutar pelo poder e por um governo dos trabalhadores oposto a todas as soluções governamentais assentes na preservação da exploração capitalista.

Em Abril de 2018, há pouco mais de um ano, a redacção do *Spark* afirmou:

“O povo indiano já fez a experiência do Partido do Congresso e do BJP. Ambos actuam a favor dos capitalistas. Chegou a hora de correr com eles (...). Há necessidade urgente de avançar com um novo partido político assente na ideologia da classe operária. Para avançar na construção desse partido, é necessário fazer o balanço dos acontecimentos e discutir profunda e democraticamente entre todos os que partilham o objectivo da emancipação da classe operária.”

Estas necessidades são agora mais urgentes do que nunca! Elas interessam não só aqueles que se empenham em actividades políticas de solidariedade com a classe operária, mas também aos sindicatos. É, por conseguinte, perfeitamente compreensível que várias centrais e federações sindicais tenham declarado em conjunto que, enquanto sindicatos, se opõem ao governo do BJP e suas políticas. A única maneira de avançar é, contudo, lutar por uma nova representação política da classe operária e **organizar a resistência unida a todos os ataques do governo Modi.**

Hoje, todos os sindicatos e todos os partidos políticos que desejem defender os interesses da classe operária têm de se unir na acção a todos os níveis: nacional, estadual, nas cidades, no campo e nas fábricas e empresas. **Esta unidade tem de encontrar a sua tradução na constituição de comités**

de acção unitários e no agrupamento de todas as forças da classe operária, dos camponeses, da juventude e de todos os oprimidos. A vitória eleitoral de Modi irá com toda a certeza dar azo a novos ataques contra a classe operária. Porém, um acontecimento eleitoral não é, por si só, suficiente para modificar fundamentalmente as relações entre as classes. A força que se exprimiu na greve geral de 2019 não se dissipou. Olhemos para o que se está passando no Brasil: o Partido dos Trabalhadores de Lula foi derrotado, por causa, sobretudo, das políticas que praticou quando estava no poder. O presidente da direita, Bolsonaro, anunciou que iria atacar em força. No entanto, poucos meses depois de ter sido eleito, vê-se confrontado com manifestações imensas contra os seus planos para desfazer a previdência, e milhões de professores e jovens saem para a rua dispostos a defender o direito à educação!

Tal unidade na acção em nada se opõe à necessidade de discutir democraticamente as razões do acontecido e como superar a situação presente.

Hoje, a questão principal é a da construção de uma nova representação política da classe operária, assente na independência política da classe operária e na defesa dos seus interesses de classe contra a exploração capitalista. A classe operária, a sua luta implantada no movimento sindical, exigem uma perspectiva política independente e, por conseguinte, uma expressão política independente.

A luta de classes exige que os partidos políticos expressem com autenticidade os interesses e necessidades da classe operária e das massas oprimidas. A organização, por outras palavras, em redor de uma plataforma política em que as reivindicações sejam avançadas não por serem aceitáveis no quadro do sistema capitalista, mas, pelo contrário, porque respondem às necessidades da sobrevivência de centenas de milhões de trabalhadores, camponeses e jovens. Nesse contexto, é imperioso discutir democrática e honestamente um balanço sério das políticas que conduziram à situação actual.

Uma perspectiva política independente teria de passar por:

- Todas as reivindicações salariais, em matéria de regalias sociais e de legislação laboral, tal como articuladas nas plataformas avançadas pelos sindicatos nos seus apelos unidos às greves gerais.
- Todas as reivindicações de defesa dos direitos democráticos e de retirada de todas as leis e regulamentos contrários à plena igualdade entre todos os cidadãos indianos (incluindo, evidentemente, os direitos das mulheres).
- A luta pela paz e por relações fraternas com todos os povos da Ásia Meridional; a luta contra o domínio imperialista e a tentativa de arregimentar a Índia como aliada das tentativas do imperialismo para isolar a China.
- Para cumprir estas reivindicações, as organizações operárias têm de estar dispostas a tomar em mãos o governo do país, para bem da grande maioria.

O *Spark* prontifica-se a oferecer um foro para a discussão exaustiva necessária para encontrar maneiras de avançar na apresentação de uma autêntica alternativa política oposta às políticas decadentes necessárias para salvar os lucros capitalistas. ●

Itália

Iniciativa da secção italiana da IVª Internacional

A todos os trabalhadores, aos militantes

Proposta de discussão

Somos trabalhadores de diferentes sectores e militantes do movimento operário.

Reunimo-nos hoje, 8 de Junho de 2019, em Turim, por iniciativa da secção italiana da IVª Internacional-CORQI. Alguns de nós são membros desta organização, outros não, mas todos num ponto concordamos: em Itália, falta um partido operário independente, e nós precisamos desse partido.

Há alguns anos, as coisas eram diferentes, existiam partidos históricos do movimento operário que organizavam milhões de trabalhadores. Depois, pouco a pouco, uns atrás dos outros, esses partidos praticamente autodissolveram-se. Pode-se analisar de maneiras diferentes as causas do seu desaparecimento ou, pelo menos, deste gigantesco rearranjo das forças em presença. Mas uma coisa é incontestável: uns atrás dos outros, aqueles partidos, fosse como membros do governo, fosse pela sua política, foram responsáveis pelas piores medidas anti-operárias, contra as quais, aos milhões, os trabalhadores se manifestaram, fizeram greve e procuraram organizar-se.

Os governos, a União Europeia e o BCE têm ditado todos os seus planos de destruição, Mas que força lhes subjaz?

Diga-se: esta política está inteiramente ao serviço dos capitalistas, dos banqueiros, dos especuladores e dos respectivos interesses. Embora todos o queiram negar e puxar-nos para o terreno do “interesse comum”, a verdade vemo-la nua diante dos nossos olhos.

Porque avança hoje a divisão do país, sob as vestes da regionalização? Com um único objectivo: dividir os trabalhadores, destruir a função pública e todas as conquistas operárias, aumentar a exploração dos trabalhadores, sacar deles mais lucro.

Porque se destrói o ensino público? Primeiro, sim, para reduzir a despesa pública, baixar os impostos pagos pelos capitalistas e aumentar os seus lucros. Mas também, como sabemos, para criar gerações de jovens que se possa explorar à vontade, beneficiando de uma mão de obra de baixo custo, sem diplomas, nem conhecimentos nem reivindicações possíveis.

Porque se ataca a saúde pública? Porque os capitalistas já não querem pagar o que ela custa, querem-se livrar desses custos. Mais uma vez, o objectivo deles é fazer baixar os impostos que pagam, mas também é abrir as portas a novos lucros para os seguros privados, os bancos e os capitais deles.

Porquê privatizar, “reformatar”, a legislação laboral, destruir as pensões? O objectivo é, uma vez ainda, o mesmo: aumentar os lucros sobre o lombo dos trabalhadores, despedindo, reformando o trabalho e instaurando uma “flexibilidade bestial”, como declarou Marchionne.

E porque fazem as multinacionais fusões, se não para reduzir os custos de produção, cujo elemento principal são os salários pagos aos trabalhadores?

Todas as medidas tomadas e todas as batalhas se concentram numa mesma questão: a oposição entre os interesses dos trabalhadores e os dos capitalistas.

Temos o pior governo que existiu desde 1945. Um governo racista, que anunciou as mais graves medidas anti-democráticas, que quer organizar a divisão do país. Como todos os trabalhadores, queremos correr com ele. Todos fazemos, no entanto, a mesma pergunta: e o que nos calhará a seguir? Mais um governo chefiado por Renzi, que nos infligiu os piores golpes? Mais um governo como o de Prodi, que foi o artesão da “reforma” da Constituição em virtude da qual Salvini e Di Maio instauram hoje a regionalização?

Não, não queremos um governo que continue com esta política. Queremos um governo que revogue toda as contra-reformas feitas nestes últimos anos e que, a partir daí, anule a “dívida”, nacionalize os bancos, o crédito, os grandes meios de produção, um governo que planeie a economia em função das necessidades da imensa maioria da população, do seu direito à instrução, ao acesso aos cuidados, ao trabalho e à aposentação.

Como há-de, porém, tal governo formar-se sem existir um partido que promova claramente este programa? Um partido que afirme aquilo que todos procuram negar, a saber, que os interesses dos trabalhadores e os interesses dos capitalistas são totalmente inconciliáveis e que aquela gente nos está a atirar para a catástrofe?

Durante estes últimos trinta anos, desenvolveram-se no nosso país movimentos imensos. A vontade de mobilização não falta, e temos a certeza de que ela continuará a manifestar-se no período que aí vem. Mas por quanto tempo, se não se abrir uma perspectiva política?

Poderemos passar o tempo a defender-nos, sem abrir uma perspectiva de reconquista do que perdemos e abrir caminho para outra política, uma política que promova os interesses da grande maioria?

Há muito quem diga que a situação é difícil. Será. Pela nossa parte, contudo, cremos que, mais ou menos conscientemente, são muitos os trabalhadores que põem estes problemas. Nós estamos disponíveis e interessados em discuti-los.

Assim, propomos a todos os trabalhadores, militantes, delegados sindicais e jovens que abramos esta discussão, a ampliemos e relatem a todos os que quiserem participar. ●

Proposta adoptada por 22 trabalhadores reunidos em Turim no dia 8 de Junho de 2019.

Marrocos

Iniciativa dos militantes marroquinos do CORQI

Iniciadores para um jornal operário nacional

Caros camaradas,

Tomámos a decisão de vos dirigir esta carta no propósito de criar um jornal operário nacional legal e aberto.

Conhecem-nos de longas discussões fraternas, através do nosso boletim *Tribune des travailleurs*, para o qual muitos de vocês têm contribuído com artigos ou correspondências, ou até entrevistas.

Sabeis que somos militantes da IVª Internacional. Mas a nossa filiação na IVª Internacional ensina-nos que é necessário unir os militantes operários, independentemente das respectivas filiações políticas, a fim de

>>>

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> ajudar a classe operária do país a agarrar nas ferramentas e órgãos de luta e para a luta pelas suas reivindicações de classe independentes.

Caros camaradas,

Vários perigos ameaçam a nação marroquina e a sua maioria, perigos que se prendem com os ditames de grandes potências estrangeiras que têm na mira pilhar e explorar mais as nossas riquezas agrícolas, marítimas e minerais... Esta vontade de pilhar sem fim as nossas riquezas nacionais é acompanhada por uma vontade de ver os serviços públicos nacionais destruídos pela privatização, de destruir as regulamentações laborais nacionais, a legislação, os contratos colectivos, os salários, a segurança social e os regimes de aposentação, etc. Ditames que os sucessivos governos executam contra as aspirações e os interesses da maioria da nação.

Perante esta situação, notamos a inexistência de órgãos de imprensa que exponham a situação criada aos trabalhadores e à juventude, de um autêntico jornal operário que ajude a esclarecer a situação e a mobilizar-nos para defender os direitos sociais, os nossos sindicatos e organizações.

Caros camaradas,

Para ajudar os trabalhadores e os jovens, para esclarecer a situação em que estão querendo mergulhar a nação e a sua maioria (os trabalhadores das cidades e do campo), cremos ser urgente criar um jornal operário nacional, legal e aberto a todos os militantes, a todos os trabalhadores, às mulheres e aos jovens, em que eles se possam exprimir livremente no respeito dos princípios da democracia operária.

Gostaríamos de começar por constituir uma redacção e iniciar os trâmites de legalização do jornal. Neste quadro, esperamos convocar uma primeira reunião convosco para o final do mês de Junho para avançar com este objectivo, sendo o primeiro passo criar convosco a redacção.

Na expectativa do vosso acordo, transmitimo-vos, caros camaradas, as nossas saudações operárias fraternas.

Os iniciadores de um jornal operário nacional

14 de Junho de 2019 Marrocos

México

Transición, n.º 16, Agosto de 2019

Boletim do Comité mexicano do CORQI



Campanha pela revogação do tratado México-Estados Unidos-Canadá (USMCA) e do Pacto Migratório⁽¹⁾

Mais de 50 dirigentes e militantes sociais dos Estados Unidos e do México iniciaram uma campanha de assinaturas de uma carta aberta dirigida ao presidente mexicano

Andrés Manuel López Obrador (AMLO) e aos legisladores do Congresso da União (*o Parlamento - Ndt*) e à sua maioria, o Movimento de Regeneração Nacional (MORENA), exigindo a revogação da versão 2.0 do NAFTA, mais conhecido sob o nome de USMCA, e a rejeição do Pacto Migratório (de

Dezembro de 2018), aprovado pelo governo mexicano e que militariza as fronteiras norte e sul do México, mediante o estacionamento maciço de forças repressivas, nomeadamente a nova guarda nacional.

O objectivo da campanha de assinaturas é dialogar com os milhares de eleitores que votaram por AMLO nas últimas eleições federais e que não vêem cumprido o mandato que deram ao actual governo de pôr cobro às políticas de privatização, destruição de direitos e submissão da soberania nacional.

Queremos dialogar com estes milhares de trabalhadores, mulheres e jovens, pois, com o USMCA, a soberania alimentar do México continuará a desaparecer. Todas as “reformas estruturais” pró-patronais antes levadas a efeito sob o NAFTA continuarão intactas com o novo USMCA. A “reforma energética” aguçará o impulso dos capitalistas para privatizar o petróleo do México. O mecanismo de resolução de diferendos entre investidores e Estados (conhecido pelas iniciais inglesas, ISDS) foi previsto no NAFTA, mantendo-se no USMCA, exactamente para impedir o México de recuperar a sua soberania energética, suprimir as privatizações e anular todas as reformas estruturais.

As muito propagandeadas “disposições de aplicação” em matéria de protecção laboral e ambiental estão ausentes do USMCA.

Entretanto, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou alegremente que o México estava fazendo “um excelente trabalho” ao militarizar as suas fronteiras norte e sul. Com este destacamento de forças militares, passa a haver 15.000 soldados mexicanos na fronteira norte e 11.000 soldados na fronteira sul.

O México não se pode submeter aos ditames dos Estados Unidos, “*O povo NÃO deu ao presidente López Obrador mandato*”, reza a carta aberta, para “*humilhar os nossos irmãos centro-americanos, que não são nossos inimigos. Estamos correndo o risco de fazer alastrar o sentimento racista e inumano e acabar com a nossa solidariedade histórica com os povos à escala internacional.*”

Convidamos-te a subscrever a carta e organizar-te em comités de defesa do mandato de 1 de Julho, a defender as reivindicações dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres.

Carta aberta

ao presidente Andrés Manuel López Obrador

A Andrés Manuel López Obrador

Aos legisladores do Congresso da União

Cópia às organizações sindicais e políticas, de defesa dos direitos do homem e da soberania nacional

Sr. Presidente,

Nós, abaixo-assinados, manifestamos a nossa rejeição profunda da aprovação da actualização do Acordo de Comércio Livre da América Norte (USMCA) e do Pacto Migratório, que disfarça a militarização das fronteiras norte e sul do país pelas forças repressivas do Estado, incluindo a nova Guarda Nacional. A nação, a juventude e a classe trabalhadora mexicana não podem servir de apoio à campanha eleitoral para a reeleição de Donald Trump.

Os presidentes dos Estados Unidos e do Canadá celebraram na Casa Branca os “avanços” do USMCA.

⁽¹⁾ USMCA é o Acordo Estados Unidos-México-Canadá de 2018.. Pacto Migratório adoptado pela ONU em Dezembro de 2018.

CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL ●

Trump declarou, em particular, que não estava em causa uma concorrência entre o México, os Estados Unidos e o Canadá, mas contra o mundo. O que quer dizer que, uma vez que as câmaras ratifiquem este tratado entre os Estados Unidos e o Canadá, nos estarão utilizando para a guerra comercial contra os demais povos irmãos à escala internacional.

Foi a mafia do poder, nacional e internacional, que desenhou o Tratado de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA), em vigor desde 1994 e que, no essencial, não é diferente do USMCA. A nova versão do NAFTA é uma actualização com anexos que o adaptam aos interesses das empresas multinacionais dos Estados Unidos e do Canadá. Apesar disso, a Secretaria da Economia declarou que “o México manda uma mensagem clara a favor da economia aberta e do aprofundamento da integração económica na região”, além de a USMCA “conferir certeza aos investidores, consumidores e produtores”.

Como é possível conferir certeza aos produtores e consumidores se não se modifica a secção em matéria de agricultura, continuando, portanto, a nossa soberania alimentar a desaparecer precisamente por causa do NAFTA e do novo USMCA? Na mesma ordem de ideias, não se mexeu nas reformas estruturais, requisito para a aprovação do tratado, a começar pela energética: a PEMEX, o nosso petróleo, continua em processo de privatização e entrega a companhias estrangeiras. O mecanismo de resolução de diferendos entre Estados e investidores (ISDS, segundo as siglas em inglês) foi previsto no NAFTA e, agora, no USMCA, exactamente para impedir o México de recuperar a sua soberania energética, revogar as privatizações e todas as reformas estruturais.

Que acontece com os putativos mecanismos de cumprimento em matéria de protecções laborais e ambientais? Não existem. Ora, em matéria laboral, nós promovemos e defendemos todas as posições que vão contra a “terceirização” (*outsourcing*), bem como as medidas que defendam a liberdade e democracia sindicais, a contratação colectiva e o desaparecimento das juntas arbitrais, cujas recentes reformas serviram, em parte, para isso. Como parte do mandato que o povo mexicano manifestou no dia 1 de Julho, não por mandato da Casa Branca para aprovar o USMCA.

Convém assinalar que este USMCA se fez sem o consentimento da nação mexicana. Não foram negociações públicas, apesar de nos afectarem a todos. Até à data, o documento aprovado é desconhecido do conjunto da nação mexicana. Só se conhecem alguns fragmentos, através de uns poucos meios de comunicação. Estamos dispostos a combater a mafia do poder, mas isso não pode ser realidade se aprovarmos as mesmas políticas que elas promovem desde há, pelo menos, 30 anos. É justo e necessário revertê-las.

Acresce a isto que o responsável dos Estados Unidos rejubilou recentemente com o excelente trabalho que o México está fazendo ao militarizar as fronteiras sul e norte do país com o envio de soldados. Com este estacionamento, passa a haver 15 mil soldados na fronteira norte e 11 mil na sul. Como declarou o presidente da Câmara de Deputados do México: “Com a guarda nacional, foram pôr o nosso muro na fronteira sul.” Somos um

povo soberano e, como tal, não temos por que submeter-nos aos ditames dos Estados Unidos.

Do mesmo passo que nos dirigimos ao poder legislativo e executivo, dirigimo-nos às direcções sindicais, sociais e políticas (Sindicato Mexicano de Electricistas, Nueva Central de Trabajadores, Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación, Sindicato Independiente del Movimiento Obrero de Matamoros 20/32, Movimiento de Jornaleros de San Quintín, SINDJA, Sindicato Independiente de Trabajadores de la Universidad Autónoma Metropolitana e a todos), apelando para que convoquem uma mobilização nacional. Tendo em conta a soberania que as organizações sindicais e políticas devem ter, soberania e independência em relação ao governo.

Sr. Presidente, o povo trabalhador estaria disposto a mobilizar-se e organizar-se para, com essa acção, lutar pela revogação do USMCA e resgatar a soberania nacional, revogando as reformas estruturais, a começar pela da energia.

Sr. Presidente, o povo NÃO lhe deu mandato para humilhar os nossos irmãos centro-americanos, que não são nossos inimigos. Estamos correndo o risco de fazer alastrar o sentimento racista e inumano e acabar com a nossa solidariedade histórica com os povos à escala internacional.

Sr. Presidente, vimos exigir por este meio a revogação destas medidas, que violam a nossa soberania e nos colocam, por um lado, numa posição de submissão aos governos dos Estados Unidos e do Canadá e, por outro, de abuso dos povos centro-americanos. Estamos a tempo.

REVOGAÇÃO DO USMCA!

NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO!

NÃO À MILITARIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS NORTE E SUL DO MÉXICO!

REVOGAÇÃO DAS REFORMAS ESTRUTURAIS!

16 de Agosto de 2019

Seguem-se 50 assinaturas de militantes e dirigentes sindicais e políticos (ver lista completa em <https://cuartaweb.wordpress.com>).

Convidamos-te a assinar.

Rússia



Grupo de partidários do CORQI

Quem somos nós?

Somos militantes operários da Federação Russa, partidários do Programa de Transição: “A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IVª Internacional (a mobilização das massas em torno das reivindicações transitórias como preparação da tomada do poder)”, associados ao Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI). Criámos esta página web em língua russa para dar a conhecer à classe operária da Rússia os documentos e teses da tendência internacional que se bate pela reconstituição da IVª Internacional.

Sendo marxistas, lutamos pela organização independente da classe operária, sem a qual ela não pode

>>>

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> defender os seus interesses próprios. Consideramos que, sem organização, a classe operária não é nada, e lutamos, portanto, sem compromissos, pela defesa do movimento operário, em particular pela defesa dos sindicatos de classe, pela sua independência do Estado, do governo, da “parceria” com os empregadores, das Igrejas, das ONG e de todos os partidos políticos (incluindo os partidos comunistas e operários).

Independência não quer dizer unicamente existência das organizações operárias, mas também terem os seus próprios recursos informacionais. Apoiamos, consequentemente, o desenvolvimento de uma imprensa operária independente, participamos em diferentes publicações independentes e saudamos todos e cada um dos passos em frente que permitam aos trabalhadores fazerem ouvir a sua própria voz.

Somos os continuadores dos bolcheviques-leninistas soviéticos, que se opuseram à degenerescência estalinista e defenderam a União Soviética e as conquistas de Outubro contra o regime burocrático.

Em 1991, o capitalismo foi restaurado pelas próprias mãos dos representantes do partido e do governo da URSS. Realizava-se, assim, um prognóstico que Leão Trotsky fizera no final dos anos trinta. Os segmentos de conquistas de Outubro — educação e saúde gratuitas, pensões dos trabalhadores, etc. — continuam sendo desmanteladas e espezinhadas sem escrúpulos pelo capital. Hoje, quase toda a luta social consiste em defender os vestígios da herança soviética. E nunca deixámos de nos bater pela defesa e reconquista das conquistas da revolução de Outubro de 1917.

Contudo, a luta em curso não visa o regresso ao passado, mas um novo salto para o futuro. O capitalismo, pela sua própria existência, cria contradições insanáveis e provoca, em reacção, manifestações de massas, cujo ponto culminante foi a mobilização de dezenas de milhares contra a reforma das aposentações, a criação de sindicatos independentes, o desenvolvimento de círculos marxistas e de organizações de esquerda. Nós somos uma das numerosas manifestações destes novos desenvolvimentos históricos a vir.

Somos internacionalistas. Há uma só classe operária no mundo inteiro, e nós combatemos pela Internacional Operária, contra a guerra e a exploração, pela unidade dos trabalhadores de todos os países, seja qual for a sua nacionalidade.

Somos pelo direito dos povos a disporem de si mesmos. Somos contra todas as instituições imperialistas, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, as Nações Unidas, a NATO e a União Europeia. Opomo-nos à política imperialista de qualquer Estado, incluindo as acções da Federação Russa na Síria e na Ucrânia, onde os trabalhadores russos são mandados para morrer por interesses que não são os deles.

Somos pela frente única operária. A classe operária só pode vencer o seu inimigo de classe pela unidade dos trabalhadores com as suas organizações (sindicatos, partidos operários, etc.).

Somos pela protecção da humanidade e do seu ambiente. Mas não somos partidários da “ecologia contra os homens”. A ameaça que pesa sobre a natureza tem uma só raiz: um sistema capitalista falido, assente na propriedade privada dos meios de produção e, em última análise, na palavra de ordem do “lucro a todo o preço”.

Somos pelos direitos democráticos, que o Estado capitalista reconhece nas palavras, mas viola nos actos. Na era do imperialismo, só o proletariado é capaz de proteger plenamente os direitos democráticos da esmagadora maioria da população, e a luta pela democracia é inseparável da luta pelo socialismo. Não acreditamos nem por um segundo nas promessas da chamada “oposição liberal” de que libertará o povo trabalhador da opressão dos burocratas e oligarcas do regime, pois, na realidade, ela luta simplesmente para libertar um grupo de capitalistas da hegemonia doutro.

Estamos abertos a toda a cooperação, de igual para igual, com todas as organizações operárias, comunistas, e com os representantes russos de outros grupos internacionais.

Se te sentires próximo destes princípios, é com grande prazer que te acolheremos como nosso camarada, na defesa da causa da libertação dos trabalhadores e da sua unidade. O futuro pertence-nos! ●

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



